



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES

O "FAZER" A LEI 10.639 DO COLÉGIO ESTADUAL MATRIZ DE
IBITIARA-BA:
adentrando as veredas do ensino de Sociologia.

JUAZEIRO (BA)

2020

BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES

**O "FAZER" A LEI 10.639 DO COLÉGIO ESTADUAL MATRIZ DE
IBITIARA-BA:
adentrando as veredas do ensino de Sociologia.**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus associado Juazeiro, BA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

JUAZEIRO (BA)

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
PROFSOCIO

FOLHA DE APROVAÇÃO

BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES

O "FAZER" A LEI 10.639 DO COLÉGIO ESTADUAL MATRIZ DE IBITIARA - BA:
adentrando as veredas do ensino de Sociologia.

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Sociologia, pela Universidade Federal
do Vale do São Francisco

Aprovada em: 30 de abril de 2020

BANCA EXAMINADORA

Cláudio Roberto dos Santos de Almeida

Professor Dr. Cláudio dos Santos de Almeida, orientador – UNIVASF.

Paula da Luz Galvão

Professora Dra. Paula da Luz Galvão, examinadora externa – UNIVASF.

Nilton de Almeida Araújo

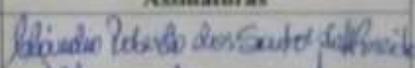
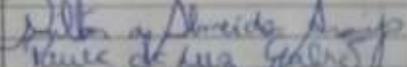
Professor Dr. Nilton de Almeida Araújo, examinador interno – UNIVASF.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA
Defesa N° 07

Ata da Sessão Pública, de Defesa de Dissertação
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Aos 30 dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 15 horas, por meio virtual, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, composta pelos membros: Professor Dr. Cláudio Roberto dos Santos de Almeida (PROFSOCIO/UNIVASF) – Orientador e Presidente da Banca; Professor Dr. Nilton de Almeida Araújo (Mestrado Profissional em Extensão Rural/UNIVASF); Professora Drª Paula da Luz Galvão (UNIVASF) para avaliar o trabalho da estudante Bibiane da Silva Goes intitulado "O "Fazer" a Lei 10639 do Colégio Estadual Matriz de Ibitiara-BA: Adentrando as veredas do Ensino de Sociologia" para obtenção do título de Mestre em Sociologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de sessão de Defesa Pública estabelecido pela Presidente da banca, a qual realizou a abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o trabalho e argüirem o discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pelo conceito APROVADO do discente, fazendo assim jus ao título de Mestre em Sociologia, conforme o regimento interno do programa Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora. Recomendada a publicação.

Juazeiro, 30 de abril de 2020

Membros da Banca	Assinaturas
Dr. Cláudio Roberto dos Santos de Almeida (Presidente)	
Dr. Nilton de Almeida Araújo	
Drª Paula da Luz Galvão	

Goes, Bibiane Oliveira Silva.

G593f O "fazer" a Lei 10.639 do Colégio Estadual Matriz de Ibitiara-BA: adentrando as veredas do ensino de Sociologia. / Bibiane Oliveira Silva Goes. – Juazeiro - BA, 2020.
xvii, 176 f.: il.; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro - BA, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Inclui referências.

1. Ensino de Sociologia. 2. Lei 10.639/2003. 3. Concepções de educadores de Sociologia. 4 Livro didático de Sociologia x lei 10.639/2003. I. Título. II. Almeida, Cláudio dos Santos de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 301.07

Às negras e negros desse país que usam a
espiritualidade, o corpo, a voz, o cabelo, a intelectualidade,
para gritar: — *Estamos aqui!*

AGRADECIMENTOS

O caminhar por entre essa formação nos deixa rastros "inapagáveis". Minhas estruturas cognitivas, meu ser, nunca mais serão os mesmos. Ser agraciada por um espaço tão rico e transformador, não tem preço. Agradecer, nesse instante, é lembrar aqueles que foram "junto conosco", mesmo sem estar presente em todos os momentos. É hora de dizer o *muito obrigada*, transbordado de afeto e reconhecimento, pois se acabo de escrever essa nova e maravilhosa página da minha vida, é por que não estive só! É culpa de um grupo de pessoas, as quais tenho admiração e gratidão eternas. Se persisti e consegui é porque tive heróis de verdade, seguindo-me.

À minha linda família. Ao meu filho Deymes Rangel, o qual não dispensou-me cuidados e afeto para que me sentisse ainda mais fortalecida nessa trajetória e a quem devo toda minha garra de viver. Ao meu esposo, José Goes, a quem nunca medi esforços para que me visse realizada e sempre sonhou mais do a mim, os meus próprios sonhos. À minha mãe, Fidelice da Conceição, que é daquelas mulheres negras mais fortes que conheço e, apesar das muitas e tristes batalhas que travou na vida, nunca deixou a doçura de lado para com os seus. A meus irmãos, Amanda e Amando, os quais, mesmo distante, nunca estiveram longe, pois jamais se negaram a caminhar comigo em tudo que necessito. Vocês são imprescindíveis em minha vida!

Aos meus colegas de classe, pelos debates enriquecedores, pelas conversas jogadas fora, pelos almoços, jantares... que transformaram as angústias do caminho, em plumas. A Marcos e Richelly, nunca esquecerei das trocas de aprendizado, os quais me proporcionaram ainda mais sabedoria. A José Lacerda, pelo carinho de sempre e luta de vida exemplar, os quais me inspiraram a ser melhor. A Raquel e Diolório, meus agradáveis e inesquecíveis companheiros de viagem, que faziam do meu percurso de 26 horas semanais, mais leves e felizes.

O que dizer de minha colega e agora amada amiga, Ana Carla?! Abriu as portas de sua residência para me receber. Como se não bastasse, fez de sua aconchegante casa, um doce lar de estudantes, (fui eu e mais três colegas). Nos ensinou muito mais do que conhecimento, mostrou-me o que é de fato, se colocar no lugar do outro, o que é ser humano, verdadeiramente! Estar lá é como estar no meio "dos meus". Os momentos que vivenciamos juntas ficarão comigo para a eternidade. Você é necessária à humanidade!! Aliás, à toda família Bombonati: Jorge, Deusa, Maria dos

Prazeres, que tonaram minhas estadias em Juazeiro e Petrolina ainda mais aconchegantes. Jamais sairão do meu coração!

Ao meu orientador, o professor Dr. Cláudio de Almeida dos Santos, que com suas doses generosas de conhecimento, me aprofundou ainda mais no belo mundo da negritude. O senhor é exemplo a ser seguido; é alguém que acredita no povo negro. O país lhe tem uma dívida pelo seu lindo projeto de defender a causa negra. Agradeço, imensamente, o apoio e a confiança depositados em mim.

Ao meu amigo Romário, com quem partilhei esse sonho e que mesmo sempre repleto de muitas ocupações lia, pacientemente, meus textos, quando necessitei. Sei que torce sempre pelo meu sucesso. Te adoro!

Aos participantes de minha pesquisa. Aos estudantes: as vozes de vocês ecoarão em minha mente inquieta de educadora, para a eternidade. Só reafirmaram para mim, o quanto relevante é debater nos espaços educativos, questões raciais; o quanto é importante fazer com que defendamos as minorias em nosso país, que é tão desigual. Às educadoras, pois sei que apesar das dificuldades de tempo de quem carrega consigo essa linda profissão, ainda dedicaram ocasiões para que esse trabalho fosse arquitetado.

Aos meus professores e professoras do Mestrado Profissional em Sociologia, em especial, Vanderléa Pereira, Hermógenes Moura, Ednaldo Tôrres e Alexandre Reis, os quais me proporcionaram "independência de pensamento", contribuindo ainda mais para o aprimoramento de minha consciência política. Estão guardados em meu coração!

Ao educador Helder Bonfim, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), *campus* de Bom Jesus da Lapa, pelas belas contribuições na minha banca de qualificação.

Aos educadores Paula Galvão e Nilton Araújo que, gentilmente, aceitaram fazer parte da minha banca de defesa.

A Deus, por ter colocado no meu caminho todas essas pessoas, nessa trajetória!

“Pratiquemos um ato de suspensão da brancura e com este procedimento fenomenológico nos habilitaremos a alcançar a sua precariedade e, daí, a perceber a profunda alienação estética do homem de cor em sociedades europeizadas como a nossa. De repente nos torna óbvio o nosso empedernimento pela brancura, nos torna perceptível a venda dos nossos olhos. É como se saíssemos do nevoeiro da brancura - o que nos parece olhá-la em sua precariedade social e histórica. E ainda que, por um momento, para obter certa correção do nosso aparelho óptico, poderíamos dizer que das trevas da brancura só nos libertaremos à luz da negrura [...]. Purgado o nosso empedernimento pela brancura, estamos aptos a enxergar a beleza negra, beleza que vale por sua imanência e que exige ser aferida por critérios específicos. A beleza negra vale intrinsecamente e não enquanto alienada. Há, de fato, exemplares de corpos negros, masculinos e femininos, que valem por si mesmos, do ponto de vista estético, e não enquanto se alteram ou se aculturam para aproximar-se dos padrões da brancura [...]. Não é uma reivindicação racial o que confere positividade à negrura: é uma verificação objetiva. É assim, objetivamente, que pedimos para a beleza negra o seu lugar no plano egrégio. Na atitude de quem associa a beleza negra ao meramente popular, folclórico, ingênuo ou exótico, há um preconceito larvar, uma inconsciente recusa de aceita-la liberalmente. Eis porque é digna de repulsa toda atitude que, sob a forma de folclore, antropologia ou etnologia, reduz os valores negros ao plano do ingênuo ou do magístico”.

(GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 243)

RESUMO

O ensino de História e Cultura Afro-brasileira vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões sobre currículo e políticas educacionais na educação básica. Embora já houvessem esforços pontuais de contemplação desta pauta, a consolidação da Lei 10.639/03 vem intensificando o debate a respeito desta demanda. A obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, nos espaços escolares, vem ensejando diferentes encaminhamentos a respeito do sucesso desta política. Assim, preocupações como o nível de preparo dos professores, a carga-horária dedicada ao assunto, a maneira como os livros didáticos abordam a negritude (dentre outros), passam a assumir a agenda de discussões. Nessa premissa, é que se desdobra essa pesquisa, cujo intento é desenhar a maneira como o Colégio Estadual Matriz aborda a lei, especialmente, no componente curricular Sociologia. Partimos do axioma de que docentes necessitam estarem munidos de bons materiais para a efetivação desse trabalho, por isso, analisamos os livros didáticos (LD) dessa matéria. Então, esse estudo visa problematizar seu ensino e o LD, afim de elucidar se auxiliam professores em discussões que abarque a cultura e a história dos africanos e afro-brasileiros, traçando um paralelo entre as concepções dos educadores e estudantes. Se trata de um estudo de caso com abordagem qualitativa, cujas fontes de coletas de dados são: a análise documental, documentação direta e rodas de conversa. A constituição do arsenal teórico se deu à luz das teorias de Bento, Nilma Lino, Munanga, Meucci, Bourdieu e outros que corroboram com o debate. Os resultados dessa pesquisa apontaram a necessidade de professores da instituição (e outros) de verem a Sociologia como 'substância positiva' para atender as demandas da lei. Então, precisam se vestirem do arsenal teórico metodológico de que dispõe pois, com a omissão atual, estão contribuindo para alimentar a cultura do racismo e preconceito engendrados na sociedade brasileira. Permitiram concluir também, que as discussões sobre as relações raciais presentes em muitos livros didáticos de Sociologia, devem ser revistas, porque não promovem a *desnaturalização* e o *estranhamento* sobre a experiência afro-brasileira, pressupostos epistemológicos previstos nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), concernentes ao ensino da Sociologia. Para alguns, há a carência latente de apresentar a temática, pois muitos deles a renegam, ao passo que outros necessitam de aprofundamento para que as discussões garantam aos negros espaços para ouvi e falar de si, assegurando, assim, também aos brancos, a oportunidade de conhecerem a história da negritude sem máscaras e ideologias de embranquecimento. É uma discussão de relevância ímpar visto a ausência de estudos voltados para a temática, pois muito pouco ou quase nada tem se debatido sobre o ensino de Sociologia, com o viés dessa pesquisa.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Lei 10.639/2003. Concepções de educadores de Sociologia. Livro didático de Sociologia x lei 10.639/2003.

SUMMARY

The Afro-Brazilian's history and schooling is increasingly becoming relevant on discussions about the course curriculum and educational policy on elementary education. Although already has been some specific endeavors on this subject, the consolidation of the Law no. 10.639/03 came to intensify the moot of the referred subject. The enforcement of the Afro-Brazilian's culture and history, on educational areas, is creating several opportunities for the success of this policy. Therefore, concerns about the setup degree of the educators, the workload regarding the subject, the way that educational books approach the blackness (among others), take on the debate schedule. It is on this proposition that the research takes life, which purpose is to draw the way the Head State College approach the law, specially, on the Sociology's grade. We set off from the principle that the educators need to be equipped with good materials for the validations of this work, for this reason, we analyze the contents of educational books (EB) of this subject. This study aims the problematization of the teaching and the EB, in order to clarify the help for the educators in debates that reinforces the African and Afro-Brazilian's culture and history, drawing a parallel between the students and educators' conceptions. It is about a case report with a qualitative approach, which data references are: documental analysis, direct documentation and round of conversations. The constitution of theoretical arsenal is due to the Bento, Nilma Lino, Munanga, Meucci, Bordieu's theories and others that collaborate on this debate. The results of this research pointed out the necessity of educators of the institution (among others) to classify Sociology as a "positive substance" to serve the law's applications. So, they need to be equipped with the methodological theoretical arsenal available, otherwise, with the present omission, they would be contributing for the racism culture, framed on the Brazilian society. It was permitted too that the discussions about the racial relationships, included in many educational books of Sociology, should be revised, because not promote the *eeriness* about the Afro-Brazilian experience, epistemological suppositions, envisaged on *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* [Grade Orientations for High School] (OCEM), pertaining the Sociology's teaching. For some people, there is a great lack of presentations of this subject, because many reject it, while others need this knowledge to guarantee black people to hear and discuss it on debates about themselves, ensuring the opportunity, also for the white people, to know the blackness history without disguises or covered with white ideology. It is a debate with great relevancy, since the lack of studies for this subject, because little has been discussed about the Sociology schooling, with this research bias.

Keywords: Sociology Schooling. Law no. 10.639/2003. Sociology Educators' Conceptions. Sociology Educational Book x Law no. 10.639/2003.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas das obras analisadas.....	95.
Figura 2 – Grupo de amigos socializando, capítulo 6: Poder, política estado, p.137.....	116.
Figura 3 – Grupo de Trabalho, capítulo 4, p.86.....	117.
Figura 4 – Mulheres em diferentes papéis, capítulo 4: Socialização e controle social, p. 91.	117.
Figura 5 – Casamento, capítulo 4: Socialização e controle social, p. 97.	118.
Figura 6 – Negro estudando, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.40.	118.
Figura 7 – Família negra, capítulo 4: Socialização e controle social, p.85.	119.
Figura 8 – Negras/negros em fila de emprego, capítulo 9: Trabalho e sociedade: explicando as bases da sociedade de classes, p.224.....	120.
Figura 9 – Negras no lixão, capítulo 10: Estratificação e desigualdades sociais, p.244.	120.
Figura 10 – Negro como mendigo, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.33.....	121.
Figura 11 – Negro no esporte, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.40.	121.
Figura 12 – Negro no esporte, capítulo 14: Gênero e sexualidade, p.340.	123.
Figura 13 – Negros na prisão, capítulo 7: Democracia, cidadania e direitos humanos, p.165.	123.
Figura 14 – Negros e brancos em manifestação, capítulo 6: Poder, política e Estado, p.157.	125.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo Regulamentação.....	56.
Quadro 2 – Quantidade de experiências exitosas submetidas ao seminário Dez Anos da Lei 10.639/03: conquistas, desafios e possibilidades, SEC – BA.....	59.
Quadro 3 – Experiências exitosas no atendimento da lei 10.639/2003.....	60.
Quadro 4 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo formação.....	69.
Quadro 5 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo material.....	71.
Quadro 6 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo articulação.....	73.
Quadro 7 – Livros didáticos de Sociologia x questão racial.....	96.
Quadro 8 – Quantidade de tópicos que discutem a temática racial nos LD de Sociologia.....	103.
Quadro 9 – Dados do livro Sociologia em Movimento.....	105.
Quadro 10 – Conceito de preconceito, discriminação e segregação presentes no livro Sociologia em Movimento.	106.
Quadro 11 – Quantidade de figuras em que aparecem pessoas na obra <i>Sociologia em movimento</i>	115.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Atividade Complementar
AD	Análise do Discurso
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEERTR	Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades
DIREC	Diretoria Regional de Educação e Cultura
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EPI	Ensino Profissional Integrado
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
LD	Livro didático
LDB	Lei de Diretrizes da Educação Nacional
LPT	Leitura e Produção de Textos
MNU	Movimento Negro Unificado
OCEM	Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio
PCNEM	Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROSUB	Profissionalizante Subsequente
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WERAW	Orld Education Research Association

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Aportes metodológicos: delineando as veredas da pesquisa	22
1.2 Plano de análise	27
1.3 O <i>lócus da pesquisa: o espaço, os sujeitos</i>	28
1.4 Tessitura da pesquisa: identificando os capítulos	30
CAPÍTULO 1 – O ENSINO DE SOCIOLOGIA E SUAS IMBRICAÇÕES NO CONTEXTO DO COLÉGIO MATRIZ	32
1.1 A escola, juventude e o ensino de Sociologia.....	32
1.2 Contemporaneidade e questões raciais: por uma sociologia negra.....	36
1.3 O <i>entre-lugar</i> da Sociologia no Brasil	42
1.4 Sociologia: que lugar ocupa no <i>lócus</i> de pesquisa?!!	46
CAPÍTULO 2 – A LEI 10.639/03 E SEUS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO COLÉGIO MATRIZ	52
2.1 Na rota da lei 10.639/2003: criação e contexto	52
2.2 Visitando situações de aplicação da lei.....	58
2.3 Nos caminhos das ações para a Lei 10.639 no Colégio Matriz	65
2.3.1 Quem são e como se dão as aulas dos "outros" educadores.....	65
2.3.2 A lei no Colégio Matriz	66
CAPÍTULO 3: ENSINO DE SOCIOLOGIA: OLHAR POR SOBRE A PERSPECTIVA DE RAÇA	78
3.1 A quem cabe debater, no espaço educativo, a lei 10.639/2003!?.	78
3.2 Ensino de Sociologia x lei 10.639/2003	82
3.3 Relações raciais no Colégio Matriz: com a palavra, os discentes.....	85
CAPÍTULO 4: O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA: TENSÕES E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO DA LEI 10.639/03	89
4.2 Apreciação técnica de manuais didáticos	94
4.3 Analisando o livro didático trabalhado no Colégio Matriz	104
4.3.1 A obra: <i>Sociologia em Movimento</i>	105

4.3.2 Indo além do conteúdo... imagens que falam.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido, TCLE.	139
APÊNDICE B – Termo de assentimento	141
APÊNDICE C – Questionário 01 para estudantes	142
APÊNDICE D – Questionário 02 para estudantes	147
APÊNDICE E – Questionário para professores de Sociologia.....	151
APÊNDICE F – Questionários para professores	160
APÊNDICE G – Questionários para coordenador	167
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	174

APRESENTAÇÃO

Muito toca a pesquisadora as relações que a sociedade brasileira criou para com os negros¹; é um processo pelo qual, o respeito à diversidade, à alteridade, ao tratamento igualitário, está longe de serem atendidos, reverberando por todos os vieses da sociedade. Então, (re)pensar o lugar que o negro ocupa dentro do espaço escolar é relevante posto que contribui para a derrubada desse cenário.

Assim, o desejo de pesquisar como o Colégio Estadual Matriz² trabalha com a lei 10.639/03 no componente Sociologia, nasceu da compreensão de que muitos educadores e educadoras não estão preparados para o trato com as questões étnico raciais e possuem conhecimentos limitados sobre a África e a cultura afro-brasileira. Compreensão essa advinda da prática profissional da pesquisadora, de mais de uma década de sala de aula, a qual possibilitou descobertas, reflexões e discussões referentes ao fazer docente.

Munanga (2005 apud GOMES e ABRAMOWICZ, 2010, p. 62) comunga dessas ideias quando diz que os professores/as não receberam em suas formações bases teóricas necessárias para os desafios do trato com a diversidade. Nasce, também, do entendimento da relevância da lei, para um ensino de Sociologia que transponha posturas etnocêntricas, para a promoção de espaços de *desnaturalização* e *estranhamento* sobre as relações raciais.

Essa disciplina pode ser uma porta privilegiada para a derrubada de preconceitos e estereótipos, os quais tem contribuído para a construção de uma sociedade segregacionista e injusta, que destina certos "lugares" a determinados grupos de acordo com a cor de pele, classe social, gênero, religião e outros.

Pensar sobre a responsabilidade que os educadores de Sociologia têm no suporte da lei 10.639/2003, é um caminhar importante, já que amplia o leque de reflexão sobre essa disciplina, no tocante às relações raciais na escola. Além disso, pode indicar caminhos para o abarcamento dessa norma. Desse modo, é preciso

¹ O termo 'negro' é utilizado neste trabalho, por não ter uma melhor conotação para tratar desse grupo social. De acordo com Cardoso e Rascke (2014, p. 15) há o entendimento de que, por vezes, foi utilizado pejorativamente, em diversos momentos históricos brasileiros. No regime escravista serviu para indicar a posição cativa. Após a abolição da escravatura foi designado para abarcar os africanos e seus descendentes brasileiros, e associá-los a uma série de ideias negativas e como meio de separar quem detinha (ou não) direitos e oportunidades. Após a década de 1970, com o movimento negro, passou a ser ideia de luta política, que é o que queremos defender nesse estudo: negro enquanto sujeitos de direitos, que devem ser sempre respeitados.

² Se trata de um nome fictício, a fim de resguardar a identidade do espaço da pesquisa.

refletir sobre uma série de questões para darmos justiça a essa responsabilização. Partimos do pressuposto de que o educador, não é ele só, responsável pelo cumprimento de normas do setor educacional.

Nesse esclarecimento, é preciso que fechemos o ciclo para essa análise: ponderar sobre o arsenal material de que é disponibilizado aos docentes para o trato com a lei no Colégio Estadual Matriz. Desse modo, o livro didático (LD) também é alvo apreciação. A intenção é perceber se auxilia ou não o trabalho docente, no sentido de provocar discussões salutares.

Entretanto, estudos já apontam deficiências nesse tipo de material pedagógico de outras matérias, assim sugere a hipótese: a de que o LD de Sociologia possui pouco suporte para o trato da referida lei. Diante desse quadro, marcamos a necessidade de uma discussão sobre esses aportes teóricos, visto seu largo uso no âmbito escolar. Atrelado a isso, é cogente que se pense em ações e movimentos de melhorias, para a tão necessária, correção de injustiças.

Partimos do pressuposto de que é importante que tais materiais abordem a temática do negro, a fim de iniciar um processo de reeducação para as relações étnico raciais. Esse estudo se envereda pelo caminho de problematizar a referida lei, dentro do ensino de Sociologia, tomando como parte, um estudo de caso a partir do “atender a lei” do Colégio Matriz, recolocando no centro, todos os movimentos que poderiam auxiliar na recepção dessa norma.

Viajar por entre esses caminhos é considerar a relevância do respeito à diversidade dentro do meio acadêmico. Local rico para que não esqueçamos da corresponsabilidade que tem o educador e a escola na formação de jovens que sejam despidos de preconceitos, que aceitem as diferenças e busquem a equidade. A esperança é de que um dia seremos escolas unas, que respeitem todo tipo de ser humano com a forte convicção de que somos iguais na diferença. Cada um deve lutar com as ferramentas de que dispõe; aqui usamos as palavras, nossa vez de voz!.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em pesquisa sobre os negros, muitos podem crer que essas discussões já devem encerrar, visto a quantidade delas sobre a lei 10.639/03 e/ou relações raciais (RIBEIRO, 2015; PACÍFICO, 2011; COSTA, 2017; NASCIMENTO 2018; ASSUNÇÃO, 2016 e outros). No entanto, é necessário fazer uma retrospectiva, na intenção de observar qual "lugar é destinado" ao negro na sociedade brasileira, para que compreendamos a real importância dessa pesquisa (e de outras dessa natureza).

Esse trabalho é mais uma forma de reconhecer a diversidade e a pluralidade do povo brasileiro. A população tem o dever de zelar para que as especificidades e necessidades dos diferentes grupos étnico-raciais sejam resguardadas. Todavia, para os negros isso ainda não acontece. O abismo social que existe entre negros e brancos se dá em todas os setores. A Pnad Contínua, apresentado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrou que no 1º trimestre de 2019, 63,9% dos desempregados no Brasil eram pretos ou pardos³. Desses, nesse mesmo tempo, 43,7% dos desocupados não completaram o Ensino Médio.

Quando lançamos olhar sobre a educação observamos que há muito gargalos a serem vencidos: 82,5% dos concluintes do Ensino Fundamental e 73,6% dos que concluem o Ensino Médio, se declaram brancos. Os negros também permanecem na escola em tempo mais reduzido: 58% dos concluintes do Fundamental se dizem pretos e pardos e 42% não concluem esta etapa.

O grau de reprovação escolar também é maior para negros. De acordo com estudos da UNICEF publicados em 2019, no ano de 2018, dos 2,6 milhões de alunos de Ensino Fundamental ou Médio que reprovaram, 48,41% são negros, considerando pretos ou pardos. Apontou ainda que, o número de reprovados neste grupo é duas vezes maior que o de brancos. O abandono escolar também é elevado para essa raça. A UNICEF declarou, ainda, que metade dos estudantes de 2018, que abandonaram a sala de aula, são pretos e pardos.

³ Para se estudar demograficamente o Brasil, a atual classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) toma como oficial a criada desde de 1991. Tal classificação diz que, essencialmente, a coleta de dados se baseia na autodeclaração, ou seja, é a pessoa que escolhe, dentro de cinco opções, sendo elas branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Vale lembrar que a população negra, para a demografia, é o resultado da soma de pretos e pardos.

Quando olhamos para indicadores sociais da área do trabalho, o cenário não é melhor. A raça negra ocupa os menores índices de escolarização, de rendimentos de acesso a bens e serviços. A mortalidade precoce é bem mais acentuada, se comparados com a população branca. Dados do IBGE de 2018, apontou que negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos, em média.

Informações do Ministério do Trabalho (2018), nos permitem observar que brancos ocupam a maioria dos empregos de elite, ao passo que negros assumem vagas sem qualificação. O Atlas da Violência 2019 (apresentou números da violência no decênio 2007-2017) mostrou que há uma continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de assassinatos no Brasil, já ditos em edições anteriores. Negros morrem assassinados em número muito superior aos não negros. Em 2017, o Atlas divulgou que 75,5% das vítimas de homicídios, foram pessoas negras.

Esse panorama mostra que docentes, escolas necessitam insistir e discutir sobre as relações raciais, se quisermos chegar a tão discutida, democracia racial. Falar da lei 10.639/03 mais do que atender a um aparato normativo, pode modificar as estruturas de discriminação que a sociedade negra vive. Pois, a escola deve ser local de defesa da igualdade de direitos e oportunidades. E quando ela limita e renega questões raciais, contribui para a manutenção da segregação racial, já enraizada no imaginário coletivo social, que mascara e renega seus "cidadãos de cor".

Então, é necessário que estudemos como as escolas vem discutindo a lei 10.639/03, para que tenhamos conhecimento de que estamos garantindo um direito de toda população, seja ela negra ou branca e estejamos corroborando para anemizar preconceitos. Essa norma traz a obrigatoriedade de todas as instituições escolares trabalhar a história da África e a cultura dos negros e afro-brasileiros. Essa ação pode ser desencadeada em qualquer componente curricular.

Desse modo, o pensamento sociológico pode ser lugar para contribuição massiva, pois proporciona aos discentes refletir sobre as estruturas engendradas na sociedade. Isto porque a Sociologia tem o papel de formar cidadãos críticos, através dos preceitos epistemológicos do *estranhamento e desnaturalização*. Assim, na questão da raça⁴ negra é preciso levar debates que visem esses princípios, para

⁴A concepção de raça aqui pensada foge da ideia cunhada primeira de separação biológica dos seres humanos, mas é pensada em um viés de respeitar as diferenças dos seres humanos. É um parecer sociológico de se dizer do negro, respeitando sua equidade. Busca, assim, traçar sua identidade

derrubar o que já está posto: 'negro: coisa ruim', 'negro: escravo', 'África: pobreza', 'negro: cultura de massa', através do *estranhamento* e assentar, em cima, novos pilares que *desnaturalize* essas concepções.

É com esse pensamento que será embasada essa pesquisa. Se configura como um estudo de caso, envolvendo os sujeitos da práxis pedagógica, educadores e estudantes do Colégio Estadual Matriz, localizado no município baiano de Ibitiara. Cujo intento é compreender como a lei vem sendo abordada, em especial no componente curricular, Sociologia.

Ainda apresenta uma pesquisa documental no livro didático adotado pela escola, a fim de estabelecer o modo como a discussão sobre negro está posta e refletir se subsidia ou não, o trabalho de educadores no que concerne a lei 10.639/2003. Pois, há o entendimento de que educadores necessitam estarem munidos de boas políticas, sendo as de materiais uma delas, para que o ensino de Sociologia seja fecundo nas relações raciais. Além disso, não adianta criar normas educacionais, quando estas não vieram seguidas de apoio pedagógico para seu cumprimento.

É imperioso pensar e/ou repensar como os LD do componente curricular supracitado pode contribuir para a derrubada do patamar de exclusão que o negro foi dito ao longo do tempo. E perceber se esses aportes também tem registrado de maneira negativa, o afro-brasileiro após a referida lei, já que esse material ocupa um lugar privilegiado nas práticas educacionais de docentes de todo país.

É essencial pensar nesses encaminhamentos para compreendermos a que passo anda a efetivação da lei nos espaços escolares, já que agora esse dever é constitucional. A problemática desse estudo se deu no campo de responder ao seguinte questionamento: de que maneira a lei 10.693/03 vem sendo abordada no ensino de Sociologia no Colégio Estadual Matriz?.

A inquietação tem como alicerce, na investigação, as questões norteadoras: qual papel da Sociologia no trato das questões raciais? As educadoras dessa disciplina trabalham questões raciais em suas aulas? Essas educadoras atendem a lei 10.639/2003 em suas práticas pedagógicas? O ensino de Sociologia e o livro didático contribuem para *desnaturalizar* e *estranhar* a condição de ser negro no Brasil? O livro auxilia o educador para a lei 10.639/2003? Que ações educadoras/educadores

cultural. Ponderamos que "todas as raças merecem o mesmo grau de respeito e consideração" (FREIRE, 1981. p. 66)

vêm realizando na escola em prol da temática racial? Desse modo, essa pesquisa se constitui como "memória científica" do uso da lei 10.639/03 do *locus* dessa pesquisa.

1.1 Aportes metodológicos: delineando as veredas da pesquisa

São os passos que fazem o caminho.
Mário Quintana.

Como bem diz a epígrafe, os passos de uma tarefa é que constroem o caminho, sendo estes o guiador de um trabalho, então sua escolha requer cuidado e afinco. A tentativa de definir o melhor traçado para se trilhar uma pesquisa, é relevante para o alcance de resultados contundentes e satisfatórios. “[...] A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO 2001, p. 16).

Partindo dessa premissa, a investigação se desenvolveu com vistas a tornar o objeto o mais delineado possível. Para analisar como a Escola Matriz aborda a lei 10.639/03, foi desenvolvida uma discussão sobre o fazer a lei na Sociologia: quais conteúdos aborda, como aborda, como é o livro didático que utilizam e tantos outros questionamentos. Posto isso, o intento da pesquisa não é apenas trazer uma visão estática do que está posto, mas refletir sobre as múltiplas questões que envolvem o ensino de Sociologia no tocante à questões raciais e a composição de um livro. Como assegura Gamboa (2010, p. 107):

As pesquisas crítico-dialéticas [...] questionam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas abordagens anteriores. Esta visão esconde o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura marcadamente expressa a pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados [...].

Nesse patamar, o presente estudo se configura em desenhar e entender como essa disciplina pode ser utilizada no acolhimento da lei 10.639/03 na Escola Matriz. Então, o estudo de caso é o fio condutor desse percurso especulatório, vez que se trata de “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

Por isso, pensando que o objetivo é compreender como a escola trabalha a lei e analisar em que medida essa instituição promove um ensino que abarque a cultura e a história dos africanos e afro-brasileiros, a pesquisa exploratória, de caráter qualitativa também está presente.

Nas palavras de Mynaio (2001), dentro da Ciências Sociais, serve a relatar/estudar uma realidade que não pode ser quantificada. Ou seja, ela é pautada no subjetivo, na qual crenças, valores, anseios estão imbuídos. Se trata de uma abordagem que não permite a operacionalização de variáveis.

Não houve a pretensão de quantificar dados, mas traçar significações sobre relações raciais acerca do ensino de Sociologia, voltado para as percepções de educadores e estudantes. Além disso, de acordo com Alves (2007, p. 58), permite que o pesquisador mostre a situação em toda sua amplitude, possibilitando ainda, a colheita de informações para, num momento posterior, construir um mapa teórico total.

Como bem afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 39) é relevante o pesquisador possuir um método de pesquisa como ponto de partida principal, contudo, é mais proveitoso para sua investigação o uso de métodos diversificados, pois ampliaria as probabilidades de análise, sendo que dificilmente apenas uma forma seria capaz de incorporar toda a complexidade de uma inquirição. Pensando assim, as fontes de coletas de dados utilizadas são: análise documental, voltada para a análise de conteúdo e do discurso, pesquisa bibliográfica, documentação direta e roda de conversa.

1) A pesquisa bibliográfica

De acordo com Gil (2002, p. 45), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Pois, na construção do arsenal teórico, foram utilizados autores que discorrem sobre a temática em questão, com a intenção de refletir sobre a proeminência da lei 10.639/03 no ensino de Sociologia no colégio supracitado. Aspiramos, também explicitar parâmetros e viés para o desdobramento de instruções expressivas, que favoreça para a desconstrução da visão eurocêntrica que deformou/apagou a cultura desse povo.

2) A análise documental

Realizamos também, uma análise do livro didático de Sociologia que o Colégio pesquisado adotou, para verificar o trato da história e cultura afro-brasileira, como já dito. Esse percurso se caracteriza como análise documental. De acordo com Cellard (2008, p. 295),

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Consideramos nessa análise os recursos verbais e não verbais presentes nos aportes teóricos, vez que todo tipo de texto carrega consigo uma gama de significações passíveis a múltiplas transmissões de mensagens. Tais mensagens são, em geral, dotadas de carga discursiva que pode destruir ou construir uma situação, a depender dos interesses de quem as produziu e do(s) destinatário(s).

Esta etapa consiste em um exercício típico de análise do discurso. Ou seja, não se trata apenas de evidenciar a dinâmica de presença/ausência da história e cultura afro-brasileira nos livros. A ideia é compreender quais os “sentidos” atribuídos a esta temática e como estes sentidos podem estar relacionados ao cumprimento ou não dos parâmetros estabelecidos na Lei 10.639/03. A análise do discurso auxilia no delineamento do objeto, pois, como diz Caregnato e Mutti (2006. p. 680):

[...] tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança

A materialidade linguística, vista como opaca, que buscamos entender o que está dito e o por dizer sobre os negros, pois de acordo com Caregnato e Mutti, (2006 p. 681) “o enunciado não diz tudo, cabendo ao analista buscar os efeitos de sentidos e as ideologias postas nas falas, através da interpretação”. Para Eni Orlandi (2003. p. 26) ela “visa compreender como objetos simbólicos produzem sentido analisando assim, os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido, [...] não estaciona na interpretação[...].

Para estudar o LD, valem da técnica da análise de conteúdos, pois como assevera Bardin (2009) ela serve para o olhar, o desvendar crítico de uma situação ou produção. No caso, trabalhamos o que está posto nos livros sobre as questões de raça. Cabe frisar que essa análise é empregada, ainda quando da exposição das colocações dos participantes dessa pesquisa; educandos e alunos.

A análise documental, voltada, também, para a análise discursiva e de conteúdo se constituem como importantes etapas deste eixo metodológico, pois são os resultados destes, o guia das discussões travadas com os docentes sobre suas experiências didáticas na escola com o LD.

3) *Documentação direta*

A presente pesquisa terá como colaboradores professores do componente curricular Sociologia e estudantes do Colégio Estadual Matriz. A escolha do público se deve ao fato de se considerar os educadores como agentes marcantes do processo educativo. Por um lado, fazendo o uso do livro didático como ferramenta para ministrar suas aulas, os professores possuem competência para avaliar este material. De acordo com Mannheim (1980, p. 101) as visões grupais são, na verdade, "uma série de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos".

Então, os estudantes e professores pesquisados são unidades grupais que vivenciam as mesmas experiências escolares. Os primeiros, geralmente, residem em uma mesma cidade, são na sua totalidade, oriundos de zona rural e os educadores participam das mesmas experiências pedagógicas já que atuam todos em uma mesma unidade escolar e moram em comunidades comuns. São elementos singulares para a criação de conjunturas sociais e das ações que norteiam esses indivíduos no tocante a lei 10.639/03.

Participaram da pesquisa 7 (sete) educadores de todas as áreas, ficando de fora apenas os/as das Ciências da natureza e Matemática e 20 (vinte) estudantes de duas turmas, (turno matutino) de terceiro ano do colégio pesquisado. A série escolhida, foi por acreditar, que sendo pertencentes à última série da educação básica, teriam maior maturidade para opinar e dialogar sobre a temática e também conhece mais a fundo a realidade pedagógica da escola, por estudarem há mais tempo.

Em outras palavras, a pesquisa com os professores de Sociologia foi de fundamental importância para a análise crítica dos limites e possibilidades de aplicação eficiente dos parâmetros da Lei 10.639/03. Ou seja, a anteriormente citada, análise de discurso dos materiais didáticos pode permitir uma compreensão mais aprofundada sobre os elementos semânticos implícitos e os conteúdos discursivos explícitos dos livros didáticos no tocante à história e cultura afro-brasileira.

Por outro lado, a investigação dos modos de uso deste conteúdo permite uma melhor compreensão de como os elementos significativos dos textos são postos em prática na dinâmica de ensino/aprendizado na escola e isto coloca a opinião do discente no centro da análise aqui proposta. A documentação direta foi utilizada, pois agregamos entrevistas, na forma de questionários de educadores de Sociologia e de estudantes do colégio. A técnica da entrevista enriqueceu a pesquisa pois, nos dizeres de Alves (2007. p. 65):

A interação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador permite colher uma gama de informações. Aprofundar dados fornecidos, e realizar correções sobre dados levantados, ouvindo direta e indiretamente da fonte informante.

A entrevista usufruída equivale a estruturada, pois empregamos questionários com perguntas abertas e fechadas posto que o desejo constituiu em conseguir dados mais uniformes, para, posteriormente, compor pontos de vista acerca da lei 10.639/03 no componente curricular Sociologia.

4) Roda de conversa

A fim de colocar o agente mais importante da escola também em evidência, o estudante, foi feito rodas de conversas sobre como o Colégio Matriz trabalha a lei supracitada. Na qual debatemos sobre a escola numa perspectiva racial, olhando para as práticas educativas de todas as disciplinas da área das Humanas e Linguagens, em especial de Sociologia.

Foram selecionados 20 discentes de ensino médio para participar da pesquisa, no entanto, apenas 10 desses participaram dessas rodas, pois o restante, se disse receosa e não gostariam de debater, ficando essa parcela reservada apenas para responder aos questionários aplicados. As falas foram gravadas através de um pequeno gravador e tomadas em sua transcrição literal, para que essa análise fosse

efetivada. Aconteceram no ambiente educativo, no pátio da escola, pois é um espaço no qual os participantes se sentiram à vontade para conversar.

1.2 Plano de análise

As OCENs defendem que o *estranhamento* e a *desnaturalização* dos fenômenos sociais, devem ser os fundamentos epistemológicos do ensino de Sociologia. Todo o constructo social dos seres humanos, podem ser ensinados de modo a 'tirar' a naturalidade dos fenômenos sociais. Apresentar aos estudantes um desmonte de horizontes possíveis para o conhecimento e transformação da realidade que o cerca, é relevante pois *desnaturalizar* e *estranhar* podem promover a formação de alunos capazes de compreender e refletir sobre suas vivências. Passar por um processo educativo fortalecido, com concepções e métodos adequados pode contribuir para esse cenário.

As novas diretrizes apontam que não é mais aceito discutir sobre questões étnicas e raciais voltada para o olhar de quem marginalizou o povo negro, é preciso (re)contar valorizando e mostrando a presença desse povo dentro das mudanças sociais econômicas e culturais que empreenderam (e empreende) na cultura brasileira.

Essa lei abre espaços para mudanças políticas, sociais e pedagógicas, por isso é importante e necessária, visto os impactos da marginalização do povo negro em todos esses campos. Gomes (2011) chama a atenção para o fato de que essa lei não apenas muda a subjetividade do negro, mas há um ganho de outros grupos étnicos. No caso dos brancos, a própria concepção de “branquitude” passa a ser (re)pensada.

Para atender a “demanda da comunidade afro-brasileira, por reconhecimento, valorização, e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação” (BRASIL, 2004. p. 3) é preciso empreender no espaço educacional, políticas de reconhecimento e valorização da diversidade, reconhecer que o povo brasileiro é multicultural e, como tal, necessita ser penhorado nas suas alteridades, crenças e valores, para que se tente superar as desigualdades étnico-racial, ainda presentes no meio social. Então, na análise da ensinância de Sociologia, tomamos como parâmetro, os preceitos da lei e as recomendações das OCENs.

A análise do LD é aqui orientada pela atenção ao binômio suficiência/insuficiência dos conteúdos, tendo por base aspectos da

circunstancialidade de sua aplicação. Através, também, da ponderação entre seus elementos significativos e as dificuldades/possibilidades que podem oferecer a professores em trabalhar com conteúdos relacionados à lei 10.639 ou mesmo aplicá-los em seu cotidiano. Qual seja o seu uso em uma escola de Ensino Médio no interior do estado da Bahia.

Desse jeito, trabalhamos com a análise de conteúdos para estudar as falas dos educadores e dos alunos e também para compreender a obra, embasados nas teorias de Bardin (2009, p.42), quando defende:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obterem indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. A análise do conteúdo procura interpretar a palavra em sua forma mais subjetiva, procurando retirar o véu que o desvenda.

Analizamos se O LD e o ensino de Sociologia ofertado Colégio Estadual Matriz, permitem a *desnaturalização* e o *estranhamento* em relação ao discurso dominante sobre a experiência afro-brasileira.

1.3 O lócus da pesquisa: o espaço, os sujeitos...

A presente pesquisa se deu na instituição escolar, Colégio Estadual Matriz, como dito, a qual fica situado à Rua XV de novembro, Snº, no município de Ibitiara, pertencente ao estado da Bahia. É uma entidade de pequeno porte. Acata, quase que exclusivamente, alunos oriundos da zona rural, já que a escola se localiza em um pequeno povoado, denominado Lagoa do Dionísio. A unidade escolar está em atividades em todos os turnos.

Possui um currículo diversificado, apesar de ser uma escola pequena. Atende a uma clientela de Ensino médio de 1ª, 2ª e 3ª séries e o curso de Administração subsequente (PROSUB) e integrado (EPI), o Técnico em cozinha, a EJA, eixos VI e VII. É uma entidade de pequeno porte. O corpo discente é composto por 216 alunos.

No início funcionava apenas com classes multisseriadas, contando com apenas três professores. Nesse período ainda as aulas aconteciam nas salas das residências

de moradores que cediam o espaço, foi apenas em 1970 que o prédio escolar foi construído. Nesta época existiam apenas 4 turmas, funcionando apenas no período matutino e vespertino. Essa escola era denominada ainda, Escola Municipal Luis Viana Filho.

Com o aumento da população surge, em 1986, a modalidade 5^a e 8^a séries, o que permitiu o ingresso de muitos discentes na escola; antes necessitavam se deslocarem para a sede (Ibitiara), para prosseguirem nos estudos, o que provocava alto índice de desistência, pois muitos pais não tinham condições financeiras favoráveis a essa despesa. A partir de 2002, o Ensino Médio passa a ser ofertado, o que representou importante conquista para a população dessa localidade.

A área da escola é contemplada com seis salas de aula, um laboratório de informática, ainda muito restrito, com apenas 10 computadores e uma Internet inativa. Sete banheiros, sendo um deles com acessibilidade, sala de direção/secretaria, uma cozinha, uma biblioteca, (necessitando ainda, de investimentos em material humano, para a efetivação deste espaço, pois não há bibliotecário) sala de professores, e uma quadra de esportes, ainda muito precária, sem piso adequado e sem cobertura.

Carece ainda, de um espaço para realização de eventos, pois não dispõe de nenhum auditório; as atividades extraclasse muitas vezes, ficam prejudicadas, pois ocorrem no pátio; quando são diurnas, os alunos e professores ficam expostos ao sol, isso sem contar que falta lugar para que todos se acomodem.

O quadro de professores é composto por dez educadores (apenas cinco são efetivos); é uma equipe jovem. Composta por, apenas, a gestora, uma secretária, não há vice-diretores e uma coordenação pedagógica. As reuniões de Atividade Complementar (AC) ocorrem de maneira fragmentada, pois não é garantido para todas as áreas o planejamento coletivo. Entre os outros profissionais estão uma auxiliar administrativa, duas merendeiras, uma auxiliar de limpeza e uma agente de portaria.

Grande parcela dos estudantes é oriunda de localidades rurais afastadas da escola. Pertencem à famílias de agricultores assalariados e familiares, entre outras atividades. A faixa etária nem sempre corresponde à idade prevista para cada série, posto que, sendo moradores da área rural do município, por precariedade de acesso à educação em suas localidades ou por conta do trabalho no campo, acabam por atrasar seus estudos.

As comunidades, nas quais os discentes vivem são regiões destituídas de tudo que é bem social: falta água encanada, rede de esgoto, algumas até energia elétrica, explicitando que se trata de um grupo especial de alunos. Muitas famílias vivem apenas de programas do governo federal, como o "Bolsa família". Em pesquisa realizada com os discentes em 2017, 75% destes se declaram negros ou pardos.

Espera-se que este estudo possa abrir um campo de reflexão sobre o tema e ao mesmo tempo uma experiência de reflexão entre os participantes. Para os educadores, pode possibilitar uma reflexão sobre sua prática escolar, no tocante à temática do negro, permitindo uma melhora em seu trabalho no que concerne aos imperativos da lei 10.639/03. Aos estudantes, que ela possa servir para que compreendem a relevância do tema e se vejam representados nas discussões. Que aprendam a cobrar seus direitos quanto à abonação da lei no espaço escolar.

Para a instituição, o trabalho pretendido pode vir a propor uma reflexão das práticas de ensino, no que se refere à lei, desaguando em mudança de postura da entidade como um todo. E, em esfera maior, aspira-se que a pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos eficientes sobre a história e cultura afro-brasileira, não apenas os de Sociologia, mas de todos os outros componentes curriculares, auxiliando, assim, no trabalho de educadores (as). E, por conseguinte, corroborar para a amenização de ideias racistas e preconceituosas contra o povo negro.

1.4 Tessitura da pesquisa: identificando os capítulos

No primeiro capítulo intitulado, "O ensino de sociologia e suas imbricações no contexto do Colégio Matriz", apresentamos um olhar sobre o lecionar Sociologia voltado para a juventude e contemporaneidade, seus caminhos no Brasil, a sociologia negra e, ao final, as aulas dessa disciplina no contexto de aplicação da pesquisa.

No segundo capítulo, "A lei 10.639/03 e seus desafios de implementação no Colégio Matriz", abordaremos sobre a lei, seus desdobramentos, como a escola pesquisada está dentro desse marco, como ela se insere nas demais práticas pedagógicas e os demais professores e, ainda, o olhar dos discentes. Então, são vivências sobre a lei, evidenciadas na pesquisa. Compõe, também, situações de experiências de aplicação desse normativo, na intenção de que venham a servir como

motivadores para outras entidades, numa espécie de orientações metodológicas para sua cobertura.

No terceiro, "*Ensino de sociologia: olhar por sobre a perspectiva de raça*", trataremos sobre as discussões de obrigatoriedade da aplicação da lei, relacionando-a com as práticas de Sociologia e o trato da lei na Escola Matriz.

No último, *O livro didático de Sociologia: tensões e desafios para o atendimento da lei 10.639/03*, está presente a análise de alguns manuais didáticos, no tocante ao abarcamento da lei, avaliando seus tópicos: como eles estão presentes, como discutem a questão racial e também uma análise separada do LD adotado pela escola pesquisada. E, por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1 – O ENSINO DE SOCIOLOGIA E SUAS IMBRICAÇÕES NO CONTEXTO DO COLÉGIO MATRIZ

1.1 A escola, juventude e o ensino de Sociologia.

O currículo escolar ganha visibilidade hoje, tendo em vista a relevância que a escola possui como agente de transformação de sujeitos. É na escola que o/a aluno/a entrega seus dramas (os quais podem influir de maneira significativa no modo como irão aprender), despontam ou fortalecem seus talentos/habilidades. Ao chegar no espaço educativo não deixa sua identidade em casa, ela se modifica, aperfeiçoa (OCEM, 2005, p. 31).

Compete às instituições escolares, promover meios de conhecimento dos jovens, a fim de aproximar suas práticas pedagógicas à sua vida. Contemplar a diversidade sociocultural é relevante para um processo de ensino-aprendizagem contundente com seus anseios. Para Groppo (2000) a juventude deve ser vista como categoria social. Nesse entendimento também, Dayrell e Carrano (2014, p. 111) definem que é “[...] ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”.

A UNESCO (1987) entende que juventude não corresponde a uma única fase da vida mas, também, pessoas pertencentes aos grupos de idades, denominados como jovens. São seres plurais, com circunstâncias transitórias. Essas ideias não nos permitem pensar em apenas uma, mas diversas, com gostos, modos de vidas diversificados, jeitos de se ver no mundo, diferentes.

É nesse caminho que as Orientações Curriculares Estaduais da última etapa da educação básica (BAHIA, 2005, p. 29) advoga que "uma prática pedagógica significativa para o Ensino Médio" deve levar em consideração, dentre outras coisas, *a identidade, a diversidade e a autonomia do sujeito em suas múltiplas dimensões.*

Valorizar o caráter identitário e as raízes do sujeito dentro do espaço escolar, é fazer do processo de ensinar, mola propulsora para o respeito mútuo. Mirar a autonomia dos sujeitos faz da escola, uma instituição capaz de organizar patamares de crescimento pessoal e profissional dos discentes. Destarte, "identidade e autonomia são construções concomitantes, na medida em que o sujeito consiga se posicionar na sociedade, de forma crítica e confiante e sua capacidade de exercer sua cidadania e com auto-estima positiva" (BAHIA, OCEM, 2005, p. 30).

As práticas educativas necessitam estar atreladas ao cotidiano do estudante, na promoção de um ensino que seja capaz de despertar para o aprender, para as descobertas sociais. Além disso, estará cooperando para sua autonomia intelectual, tão necessária para seu crescimento sociocultural. E a Sociologia pode "dar corpo" à imaginação sociológica pensada por Mills (1975).

Considerando as atuais mudanças socioeconômicas e tecnológicas vivenciadas pelos alunos, a educação ofertada a esses jovens, requer cada vez mais requinte. Cobra de escolas/educadores a orquestração de novas movimentações pedagógicas, que não matizem o direito à democracia, ao poder de voz e ao respeito à sua diversidade. As redes sociais e mesmo as mídias, em geral, promove a veiculação de informações diversas, quer sejam elas verídicas ou não, tencionando as relações de poder na sociedade.

Dessa maneira, os alunos necessitam se configurar como importantes vozes de seu aprendizado, só assim a instituição escolar desenvolve uma concepção cosmopolita dos fatos sociais que os cercam. O discente deve ser capaz de passear por ideias divergentes às suas concepções de mundo, com atitude respeitosa e ética. Os debates vivenciados devem vir permeados de aceitação do outro, que vá de encontro com quaisquer formas de discriminação e preconceito.

Nesse campo de 'conflitos' que o lecionar Sociologia ganha destaque. Como uma das ciências sociais, seria um meio pelo qual, os indivíduos poderiam refletir sobre quais paradigmas o homem está se desenvolvendo; quais processos estão por trás das relações políticas, culturais e socioeconômicas.

Além disso, Dayrell (2010) fala do importante papel desse educador para a escola. Assevera que o sociólogo pode compreender/conhecer os jovens do Ensino Médio, cuidando para que os agentes partícipes do entorno escolar, "desnaturalize a visão que possui dos alunos, superando preconceitos e estereótipos, compreendendo-os como sujeitos sociais com demandas e necessidades próprias" (*ibidem*, p. 66).

Assim, o autor citado "promove" uma nova função para esse educador: a de não ser apenas professor, mas um pesquisador, que auxilia na construção do perfil do alunado, para que todos possam atendê-los dentro de suas singularidades indenitárias e culturais. Desse modo, para a promoção de uma educação que seja eficaz no colégio Matriz, (e nos outros) deve levar em consideração as marcas

culturais dos estudantes. Uma delas, é válido ressaltar; são pertencentes, em sua maioria, à raça negra.

Ao analisar os documentos oficiais que apontam direcionamentos para o ensino da disciplina supracitada, estabelece competências e habilidades, pautadas em três campos, a saber; *representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sócio-cultural*. Se bem desenvolvidas, em sala de aula, amplia as possibilidades de formar sujeitos críticos e reflexivos. Os PCN+ (2002, p.88) tratam de alguns conceitos salubres para o crescimento dos jovens:

[...] um dos conceitos estruturadores da Sociologia atual é o de *cidadania*. Para a elaboração desse conceito é fundamental uma pesquisa que considere as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais e o processo de socialização; a definição de sistemas sociais; a importância da participação política de indivíduos e grupos; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia; os direitos dos cidadãos; os movimentos sociais, entre outros princípios.

No entendimento de *cidadania*, está explícito a ligação direta, não apenas com os conhecimentos da Sociologia, mas também de outras áreas do saber, o que é válido, visto que assim é oportunizado aos aprendentes um conhecimento amplo da realidade social, tendo em vista que o despertar para essa realidade não ocorre apenas sob a ótica de uma única área do saber.

Esse mesmo documento, aborda ainda, outros conceitos que, diga-se de passagem, está interligado, também aos campos explicitados acima, o de *cultura e trabalho*. Sobre cultura aponta que “[...] lembra identidade cultural; diversidades culturais; ideologia e alienação; indústria cultural e meios de comunicação de massa; cultura popular e cultura erudita; tradição e renovação cultural; contracultura; cultura e educação etc.”. (PCN+, 2002. p.88) e o trabalho está ligado a todas as formas de produção do homem, bem como sua relação com os meios de produção.

As OCNs (Brasil, 2006, p. 120) preza, ainda, que o educador deva trabalhar visando os recortes *temas, conceitos e teorias* a partir da pesquisa, asseverando que o "uso de temas pode articular conceitos, teorias e realidade social partindo de casos concretos". Os conceitos ganham destaque ao passo que pode desenvolver nos estudantes, um conhecimento científico sobre os fatos sociais, para além do senso comum. Sensibilizando-os para o olhar sociológico sobre os fenômenos sociais distintos e fazendo uso de teorias diversificadas para análise de uma mesma

realidade. Esse caminho permite compreender que não existe apenas um único pensamento/entendimento acerca dos fenômenos imputados pela sociedade.

As experiências didáticas no Ensino Médio estão bem calcadas na simples transmissão de conhecimento. É uma metodologia ineficiente diante da "nova" juventude. Assim sendo, a pesquisa passa a ser o mote para uma nova forma de fazer o aprendiz chegar ao seu conhecimento, uma nova maneira de se conceber o artifício de ensinar. Dayrell (2010) sugere a pesquisa de opinião um formato salutar para a promoção desse "novo jeito" de se fazer a aula de Sociologia, pois ela "permite o exercício de um olhar de estranhamento e desnaturalização sobre os fenômenos da vida humana, principalmente porque os jovens podem ser corresponsáveis nas descobertas" (*ibidem*, p. 81).

A OCEM (2006. p. 177) frisa a necessidade de escolher um, para a partir deste, englobar os outros dois pois, "um tema não pode ser tratado sem o recurso a conceitos a teorias sociológicas senão se banaliza". Busca trazer significação para os conteúdos na vida dos alunos. Os temas se forem ensinados eles por eles mesmos, não geram um processo educacional que fortalece e interliga todo o arsenal de conhecimentos que a humanidade já produziu. Explorar toda a gama de significações que tem cada conteúdo, dentro da esfera social, se faz proeminente.

Um ensino de Sociologia que segue os preceitos apresentados pelos documentos aqui citados, pode gerar uma formação de sujeitos plásticos, com cidadania fortalecida, necessárias para sua inserção na sociedade contemporânea. A qual cobra, cada vez mais, a participação dos indivíduos nas decisões políticas. Então, essa disciplina pode figurar-se como um meio de o discente se formar integralmente.

É indispensável pois, refletir que as formações técnicas, impostas pelo sistema econômico vigente, negam os contextos sociais da cultura, da identidade, do respeito à alteridade de um povo. Nesse campo, a Sociologia detém relevância significativa para o desenvolvimento de uma juventude crítica.

Um curso que prive pela formação técnica, apenas, desloca a ideia de se formar os estudantes para o exercício da cidadania, defendida por documentos oficiais de educação, como a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS). Ela apenas alija ao mercado de trabalho. Ao que parece, segue a hegemonia de um dado grupo, deixando de lado os anseios das minorias.

Nas sociedades modernas capitalistas, há o grupo dos dominados e dos dominantes, dividindo as sociedades em sociedades de classes, na qual reina as estruturas daqueles que detém o poder. Então, um ensino que apregoa apenas a preparação para o mundo do trabalho, indiretamente contribui para perpetuar as desigualdades. Isso posto, o currículo deve ser pensado obedecendo aos critérios de formação humana cultural e intelectual. A Sociologia, quando construída a partir de um projeto pedagógico contundente, pode ensejar formações pautadas no respeito à alteridade, nos princípios de equidade; contrários a qualquer forma de discriminação e segregação.

Nesse campo cada unidade escolar deve ter bem estabelecido quais objetivos pretende assumir, ao ofertar aos jovens, esse ensino. O que não ocorre na escola Matriz; nos documentos oficiais não consta quais competências e habilidades querem desenvolver nos estudantes. O que esvazia o planejamento do educador, já que não estabeleceram metas conjuntas para serem atingidas.

1.2 Contemporaneidade e questões raciais: por uma sociologia negra

Quando o curso da vida humana deixou de ser dito através da religião, é como se o indivíduo estivesse passado de um estágio a outro. Esse caminho provoca mudanças profundas na sociedade. Observa-se um apoio no intelectualismo para que nós humanos nos "encontrássemos" novamente. Talvez por isso Weber nos fala do '*desencantamento do mundo*'; tudo que os sujeitos concebiam como naturais, certos, parecem não mais fazer sentido.

As "minorias" se subvertem, desejam serem ditas e vistas de/por outras maneiras. Nasce um forte desejo de serem percebidas através de suas singularidades culturais. Bauman (1999) salienta que o mundo procura a ordem, pois os valores defendidos e quistos pela igreja, não são mais tão bem aceitos. Os acontecimentos são desenhados de modos diferenciados. É o rompimento com a tradição. Os valores morais e éticos passam a ser questionados.

Esses são os chamados reflexos da modernidade ou contemporaneidade, entendidos como o momento social em que se encontra a humanidade. "Pensada como presente, essa modernidade foi vista como produto do processo de racionalização experimentado pela civilização ocidental, desde dos fins do século 18. [...] promoveu a modernização da sociedade e da cultura" (ADORNO,1994, p. 7).

Nesses (des)encontros as mudanças de paradigmas nas ciências, nas relações de trabalho e pessoais, deixam acentuadas marcas na sociedade, como um todo.

A ideia de liberdade se faz presente no *corpus* dos fatos sociais dos indivíduos. No entanto, vivenciar essa revolução é importante na medida em as diferenças, individualidades dos seres humanos passam a ser defendidas no meio social. Nesse espaço Adorno (1994) considera que as ciências humanas surgem como elemento de distinção entre a aparência e a cerne das coisas. Vem para afastar o senso comum e buscar histórias voltadas para identidade.

Ianni (1988) observa que a modernidade e a Sociologia são contemporâneas, surgido como uma ciência responsável por explicar esses fenômenos, formulando e devolvendo temas de importância singular para o esclarecimento do Mundo Moderno. Analisa as crises, dilemas e transformações desse tempo, através de temas clássicos como,

Sociedade civil e estado nacional, multidão, massa e povo, classe social e revolução, ordem e progresso, normal e patológico, racional e irracional, anomia e alienação, sagrado e profano, ideologia e utopia, comunidade e sociedade, passado e presente, tradição e modernidade. [...] esses e outros temas são tratados diferentemente por umas e outras abordagens teóricas. (IANNI 1988, p. 14)

Assim, os caminhos para se compreender os fenômenos não são tão brandos, há ideias divergentes, vieses teóricos-metodológicos antagônicos, modelos explicativos opostos para um mesmo fenômeno. Evidencia, assim, a relevância da Sociologia como disciplina que vem para representar, também, as "minorias", os 'atores sociais emergentes', já que edifica as discussões voltadas para o ser social.

Dos estudos dessas "minorias", destacam-se aqui as matérias sociológicas das relações raciais no Brasil. Ou seja, observa-se que na Sociologia contemporânea ou moderna, há um arsenal relevante sobre essas teorias, denotando a existência de projetos de luta de 'emancipação' do povo negro. Ianni (1972) prevê que o conhecimento sociológico tem grande servia para se pensar os sistemas de racionalização em um país como o Brasil formado por contingente raciais diversos, portanto, miscigenado, heterogêneo.

Bento (1998) divide as teorias raciais em três gerações; a primária defendeu que a escravidão não gerou conflitos, a segunda geração desvelou que negros viviam

em desvantagem no Brasil. A última trouxe à tona que a discriminação racial deixou marcas negativas para o brasileiro.

O negro esteve mal representado no pensamento sociológico brasileiro na época do Brasil colonial através, por exemplo, de projetos/estudos mal concebidos como os de Gilberto Freire, com *Casa-Grande e Senzala* (publicado em 1933). O sociólogo, afirmou que a escravidão não tinha deixado sinais de desentendimentos entre negros e brancos, projetando a ideia de raças que viviam harmoniosamente, escondendo o projeto de branquitude que estava sendo orquestrado.

Raimundo Nina Rodrigues, médico maranhense, compreendia a mestiçagem brasileira como um sério problema econômico, que precisaria ser barrada, como se ela já não estivesse entranhada na nossa sociedade. Artur Ramos, médico psiquiatra, se enveredou, também, pelos caminhos da Antropologia. Nisso publicou, dentre outras, a obra *O negro brasileiro e o folclore negro no Brasil* (1934).

Lendo Tamano (s.d., p. 86) observa-se que Ramos não aceitava "a hierarquia racial, na qual os não-brancos estavam na base, por incapacidade biológica, uma vez que inferiores aos brancos. No entanto, seu discurso a respeito da cultura, ainda se pautava nesta polaridade de superioridade e inferioridade."

Se basear no binômio superioridade/inferioridade é, automaticamente, sobrepor um grupo sobre outro. Então, as defesas de Ramos estavam, também, a favor da construção de uma identidade eurocêntrica para o país. Haja vista que, em meados de trinta, buscava afirmar uma identidade nacional, pois o Brasil havia passando por um período de colonização.

Na segunda geração defendida por Bento (1998) destacam-se os trabalhos de Florestan Fernandes e Octavio Ianni. O primeiro traz, em 1964, a obra *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. Propunha um olhar importante para a discussão do negro, vez que corrobora para a derrubada do mito da democracia racial. Apresentando desigualdades vivenciadas entre as duas raças.

Já Octavio Ianni, publica em 1966, *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Demonstra diferenças sociais entre os dois grupos, negros e brancos, comprovando a existência de discriminação para com o povo negro. Desponta desvantagens, por exemplo, na questão da escolarização e da ascensão social. Cabe destacar que esses trabalhos desses autores consagrados, fazem parte um projeto político para se estudar o negro em nosso país, na época.

Ianni exibe uma "visão problemática", do negro no período pós-abolição, escreve: "prejudicados pelas experiências dramáticas da escravidão, e por uma mentalidade empobrecida, inerente à condição de escravos, o negro e seus descendentes estarão incapacitados, para um reajustamento positivo ao sistema econômico social" (IANNI, 1972, p. 69). Em outras palavras, diz que o negro foi naturalmente "estragado" para o trabalho livre por conta da escravidão, deixa de fora a discriminação social vivenciada por eles, que os colocou em posições inferiores, e não a escravidão em si, como pretende nessas falas.

De acordo com Bento (1998) existem duas correntes iniciais de "pensamentos" raciais no Brasil. A primeira fez parte de um projeto eurocentrado, no qual defendia que os negros eram biologicamente inferiores, por isso se tornaram escravos e desenharam uma democracia racial insidiosa.

A segunda etapa, há, em média, 40 anos depois, a ciência (se é que possamos chamar esses estudos de ciência), derrubou a teoria da diferença biológica, mas afirmava que os negros, por terem sido escravos, foram deformados. Colocamos esses trabalhos iniciais de Florestan e de Ianni, imbuídos em um projeto que ainda dizia do negro com visão distorcida, com resquícios do olhar do branco colonizador.

A representatividade da Sociologia negra ainda necessita ser melhor conhecida e desenvolvida. Nesse campo, um dos sociólogos de renome é o baiano Guerreiro Ramos. É possuidor de um trabalho salutar sobre as relações raciais. Perpetra em seus estudos, uma distinção necessária entre a vida do negro e o negro como tema e pesquisa:

Como tema, [...] tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos" e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, [...] vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. [...]. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (GUERREIRO RAMOS, 1955, p. 215).

Foi um respeitável militante do movimento negro, participando do Teatro Experimental do Negro (TEN), Jornal do Quilombo e do Instituto Nacional do Negro, Guerreiro publica uma importante obra em 1965, *A redução sociológica*. Observa-se

no caminhar sociológico de Ramos, a busca por uma Sociologia que fosse abarcadora de causas sociais.

Sobre o negro, defendeu pensamentos de que seria o próprio, dotado de competências para dizer de si, pois são os possuidores/conhecedores de sua negritude. Tutelou respeito para com suas criações, tradições. Defendeu um olhar limpo, sem ideias colonizadoras. Daí a relevância de seus trabalhos voltados para essa temática.

Outro sociólogo, que estudou/contribuiu para a sociologia negra brasileira, foi Clóvis Steiger de Assis Moura, jornalista e historiador. Teve participação massiva no movimento negro brasileiro, em 1970. Foi responsável por importante obra sociológica histórica e até poética, *O negro: do bom escravo a mau* (1977), legado importante, pois esclarece a ideologia dominante do surgimento do mito da democracia racial.

Com *Sociologia do negro brasileiro* (1988), na qual discute, dentre outras coisas, o lugar da religião na derrubada da ideia de uma escravidão pacífica. Elas representam o caminho regresso às ideias de pensadores, como Gilberto Freire, assim, como fez Guerreiro Ramos.

No campo da Antropologia, área a qual os educadores têm o dever de levar para as aulas de Sociologia no Ensino médio, há importantes contribuições sobre as relações raciais no Brasil. Podemos destacar vários antropólogos que contribuíram, decisivamente, para um novo desenho da negritude. Incumbe citar as pesquisas de Kabengele Munanga, Leila Gonzalez, Petronília Beatriz Goncalves Silva, Nilma Lino, Maria Aparecida Silva Bento, Lilia Moritz Schwarcz e Solano Trindade.

Munanga (antropólogo) derrubou o mito da democracia racial, através de seus estudos sobre a questão racial. Publicou várias obras, tais como, *Negritude: Usos e Sentidos* (1986), *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial* (1996), *Racismo: Perspectivas para um Estudo Contextualizado da Sociedade Brasileira*, escrito em parceria com Carlos Alberto Hasenblag e Lilia Moritz Schwarcz, em 1998, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*, em 1999, *O Negro no Brasil de hoje e Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações*. Todo seu arsenal foi (e é!) de importância singular para o desenvolvimento de políticas públicas de correção desse povo, por isso foi premiado várias vezes pelos seus trabalhos envolvendo a temática racial.

Lélia Gonzalez possui uma vasta bibliografia negra, entre artigos, livros e ensaios, principalmente voltada para a mulher negra, pois militava em prol dessa

causa. Dentre elas, vale destacar como principais obras, *Festas populares no Brasil*, publicado em 1987 e *Lugar de negro*, escrito em co-autoria com Carlos Hasenbalg (1982). Entre ensaios e artigos cabe citar: *Mulher negra, esse quilombola* (1981), *A mulher negra na sociedade brasileira* (1982), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* de 1983, *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), *Por um feminismo afrolatinoamericano de 1988*, *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, dentre outros.

Foi membro fundadora de órgãos como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum. Seu trabalho tem importância fundante para a consolidação do lugar da mulher negra aqui no Brasil, além de ter contribuído fortemente para os debates sobre o negro, de um modo geral.

Petronília Beatriz Gonçalves Silva teve atuação de grande valia na luta pelos direitos do negro, pois foi indicada pelo movimento negro para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Lá foi relatora da comissão que elaborou o parecer CNE/CP n.º 3/2004, documento regulamentador da lei 10.639/2003. Foi conselheira em três órgãos ligados às questões raciais, a saber: do World Education Research Association (WERA) representando a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) (2009 - 2016), no Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (2015 - 2016) e da Fundação Cultural Palmares.

Recebeu honrosas homenagens por seu trabalho. Como principais obras podemos citar *O Pensamento Negro em Educação no Brasil*, escrita com Lucia Maria de Assunção Barbosa, *História de operários negros, Educação e ações afirmativas* e junto com Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, escreveu *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*.

Nilma Lino é antropóloga e pós-doutora em Sociologia. É dona de um legado inestimável sobre as questões afro. Escreveu várias obras entre livros e artigos entrelaçadas nessa temática, como *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras* (Mazza Edições, 1995); *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade* (Autêntica, 2004), em parceria com Aracy Alves Martins; *O negro no Brasil de hoje* (Global Editora, 2006), em parceria com Kabengele Munanga; e *O movimento negro educador* (Vozes, 2017).

Lilia Moritz Schwarcz é professora titular no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Foi Visiting Professor em Oxford, Leiden, Brown, Columbia e Princeton. Faz parte do Comitê Brasileiro da Universidade de Harvard e é Global Professor pela Universidade de Princeton. Possui obras singulares para o debate da questão racial, como *Retrato em branco e negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993) *Registros escravos* (2006) *Navio Negreiro: cotidiano, castigo e rebelião escrava* (1994 e 1998). Foi premiada por várias obras, inclusive algumas que debatem a questão racial.

A Filosofia também tem contribuído para a derrubada do patamar de discriminação. Há o engajamento de filósofos/ filósofas nessa luta, como Angela Davis. Podemos afirmar que sua vida é sua luta e sua luta é sua vida. Através de várias obras como, *A liberdade é uma luta constante* (2018), *Mulheres, cultura e política* (2017), *A democracia da abolição* (2009), *Mulheres, raça e classe* (2016), demonstra um campo vasto que pode ser explorado por educadores da Sociologia ao tratar da negritude. Pode se dizer que ela milita em prol do abolicionismo feminista e interseccional.

A Sociologia contemporânea, no que diz respeito as relações raciais, tem buscado fôlego, para constituir seu arcabouço, na Antropologia. Ela tem dado subsídio importante para a afirmação das teorias sociais sobre os negros/as, contribuindo, desta forma, de maneira consonante, para a (re)construção de seu lugar na sociedade brasileira.

1.3 O *entre-lugar* da Sociologia no Brasil

Falar dos caminhos ou mesmo descaminhos da Sociologia, no Brasil, é algo interessante, e é, acima de tudo, pisar em terreno extremamente político e ideológico. Por vezes foi aceita, por tempos, não. Uma série de questões para sua consolidação, entra em voga. A intermitência vivenciada em seu currículo provocou mudanças nas trilhas dessa disciplina. Trazer este comentário parece prosaico nesse momento, (dado a quantidade de pesquisas que apresentam essa discussão) no entanto, compreender esse artifício é fundamental para englobarmos, até mesmo a relevância dessa disciplina no contexto escolar e extraescolar da sociedade.

No meio escolar, a disciplina serve como mote para o pensar crítico do alunado. Fazer o estudante “pensar sociologicamente” eleva-o culturalmente e o faz entrar no caminho da cidadania, enquanto indivíduo que participa dos “movimentos sociais”.

Motivo pelo qual, muitos defenderam a retirada dessa disciplina do currículo escolar. Pois, a Sociologia contribui de maneira significativa, para que os sujeitos compreendam seus direitos e deveres. Para Jinkimngs (2004 apud Florêncio, 2016, p. 1), a disciplina foi incorporada quando o país passava por mudanças sociais e aspirava a um processo democrático. Quando se ausentou, vivenciava regime ditatoriais, como o Estado Novo e o regime militar pós-1964.

Diante de uma sociedade marcada pelo capitalismo, cada vez mais voltada para a individualidade, para o lucro, ofertar um componente curricular que humaniza as pessoas, através de diversas temáticas, como por exemplo, intolerância religiosa, homofobia, racismo, gênero, dentre outros, a escola tem um grande ganho, visto que a sociedade ainda carrega traços de patriarcalismo e intolerância. Avançar nesses setores, se faz proeminente, pois para alcançar os ideais de igualdade proclamados na Constituição Federal de 1988, necessitamos transgredir tais entraves. No entanto, para que essa disciplina se tornasse parte integrante do currículo escolar, houve momentos de entrada parciais, através da facultatividade, de apagamento totais e de presença marcada, quando obrigatória.

Cabe destacar os avanços significativos com o Parecer CNE/CEB 38/2006, modificando o então Parecer CNE/CEB nº 15/98 e a Resolução CNE/CEB nº 3/98, fazendo obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia. Este vem para reiterar a importância dessas disciplinas “para um processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas”.

Observamos, assim, uma conquista importante para o meio educacional, mesmo que reconhecemos, tardia. Além deste, o que demarcou verdadeiro território dessa matéria foi a Lei nº 11.684/2008, reafirmando a imposição da disciplina na última etapa da educação básica e, por último, temos a lei 13.415/2017, a qual respalda, mais uma vez, sua permanência na última etapa da educação básica. No artigo 35-A, inciso 2º, dita que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de [...] Sociologia [...]”.

Apesar da existência desses três marcos, notamos que ela ocupa um ‘não lugar’ no cenário da educação nacional. Ainda recentemente, foi apresentado à Câmara Federal, um Projeto de Lei (6.840/2013) propondo a não obrigatoriedade da Sociologia.

No entanto, após essas demandas surgiu o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio conseguindo modificar alguns fatores, inclusive com relação a essa disciplina. Porém, com a reforma da última etapa da educação básica, iniciada em 2020, (com o Novo Ensino Médio) não tirou a obrigatoriedade da Sociologia, mas propunha a redução de carga horária. O lugar desse educador e da própria disciplina ficou periférico na nova base.

Essas variações precisam serem postas à reflexibilidade por um conjunto de atores sociais que se queiram interessados nesse campo, posto que a redução do tempo de aula, embaraça a qualidade epistemológica e pedagógica dessa disciplina.

Há, ainda, muitos entraves a serem superados. Esse *não-lugar*, trouxe marcas negativas para o processo da identidade e mesmo para sua finalidade. Não há certo, um consenso sobre a formação, se para o bacharelado, para atender o mercado de trabalho ou outra mais geral. Os próprios cursos ofertados por algumas universidades, ainda dividem o tempo acadêmico em licenciatura e bacharel, deixando facultado ao aluno cursar os dois ou não, a exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A intermitência acarretou interferências para o chão da sala de aula. A formação de professores necessita ser melhor aprimorada, pois ainda há uma carência significativa de educadores dessa área. O Censo Escolar de 2015 apontou que apenas 12% dos educadores de Sociologia que atuavam nos anos finais da educação básica, tinham formação na área.

Na Bahia esse dado é ainda mais alarmante, pois 21% são pedagogos e apenas 4%⁵ são formados na área das Ciências Sociais, avisou o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2016. Não é diferente no Colégio Matriz, não existe educador formado na área das ciências sociais, como mostrado abaixo.

Ainda carecemos de maiores investimentos para a consolidação de um ensino, que nas palavras de Fernandes (1954, p. 92-93) seja capaz de fazer o aprendiz chegar a uma visão não estática e nem dramática da realidade social, mas que os munam de uma posição objetiva sobre esses fenômenos, estimule o espírito crítico e vigilância intelectual, necessária para esse tempo de crise profunda.

Outro problema que é válido citar aqui é a falta de investimentos em materiais didáticos. Analisando as pesquisas de Eras (2014) e Meucci (2000) é possível concluir

⁵ Em números representa, apenas 199 educadores.

que a produção científica no campo da Sociologia, se deu em momentos nos quais ela se oficializava no currículo escolar, o que resultou em vários períodos de recuo, dada as idas e vindas dessa matéria no cenário da educação básica. (*ibidem*,2000) aponta a fertilidade repentina dos anos 1930 à produção de manuais, como sendo decorrente do fato de que nesse período havia um movimento em prol da institucionalização dessa disciplina.⁶

Ela ainda informa que no Brasil, a Sociologia entra pela primeira vez no currículo secundário, apenas em 1891, através de Benjamim Constant. No entanto é retirada, sem questionamentos, pela lei que regulamentava o Ginásio nacional, Colégio Dom Pedro I no Rio de Janeiro, atualmente. Só retorna em 1925, na 6ª série do ginásio, para quem teria interesse em se formar Bacharel em Ciências e Letras.

Nota-se que a produção intelectual dessa área é por vezes interrompida e tem seu auge, por assim dizer, nos anos vinte e trinta, quando o mercado estava favorável. Entre os anos de 1930 a 1945, [...] 30 livros didáticos de Sociologia foram elaborados por 22 autores (MEUCCI 2014, p. 218). Meucci (2000, p. 10) informa que nesse período houve cursos sendo abertos nas universidades e também, entrada nos currículos de algumas escolas secundárias.

Constituíram longos períodos de silenciamento. O que não aconteceu para outras. Até o presente momento essa produção ainda é restritiva. Na maioria das vezes, o livro didático (LD) é o único material de que o educador dispõe, daí a relevância de contar com bons aportes, dialogando com Eras (2014, p. 108):

A falta de formação adequada dos professores para as áreas de Ciências Sociais, a não compreensão e a ausência de diálogo com as Diretrizes Educacionais e de propostas programáticas, além da escassez de materiais didáticos observados, comprometem a qualidade pedagógica e epistemológica do Ensino de Sociologia na Educação Básica.

Em 2012, quando a Sociologia entra para o Programa Nacional do Livro Didático, (PNLD) fora aprovado apenas 2 (dois) manuais didáticos, número muito encolhido em se comparando a outros componentes. Em 2015, já foram 6 (seis)

⁶ Meucci (2000) assevera que a Sociologia entra no currículo das escolas secundárias nessa época, do Rio de Janeiro, Pernambuco de São Paulo e também a abertura do curso de Ciências Sociais da escola livre de sociologia e política na Universidade de São Paulo e na do Distrito Federal e tantos outros marcos importantes relatados por ela, observando os estudos de Florestan Fernandes (1955), de Luís Costa Pinto (1949) e de Ricardo de Azevedo (1976).

aportes acatados. O que denota número expressivo na produção didática nesse campo. Apesar do aumento significativo, o maior entrave ainda é a falta de materiais com qualidade, pois compromete o processo de ensino-aprendizagem.

Hoje sabe-se da importância de metodologias de pesquisa para consolidação de suas aulas. No entanto, na maioria das vezes, educadores não dispõem de apoio necessário para o incremento de tais ações; falta formação para essa compreensão e até recursos materiais. Neuhold (2012, p. 5 apud Eras, 2014, p. 51) observa que,

a sua presença descontínua nos currículos da educação básica gerou uma série de consequências, as quais incluem desde a dificuldade de delinear seus objetivos, de criar consensos sobre os conteúdos a serem desenvolvidos, de produzir materiais didáticos diversificados e de constituir uma tradição de ensino, até a de formar uma comunidade de professores fortalecida e de fomentar pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

No campo dos conteúdos, há muito que avançar. Ainda não está claro quais contribuem para o crescimento intelectual e cultural dos estudantes, que promova um saber sociológico aprofundado. O que denota falta de clareza na intencionalidade pedagógica para a disciplina. Sendo assim, a intermitência matizou uma série de problemas que necessitam de maior aprofundamento, se quisermos “orquestrar novas movimentações ao campo e reposicionamento de saberes e de lugar, inclusive, das obras como registro simbólico dessas ações” (ERAS, 2014, P. 210), para a consolidação e polimento da Sociologia na educação básica.

1.4 Sociologia: que lugar ocupa no *lócus* de pesquisa?!!

O ensino de Sociologia, para sua efetivação, precisa vencer uma série de obstáculos, como já explicitado. Um dos grandes empecilhos é a falta de docentes formados na área. Muitas vezes é ensinada por alguns docentes, apenas porque não tem outra disciplina para completar a carga horária. Falta condensar conteúdos mínimos a que necessitam ofertar. As pesquisas também são ainda, embrionárias, dada a proeminência dentro do currículo, falta de materiais com teor de qualidade elevado e outras dificuldades.

Esse foi o legado deixado pela história intermitente dentro do currículo escolar. Causou percalços na efetivação dessa disciplina como formação "crítica dos sujeitos". Esses andamentos constituíram (e constitui) problemas para todas as instituições escolares. No Colégio Matriz o mesmo acontece, como veremos a seguir.

Não há docentes formados na área, os que lecionam acabaram 'pegando', devido à redução de turmas do colégio, (o que vem acontecendo desde 2017), daí faltou carga horária. São três educadoras, duas formadas na área de Letras, pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e uma formada em Pedagogia, pela Universidade Salvador (UNIFACS), hoje filiada à Laureate International Universities, com complementação em Matemática pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (FAC).

Ou seja, são as professoras de Língua Portuguesa, Pedagogia e Matemática que ofertam a disciplina. As educadoras não têm formação na área da Sociologia, seguindo a linha (ou desfalque) de educadores dessa disciplina em todo país. Na Bahia, são formados na área, apenas 199. No Brasil, de acordo com dados do Censo da Educação básica de 2017 (INEP, 2018), apenas 27,1% possui formação específica na área de Licenciatura em Ciências Sociais e estão em atuação no ensino médio⁷.

Há uma carência acentuada de docentes na área, acentuando certo comprometimento, vez que podem vir a faltar aos seus docentes, conhecimentos que só estudando o campo podemos melhor lecionar. O debate sobre as teorias sociológicas fica um tanto quanto, desarranjado, bem como a metodologia que o componente demanda. Pois, como diz Oliveira (2000), o processo de formação possibilita ao educador/educadora, questionar sua concepção, confrontando com o ambiente de sala de aula e também chegar à avaliação sistemática de seu percurso.

Chama a atenção outro obstáculo: os professores não dedicam exclusivamente seu tempo, apenas a essa disciplina. Raizer (2017, p.19 apud Durães 2018, p. 108) assevera que o Brasil, possuindo 47.961 professores de Sociologia, em geral, apenas 12,7% tem dedicação exclusiva para a disciplina e apenas 9,7% dos docentes dedicam-se com exclusividade, no Ensino Médio.

Na escola citada, essa realidade não destoa. Nenhuma das educadoras atuam só com ela. Uma, além de Sociologia, ensina Língua portuguesa, Projeto de vida, Empreendedorismo, sendo que ainda trabalha em outra unidade escolar, com mais 20 horas. Outra leciona Língua Portuguesa e Leitura e Produção Texto, a chamada LPT. A última, atua em quase todas as áreas do conhecimento: Matemática, Biologia

⁷ Durães (2018), dados retirados do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2012 e 2016).

e Geografia. Dentro desse misto de disciplinas que se ocupam, a Sociologia funciona como ponto de apoio para que as docentes recebam sua carga horária completa.

À vista disso, é destinado pouco andamento para o estudo das teorias e conhecimentos sociológicos. Sendo o problema amplificado pela falta de formação na área. Ficando o planejamento e o processo de ensinar e aprender, prejudicados. As condições ao bom ensino necessitam serem dadas aos educadores (as), se não correemos o risco de minimizar e enfraquecer as discussões. A Sociologia é ofertada à sete turmas. Ficam de fora as dos cursos Técnicos de Administração e o de Cozinha e também a EJA- Educação de Jovens e Adultos. São as que ocupam o turno noturno da entidade.

Apenas uma educadora é efetiva (com 40 horas semanais), uma contratada pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), com apenas 20 horas semanais e a outra substituta, com 40 horas. Trabalhar a disciplina com maioria de profissionais contratados, pode representar um problema, pois corre o risco de faltar professor a qualquer período, quando os contratos das educadoras forem interrompidos. Acrescido a isso, observamos que parte relevante das formações ofertadas pela SEC-BA, apenas educadores do quadro de efetivos, podem participar.

Apenas a efetiva é especialista, as contratadas são apenas graduadas. Apesar de as três serem de peles bem claras, todas se consideram pardas. Os recursos mais utilizados nas aulas de sociologia, são televisão Pendrive, (em todas as salas tem uma) impressora e data show.

Para programação das aulas, as educadoras consultam com mais frequência, os livros didáticos, vídeos (todas usam), obras clássicas da área e repositórios de teses e dissertações *on-line* e material de formação das secretarias de estado e do MEC. Apenas uma diz fazer uso de publicações recentes.

Todas disseram realizar o planejamento semanalmente e duas delas contam usar o recesso, feriado e finais de semana (apenas uma disse que não) pois, o tempo dessa atividade na escola é insuficiente, sendo realizado, quase que totalmente, em suas casas. Fato importante, pois, sem o boa idealização não se efetiva boas práticas didáticas. É necessário refletir sobre qual melhor caminho a seguir para fazer os estudantes chegarem ao aprendizado.

Luckesi (1994, p. 153) diz que "os procedimentos são os recursos imediatos de ação que utilizamos para cumprir um fim intermediário (no nosso caso a aprendizagem de alguma coisa), tendo em vista um fim político abrangente (no caso

a formação do cidadão)". Sem um planejamento prévio não se chega a bons resultados, nem se quer, o educador/educadora sabe qual lugar quer alcançar, pois não para para analisar em que lugar está. É o planejamento que possibilita essas e outras reflexões.

Pela disciplina possuir limitações de materiais nas escolas, faz-se necessário as educadoras arranjam outros manuais paradidáticos, como por exemplo, revistas acadêmicas da área, utilizar mais teses, dissertações, pois iriam prover discussões recentes do campo da Sociologia, agenciando um ensino voltado para o meio social em que vivem os alunos.

É garantido o LD a todos(as), tanto que o levam para casa. Nunca houve projetos de extensão voltado para a disciplina e, nem tampouco, para outras áreas. As educadoras dizem que frequentam a biblioteca da escola, apenas uma respondeu que às vezes. Os estudantes realizam atividades extraclasse, em sua maioria semanalmente. Estas são desenvolvidas, em sua maior parte, com conteúdos, informações de Internet e livros didáticos. Apenas uma educadora diz que os aprendentes reúnem em casa para debater o conteúdo.

Para ministrar as aulas dizem utilizar, músicas, vídeos, filmes, "a famosa" revista "Mundo Jovem", livro didático. Sendo o LD o material de uso mais recorrente, assim, como a grande maioria de docentes brasileiros. Utilizam-no para várias finalidades: para atividades de leitura com os jovens, para organizar seu planejamento, tratar conteúdos com poucas opções de materiais disponíveis e estudar temas que não tenham segurança.

Meucci (2014) lembra que não é utilizado apenas como recurso didático, é mais que isso; é a única obra de referência de que dispõe, mas por outro lado, evidencia que muitos educadores e alunos o ignora. No caso de Sociologia, observa-se forte tendência a utilizá-lo e mesmo segui-lo, como acontece na escola pesquisada, pois muito se alega a falta de material didático disponível.

Entra em cheque a questão da primordialidade de se produzir bons manuais didáticos já que nesse espaço "[...] são referência importante para o preparo das aulas e formam, em alguns meios (tanto no nível médio, quanto superior), um círculo endógeno, autorreferido [...]" (*ibidem*, p. 223). Precisam fazer alusão aos fatos sociais com bons referenciais e de maneira sólida, se não minam a formação crítica dos sujeitos, objetivo esperado pelos documentos oficiais dessa área.

As temáticas mais abordadas na escola pesquisada são: questões de gênero (Feminismo), Trabalho, Movimentos Sociais, estudo da Constituição, Desigualdade social. Os estudantes acrescentaram: Relações entre os indivíduos e a sociedade, Sistema de produção, Ditadura de 1964, Cultura e ideologia. As metodologias são diversificadas. Realizam debates, seminários, leitura e produção de texto. Quando perguntados aos discentes, quais os sociólogos mais estudados para as discussões, foram quase unânimes, garantindo serem Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Há certo distanciamento dos conteúdos da vida dos estudantes. Não se trata da Sociologia rural, por exemplo, que representa o contexto em que os aprendizes estão inseridos. Sem contar que todas as discussões apresentadas nos LD, partiu do caráter urbano. Os livros são produzidos por autores de grandes cidades. Então, a representação de alunos oriundos de conjunturas rurais, fica prejudicada.

Quando solicitados que avaliassem o ensino de Sociologia, os jovens aprendentes asseveraram: "É um ensino bom, mas poderia visar mais conhecimentos sobre a população negra, já que é um público que sofre bastante discriminação" (ESTUDANTE 5). "Na maioria das vezes não 'da' para englobar todos os temas". "Poderia falar mais acontecimentos do 'dia-dia' como por exemplo, preconceito, a vida do negro na sociedade" (ESTUDANTE 10).

Nessas 'vozes', fica claro que os aprendizes têm expectativas maiores com relação à Sociologia em sua escola. Destacam, principalmente, a necessidade de debater sobre a negritude, pois compreendem que é uma forma de vencer preconceitos.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) trazem três tipos de recortes para o ensino de Sociologia: *temas*, *conceitos* e *teorias*, como já dito aqui. Afirmam a relevância de se trabalhá-los, de maneira conexa, um não pode prescindir do outro (BRASIL, 2006). Na escola pesquisada, o formato como as educadoras abordam os conteúdos ficam restritos ao campo dos temas, na maioria das vezes, sendo que os estudantes e mesmo os educadores, se referenciam muito ao trato da Sociologia, utilizando o termo "*temas*". Em contramão a isso, nos alerta as OCEMs:

Um *tema* não pode ser tratado sem o recurso a conceitos e a teorias sociológicas senão banaliza, vira senso comum, conversa de botequim. Do mesmo modo, as *teorias* são compostas por conceitos e ganham concretude quando aplicados a um tema ou objeto da

Sociologia, mas a teoria a seco só produz para esses alunos, desinteresse. (BRASIL, 2006, p. 177).

Nesse campo, caberia um espaço de formação para as educadoras pesquisadas, já que não estudaram essa área para lecionar. Pois, esse entendimento é importante para que os discentes compreendam um conteúdo de maneira completa. Sem os três pressupostos metodológicos (*temas, conceitos e teoria*) o entendimento de um fenômeno sociológico fica comprometido. Estudar a teoria é importante, por exemplo, para saber relacionar um fato a outros, para que o alunado apreenda como tal acontecimento se configurou. Os conceitos auxiliam o aluno a vivenciar uma linguagem adequada do conteúdo. Os temas os levam a conhecer a realidade e debater sobre ela, como bem aponta as OCEM (2006).

A escola não possui PPC (Projeto Pedagógico de Curso), apenas Projeto Político Pedagógico (PPP), ainda desatualizado, do ano de 2017. Sobre Sociologia, expõe apenas a relação de conteúdos que deva ser abordado ao longo das três séries, isso na parte que trata da composição curricular (p. 49).

Observamos que a lista de conteúdos é extensa, pois distende por duas páginas do PPP. Como a disciplina ocupa carga horária reduzida, variando entre uma e duas aulas semanais. A depender da série, os conteúdos poderiam vir em um número menor, diante da reduzida carga horária. Privar por aqueles que tem mais presente o destinatário, pois é relevante, nas aulas de Sociologia, o educador trazer à tona, elementos da cultura dos estudantes. A educação, de um modo geral, necessita estar atenta a nova ordem mundial, senão perde o sentido. Esse documento, contempla a Sociologia política e a Antropologia. Apresenta uma gama de teorias Sociológicas.

No entanto, faltou uma concepção de qual tipo de aluno visa formar, por exemplo. Provocar uma reflexão sobre qual ensino a instituição pretende ofertar a seus jovens, para que as educadoras, a partir do PPP, tenham um norte a seguir e não apenas na questão de conteúdos, mas, também, em competências e habilidades que, aliás, é o molde que prega a nova BNCC. É importante que a escola tenha claro discernimento das ações pedagógicas na oferta de todos os componentes curriculares, de forma documentada, para contribuir na eficácia da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO 2 – A LEI 10.639/03 E SEUS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO COLÉGIO MATRIZ

"Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados". (MUNANGA, 2000, p. 17)

2.1 Na rota da lei 10.639/2003: criação e contexto

A partir de 2003, um dos itinerários a ser seguidos pelos educadores, professores e demais agentes escolares, de acordo com a lei 10.639⁸, será o resgate da cultura negra brasileira, trazendo à tona sua contribuição e presença nas áreas socioeconômica e política “pertinentes à História do Brasil”. Pois, assim foi descrito o documento da lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, e 79-B: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...] "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Para que fosse aprovada houve um engajamento de diferentes sujeitos e movimentos. Pacífico, em sua dissertação (2011) nos lembra da ação do deputado federal, Abdias do Nascimento, o qual apresentou, há mais de trinta anos, em 1983, um projeto de lei (PL 1332/83) que defendia o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis de educação. No entanto, o projeto não foi aprovado.

⁸Essa lei já foi alterada em 2008, sendo enumerada 11. 645/08, passando a incluir a história e cultura indígena. No entanto, como o enfoque dado à essa pesquisa é a cultura negra e afro-brasileira, será tratada com a numeração primeira.

Em outras ocasiões outras propostas de educação para as reações étnico-raciais também foram povoando momentos políticos e históricos de discussões (*ibidem*, 2011). Na Assembleia constituinte anterior a 1988; em 1995, na *Marcha Zumbi dos Palmares: pela vida e contra todas as formas de discriminação*; nas discussões sobre a LDB; nos seminários de preparação para a Conferência Mundial Contra o Racismo. Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, dizia desse tipo de ensino, mesmo que de maneira muito indireta.

Para um cidadão desatento, parece que a lei foi criada nos gabinetes de governantes, por vontade destes e por busca de justiça. No entanto, esse processo foi muito além disso. As lutas empreendidas de movimentos negros, em alguns cantos do país, ecoaram até o congresso e repercutiram em algumas políticas públicas. Em 1950, foi criado no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional do negro brasileiro. Nos parece pecado, não citar as batalhas lendárias do Movimento Negro do país, iniciado em 1970. Nogueira (2014, p. 17) comenta:

Uma leitura da legislação educacional brasileira nos leva à seguinte compreensão: a lei 11.645/08 altera a lei 10.639/03, subsumindo esta. Pois [...], o movimento negro, brasileiro, através de estratégias, negociações, ponderações, alianças, protagonizou a formulação da lei 10.639/03 e o apoio decisivo, cinco anos depois, à lei 11.645/08.

Observa-se que no processo de criação, houve a participação de “muitas mãos”, que compreendiam e compreendem, a expressividade dessa discussão em sala de aula, tentando ‘organizar’ novas práticas, incluindo um debate epistêmico e político acerca da cultura negra e afro-brasileira.

O esforço e trabalho não foram ao léu. A lei vem, dentre outras coisas, pautar os litígios do movimento negro, compreendido como as lutas de todas as entidades, militantes, que batalharam pelas conquistas desse povo, desaguando em mudanças dentro do plano da educação nacional.

As instituições de ensino têm por obrigação e dever, discutir sobre essa temática senão estão indo de encontro com o que prega os documentos oficiais basilares da educação, comprometendo, assim, a qualidade pedagógica, vez que abranger a diversidade cultural no seio escolar, é terminante para as mudanças socioculturais do alunado.

Esse marco regulatório busca rever conteúdos e o currículo escolar. Surge, também, para corroborar com as falas das Parâmetros Curriculares para o Ensino

Médio, PCNEM (BRASIL, 2000) e a Resolução CEB Nº 3, de junho de 1998⁹, os quais tem como fundamentos a *estética da sensibilidade*, a *política da igualdade* e a *ética da identidade*.

Através da *estética da sensibilidade*, os conteúdos trabalhados referentes às relações ético-raciais podem “acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer e da imaginação um exercício de liberdade responsável” (BRASIL, PCNEM, 2000. p. 101). Apresentando aos alunos toda a produção artístico-cultural produzidos pelos negros/as, por exemplo, é um exercício de valorizar essa estética, pois muitas vezes essas produções valorizadas pelo meio escolar, é muito pautada na produção do branco, tendo como lugar de origem, países europeus.

A Grécia é reconhecida como berço da civilização. Olhar a produção artístico-cultural apenas por esse ângulo gera alguns problemas políticos. Pois, muito dessa arte foi produzida por artistas estritamente brancos, o que de certa forma, anula o prestígio e a beleza das produções de muitas regiões de populações negras, como por exemplo, a africana. A escola tem a incumbência de apresentar a diversidade, a arte, o estético e o lúdico produzida por diferentes povos, pois assim, promove uma visão integral sobre a ideia de arte. Aprimorando o olhar e o sentir dos estudantes por sobre as coisas/fatos sociais.

A *política da igualdade*: é papel da escola e dos educadores construir espaços de convivência saudável e de esclarecimentos sobre o lugar do negro na sociedade. Quando agencia debates que promove o reconhecimento dos negros/as como sendo iguais e plurais, concomitantemente, visa à constituição e respeito à sua identidade, e respeita os direitos humanos, vez que dita que todos devem ser tratados como iguais perante a lei. A aquiescência a esse princípio é importante pois, abarca o multiculturalismo do país.

A *Ética da Identidade*: a lei pode servir, se bem discutida, para constituir identidades, eu seja, seres humanos que respeitem e acolham as diversidades. “A ética da identidade se expressa por um permanente reconhecimento da identidade própria e do outro. [...] é muito importante, porque no reconhecimento reside talvez a grande responsabilidade da escola como lugar de conviver” (BRASIL, PCNEM, 2000, p. 66). O respeito a ela é de fundamental importância para o processo de ensino e

⁹ Essa resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

aprendizagem saudável; conceber e acolher os jovens nas suas dificuldades, facilidades e preferências.

A lei representa passo relevante pois, a partir dela, cria-se um projeto escolar de compreender o negro como sujeito relevante dentro de um tempo histórico. Se bem trabalhada, pode reconstruir a história dos negros/as africanos/as e afro-brasileiros, abrindo caminhos para edificar novas possibilidades de se “dizer o negro”.

Munanga (2005, p. 17) debate que leis não resolvem o problema de atitudes preconceituosas existentes no imaginário das pessoas, mas a educação pode “questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”. Pois, ela

[...] pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (BRASIL, 2008, p. 10).

É importante que se abram leques de estudos das relações raciais, e assim, demarcar o jeito de estar e ser no mundo, do povo negro. É esse o intento desse estudo: observar como se dá o processo da lei, dentro da Sociologia, no Colégio Estadual Matriz. A lei é muito clara, estabelecendo que este debate deva estar presente em todo o currículo escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientam, no artigo segundo:

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana tem por objetivo reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (BRASIL, 2004, p. 31).

O intento é, também, corrigir visões distorcidas sobre a história e cultura do povo negro. “A luta pelo acesso à educação escolar formal como bandeira histórica da população negra é retomada não mais no plano da denúncia isolada ou de

iniciativas isoladas, mas com o propósito de questionar a própria atuação do Estado [...]”. (SILVÉRIO e SOUZA, 2010. p. 112). No mesmo documento acima citado, impõe diretrizes para sua adesão, no artigo 3º:

[...] será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Observa-se assim, uma ‘nova função’ das instituições: buscar conteúdos referentes à lei, e os educadores, em conjunto com a coordenação pedagógica, garantir essas discussões. “História e cultura afro-brasileira e africana devem ser pensadas em suas dinâmicas, disputas, vivências, em todas as dimensões da vida, muito mais que restringir à participação na música, na dança, na culinária, etc.” (CARDOSO e RASCHE, 2014. p. 25).

A referida norma, se trata de um projeto ambicioso, de relevância singular para a consolidação do atendimento e acolhimento das diversas juventudes presentes no seio escolar, pois promove a “reconstituição” do currículo. Se bem utilizada é capaz de plasmar um novo caminho para as relações étnico-raciais nos espaços acadêmicos.

3.2 Desdobramentos legais da lei: no caminho das ações para implementação.

Quando se cria uma lei, é necessário um aparato de políticas presentes e constantes objetivando sua garantia à população. Pois, sua criação demanda a abertura de outros órgãos, entidades, secretarias, visando assim, o alcance social pretendido. Para o marco regulatório em estudo, foram criadas diversas políticas públicas de implementação em linhas diferenciadas, voltados para as mais distintas áreas da educação. Almeida e Sanches (2017) sintetizaram essas ações em quadros, organizando-os pelos eixos: *Regulamentação*, *Formação*, *Material* e *Articulação*, os quais foram reproduzidos abaixo.

Quadro 1 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo Regulamentação

POLÍTICA	OBJETIVOS	AÇÕES
Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Formular, coordenar e articular políticas, diretrizes, programas Implementar legislações para promoção da igualdade racial.	
Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	Efetivar Políticas Públicas de valorização da diversidade.	
Parecer 003/2004	Orientar a implementação da Lei 10.639/2003.	Atribuição de competências; determinação de estratégias para formação; inclusão da Educação Infantil, do Ensino Superior e de instituições de formação inicial e continuada na responsabilidade pela implementação da Lei; incentivo à produção e à divulgação de livros, materiais didáticos e experiências pedagógicas; destaque à importância do Movimento Negro e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução 001/04)	Orientar a implementação da Lei 10.639/2003.	Distribuição de exemplares para professores(as)
Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial	Estimular a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.	Filiação de 669 municípios Assistência financeira para formação de professores e aquisição de material didático no Ensino Fundamental, nas capitais da Federação, no Distrito Federal e nos municípios filiados ao Fórum
Comissão Técnica Nacional de Diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros	Elaborar, acompanhar, analisar e avaliar Políticas Públicas relacionadas à Lei 10.639/2003.	
Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica	Organizar a formação inicial e continuada.	Questões relacionadas à Lei 10.639/2003 e suas regulamentações
Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Fortalecer e institucionalizar as orientações que já existiam.	Estabelecimento de metas e estratégias para a execução da Lei 10.639/2003; delimitação de responsabilidades dos atores governamentais; proposição de ações de formação de professores; sensibilização de gestores; e produção de material didático
Estatuto da Igualdade Racial	Proteger os direitos da população negra.	Reafirmação da obrigatoriedade do estudo da História Geral da África e da História da população negra no Brasil Determinação de que o Poder Executivo fomenta a formação inicial e continuada

		dos professores e a elaboração de material didático específico; Incentivo à formação de grupos, núcleos e centros de pesquisa nos programas de Pós-Graduação e à inclusão de temas relativos à pluralidade étnica e cultural nos currículos dos cursos de formação de professores.
--	--	---

Fonte: Adaptado de Almeida e Sanches (2017, p. 61).

Observando o quadro 1, notamos que a norma está bem alicerçada, o campo educacional foi abarcado, com três leis para se tratar dos conteúdos. Procuram também, justificá-la. Essas justificativas se dão no campo de perceber a lei como "uma forma de reparação de uma dívida social com a população negra, contraída em função do longo período escravista, das políticas de embranquecimento, do mito da democracia racial e das práticas racistas" (ALMEIDA e SANCHES, 2017, p. 62).

2.2 Visitando situações de aplicação da lei

Apesar das dificuldades que alguns professores, coordenadores, escolas, gestão, sustentam encontrar na cobertura da norma 10.639, cabe ressaltar que ações relevantes têm sido desenvolvidas no país em prol dessa política pública, apesar de não termos encontrado em número expressivo. Observa-se que essas atividades são bem mais numerosas na educação infantil e fundamental. Na obra *Aplicabilidade da Lei 10.639/2003: relatos de experiências do Curso Uniafro/UFRGS (2019)*, das organizadoras Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher e Tanara Forte Furtado, encontram-se mais de dez experiências exitosas.

Há a necessidade de maior divulgação desse tipo de atividade¹⁰, principalmente na última etapa da educação básica, pois quanto mais educadores, coordenadores, ouvirem falar sobre esses trabalhos, irão sensibilizar para a importância da discussão.

Essas buscas foram feitas, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e Google acadêmico, no mês de outubro de 2019. Porém, evidenciamos que numerosas ações podem ter ficado de fora, levando em consideração que alguns docentes e coordenadores podem não ter publicitado tais ações, nesses espaços ou em outro qualquer.

¹⁰ A ideia, de início, era divulgar/descrever ações salutares realizadas no Ensino médio, no entanto, devido à escassez nessa etapa, mostraremos, também, atividades desenvolvidas no Fundamental.

Quando a inserção do artigo 26-A na LDB, completou 10 anos, em 2013, a Secretaria do Estado da Bahia, promoveu o seminário *Dez Anos da Lei 10.639/03: conquistas, desafios e possibilidades*, no qual as escolas deveriam submeter boas experiências voltadas para seu atendimento. Após o seminário, as atividades que atenderam inteiramente às normas e critérios, foram publicadas e impressas em formato de caderno pedagógico.

Observando o quadro abaixo, chama a atenção a quantidade reduzida de trabalhos submetidos, apenas oitenta ou apenas 2,42% das escolas, pois a Bahia, em 2017 contava com 1.279 escolas estaduais. Num total de 417 cidades, somente 31 lançaram propostas. Ainda mais problemático é o fato de que algumas antigas Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC)¹¹, não submeteram nenhuma.

Quadro 2 – Quantidade de experiências exitosas submetidas ao seminário *Dez Anos da Lei 10.639/03: conquistas, desafios e possibilidades*, SEC – BA.

Direc	Quantidade
1 A – Salvador	04
1B – Salvador e RMS	04
02 – Feira da Santana	04
03 – Alagoinhas	03
04 – Santo Antônio de Jesus	02
05 – Valença	02
06 – Ilhéus	02
07 – Itabuna	03
08 – Eunápolis	02
09 – Teixeira de Freitas	02
10 – Paulo Afonso	02
11 – Ribeira do Pombal	02
12 – Serrinha	03
13 – Jequié	03
14 – Itapetinga	02
15 – Juazeiro	03
16 – Jacobina	02
17 – Pirituba	02
18 – Itaberaba	02
19 – Brumado	02
20 – Vitória da Conquista	03
21 – Irecê	03
22 – Ibotirama	02
23 – Macaúbas	02
24 – Caetité	02
25 – Barreiras	03
26 – Bom Jesus da Lapa	03
27 – Seabra	02
28 – Senhor do Bonfim	02
29 – Amargosa	02
30 – Guanambi	02
31 – Santo Amaro	02
32 – Cruz das Almas	02
Total	80

FONTE: Produzido pela SEC – BA (2013).

Quando se fala de Bahia, deve-se considerar que se trata de um estado predominantemente negro; é o que aponta os dados da Pesquisa Nacional por

¹¹ Hoje essas diretorias foram nucleadas, são chamadas Núcleo Regional de Educação (NRE).

Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada em maio de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre pretos e pardos, somavam-se, em 2018, 81,1% da população da Bahia, correspondente a 11,994 milhões de pessoas. Então, as escolas devem atender com boa presteza a referida lei, visando acatar a diversidade do corpo discente, respeitando sua equidade.

Mesmo a lei obtendo mais de 16 (dezesseis) anos, muitas escolas, professores confessam terem dificuldades em trabalhar a história da África e dos afro-brasileiros. Relatar essas ações é relevante posto que, pode ser utilizado como meio de disseminar esses trabalhos. Funcionando como mecanismo de sensibilização de outras entidades na incorporação e fortalecimento de novas práticas pedagógicas. Além disso, serve como material para formação de professor e coordenadores, visto que as ações aqui apresentadas podem servir de modelos ou exemplos a serem seguidos, com suas necessárias adequações.

Quadro 3 – Experiências exitosas no atendimento da lei 10.639/2003

ESCOLA	TEMA	AÇÃO	TÍTULO	DISCIPLINA
BAHIA (Salvador)	Dança afro de matriz africana	Projeto didático.	A Educação Física e a Lei 10.639/03: articulando com as matrizes africanas, através da pedagogia histórico crítica”	Educação física
Escola Municipal Florestan Fernandes	Temas variados: Identidade negra, racismo, desigualdades raciais, legado civilizatório dos povos africanos no Brasil, mulheres negras, literatura afro-brasileira, cinema negro.	Projeto institucional	Mostra de Cultura Afro-Brasileira e Africana.	Disciplinas variadas
Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso.	Africanidades em geral	Ações institucionais	Semana da Consciência Negra da Escola Edna May	Disciplinas variadas

Escola CAIC/ Luizinho de Grandi,	Mitologia africana; biografias de grandes personalidades negras com papeis importantes para/na história; arte africana, história das principais tribos e países africanos.	Oficinas	Oficinas com nomes e temas variados; Desfile Miss Consciência Negra.	Oficinas
----------------------------------	--	----------	--	----------

Fonte: produzido pela autora (2019).

A primeira experiência exitosa é empreendida pela Escola Municipal Florestan Fernandes¹², na cidade de Belo Horizonte. Realiza desde de 2008, continuamente, projetos didáticos voltados para a temática relações étnico-raciais. Há datar de 2009 concretiza, várias frentes de atividades com o projeto *Mostra de Cultura Afro-Brasileira e Africana*. A cada ano apresentam um tema diferente sobre a cultura negra e afro-brasileira, tais como: identidade negra, racismo, desigualdades raciais, legado civilizatório dos povos africanos no Brasil, quilombos, mulheres negras, literatura afro, cinema negro, religiões de matrizes africanas e outras. As atividades apresentadas nesse evento são as mais variadas, como músicas, teatro, danças e outras.

É uma ação institucional, visto que estão envolvidos todos os membros da comunidade escolar e até pessoas de comunidades circunvizinhas. Para realização das mostras, decisões de temas, atividades, há a participação do colegiado escolar. É feito rodas de conversas com estudantes. Tudo é envolto por um processo democrático, no qual todos os segmentos têm poder de voz. É importante salientar que a escola oferta aos professores espaços de formações envolvendo a temática racial.

Por todas essas atividades há um reconhecimento nacional. A escola supracitada venceu o Prêmio Educar para Igualdade Racial promovido pelo Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades (CEERT), isso por duas vezes, nos anos de 2010 e 2012. Recebeu dois selos pelos trabalhos singulares com a aplicação da lei 10.639/03. Em 2016, o *Selo BH Sem Racismo*, confiado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

¹² As informações aqui traduzidas são divulgadas pelos autores Patrícia Maria de Souza Santana, Patrícia Mendonça Alves Pereira de Souza, João Manoel Ferreira Gomes, no artigo, *Desafios na efetivação de uma educação para as relações raciais: a experiência da Escola Municipal Florestan Fernandes*, presente na Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial. Caderno Temático: Letramentos de Reexistência: 2018, p.184-205. Disponível em: abpnrevista.org.br. Acesso em 21 de out. de 2019.

Este último foi criado para reconhecer instituições públicas e privadas que promovem a igualdade racial através de suas ações institucionais. A escola, agindo dessa maneira, serve como um núcleo de resistência contra toda discriminação e preconceito. Concebe a diversidade, ensinando seus alunos a olharem, com entendimento e respeito, a cultura e a vida do povo negro.

O Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, situado no Rio Grande do Sul, também insere práticas salutaras¹³, com os trabalhos desenvolvidos/iniciados pelas educadoras Neda Maria Diogo Cavalheiro, graduada em História e especialista em História do Brasil e Sandra Isabel da Silva Fontoura, graduada em Filosofia. As ações se deram no campo de usar atividades que trouxessem à tona a Cultura e a História africana e afro-brasileira, juntamente com tarefas que desmistificassem as religiões de matriz africana, visando uma educação antirracista. Os estudos por elas empreendidos, mais tarde, vieram a se disseminar fazendo parte das atividades municipais da Semana Municipal da Consciência Negra.

As professoras usaram as datas comemorativas, como Treze de Maio, marco que se comemora a Abolição da Escravatura através da Lei Áurea de 1888 e o mês de setembro, para mostrar a relevância do negro na Revolução Farroupilha. No estado do Rio Grande do Sul, o dia 20 de setembro é comemorado como o “Dia do Gaúcho”. Nesses espaços elas travam discussões acerca do lugar do negro nas sociedades contemporâneas. Quando antecede o Dia da Consciência Negra, realizam uma atividade denominada de *O Café com História Afro-brasileira* ou apenas de *Café com História*.

As ações iniciadas pelas duas educadoras, mais tarde "atingiram" outros educadores. As atividades também vão se diversificando. Em 2004 e 2005, surgem os trabalhos *Poesia Africana*, *Lenda do Pai Quati*, *Rap do Quilombo*. Em 2006, *A Feijoada do Edna May*, na qual apresentam os trabalhos realizados durante todo ano, mas, principalmente, durante a Semana da Consciência Negra. Com a boa aceitação do trabalho, os próprios alunos foram se apropriando do espaço e realizando palestras resultantes das tarefas produzidas nas aulas, no percurso do *Café com História*.

¹³ Todas as informações aqui relatadas se deram das leituras feitas no artigo *Do cafezinho à feijoada: práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial na Escola Estadual Edna May Cardoso*, dos autores Gilvan Silveira Moraes e Júlio Ricardo Quevedo Santos. Publicado na revista *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, MS, v. 17, n. 30, p. 141 - 166 em dez. 2015.

Hoje a escola realiza *A Semana da Consciência Negra da Escola Edna May*. Nela acontece várias atividades, como palestras e oficinas, com agentes externos e internos à escola, cartazes e enfeites com frases de reflexão, que os discentes aprendem. Enfim, "desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas que tem nas Africanidades seu eixo principal" (MORAES e SANTOS, 2015, p. 153). A feijoada e o café passaram a integrar essa semana.

Esses trabalhos culminaram, mais tarde, (no ano de 2012) em outras oficinas importantes, como a produção textual com os temas *O que é ser negro*, *O Negro no futebol*, e outras atividades, como palestras, por exemplo. Essas ações já estão consolidadas dentro desse espaço, o que faz dela local de respeito e conhecimento sobre a cultura dos africanos e dos afro-brasileiros.

Nas aulas de Educação Física as educadoras Josiane Clímaco e Márcia Lúcia dos Santos, do Colégio Estadual Marcílio Dias, em Salvador, na Bahia, estão indo além através do projeto *A Educação Física e a Lei 10.639/03 – Articulando com as matrizes africanas*¹⁴ através da pedagogia histórico crítica. Usam a dança de matriz africana para tratar da questão do negro. A ação foi reconhecida, pois o projeto venceu a sétima edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero de 2015. Vencendo, também, a falta de formação e de materiais que dizem tantos professores, não dispõem.

A Escola CAIC/ Luizinho de Grandi, localizada na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Atende a uma parcela significativa de negros e negras, por isso desenvolvia, antes da chegada de PIBIDianos, o Miss Consciência Negra, no qual elegia a garota negra mais bonita do colégio. Após o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), essa ação se estendeu, passaram a ser oferecidas uma série de oficinas às turmas de 6º ano, com temas diversificados. Como, por exemplo, mitologia africana; biografias de grandes personalidades negras com papéis importantes para/na história; arte africana, história das principais tribos e países africanos.

Através de metodologia e recursos diversificados, "com a utilização de mapas, vídeos, do uso da sala de informática e de outros ambientes da escola, ao longo dessa

¹⁴ Informações encontradas no texto *Lei que valoriza ensino da cultura negra enfrenta desafios: Falta de interesse e formação de professores limitam ensino obrigatório de História da África, cultura africana e afro-brasileira nas escolas* de Juliana Dias. Publicada em 18/11/2015 às 13h00. Do Blog Bahia.BA. Disponível em: <https://bahia.ba/bahia/consciencia-negra-aplicacao-da-lei-ainda-encontra-desafios/>. Acesso em 06 de out. de 2019.

semana, foi apresentado aos alunos um pouco sobre a história do continente", (ANDRADE, GUEDES, NUNES, 2013, p. 428). O formato de oficina propicia aos jovens, construir seu conhecimento. Coloca o educador na posição de mediador, aquele que encaminha a aprendizagem. As discussões sobre diferentes vieses da cultura negra e africana, despertou no alunado um novo olhar sobre esse continente, e, por conseguinte, a desconstrução de visões eurocêntricas.

As autoras Florentina da Silva Souza e Letícia Maria da Souza Pereira (2013) nos apresenta no artigo *O dossiê relações étnico-raciais e práticas pedagógicas: Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços*, o caso de duas escolas de Salvador- BA. Uma de ensino Infantil e Fundamental e outra de apenas Fundamental e EJA. Abordam, interdisciplinarmente e com membros partícipes do processo educativo, as questões raciais. É interessante observar as numerosas atividades desenvolvidas; vão desde livros até criação de bonecas:

Produção de livro infanto-juvenil, de autoria de uma professora, que apresenta uma princesa negra que valoriza a cultura de seus antepassados africanos; confecção de bonecas a partir de personagens negras de livros infantis; elaboração de grupos de trabalhos voltados para *hip-hop*, capoeira, confecção de instrumentos musicais e grafiteagem; organização de desfiles na comunidade em comemoração ao dia 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra); convite a membros de blocos afros, comunidades de terreiros, capoeiristas e aos pais e mães dos estudantes para fazerem palestras ou darem oficinas na Escola relacionadas à valorização das culturas africana e afro-brasileira; elaboração de projetos de pesquisas a respeito de histórias e contadores de história sobre a África e proposição de uma análise paralela com as Histórias dos Quilombos; proposição de um projeto de rádio com programação especial sobre a temática racial; projeto "Folhas Sagradas" como atividade de pesquisa, no qual os/as alunos/as catalogam nas comunidades de terreiro as plantas sagradas e divulgam na escola seus benefícios, buscando a preservação da natureza e o respeito às religiões de matriz africana; programação de gincana sobre assuntos relativos à história e à cultura afro-brasileira; apresentação de coreografias inspiradas nos mitos dos Orixás; exposição sobre os países africanos e suas culturas; pesquisas sobre literatura e arte africanas; palestra sobre as influências de línguas africanas no vocabulário brasileiro; atividades de produção de cremes e xampus para cabelos crespos, sob a orientação da professora de química e oficinas de teatro realizadas por várias escolas. (SOUZA e PEREIRA, 2013, p. 57)

É de se destacar a diversidade de atividades. Essa variedade pode proporcionar um conhecimento mais completo e sob olhares diversos a cultura negra

e afro-brasileira. É como afirmou Souza e Pereira, (2013) serviria como um banco de sugestões de atividades para outras entidades e/ou professores.

O que chamou a atenção nesse "estado da arte" de experiências exitosas, foi ausência da divulgação desta para o Ensino Médio. Nos depósitos procurados, não foram encontradas nenhuma ação voltada para o "chão" da sala de aula. Apenas algumas poucas sobre formação de professores, as quais não seriam interessantes para o estudo aqui pretendido.

A ideia central desse tópico, seria divulgar esse tipo de atividade no componente Sociologia, no entanto, nenhuma ação foi publicitada nos espaços procurados. Essa ausência significa um silenciamento dessas práticas, na última etapa da educação básica e, sobretudo, nessa disciplina. É salutar que experiências exitosas sejam mais divulgadas. Demonstrando mais uma vez a necessidade de um trabalho mais amplo nas escolas.

É importante que as secretarias estaduais de educação promovam espaços virtuais e presenciais para disseminar essas ações, pois como já dito, pode servir de base para outras escolas que não estão atendendo à LDB, no seu artigo 26-A. É preciso ainda mais debate, maiores investimentos em formações, para que assim, educadores, escolas, se sensibilizem para a magnitude da lei.

2.3 Nos caminhos das ações para a Lei 10.639 no Colégio Matriz

2.3.1 Quem são e como se dão as aulas dos "outros" educadores

Para adentrar no mundo das relações raciais, é necessário que o educador/a se veja enquanto ser político, tomado de deveres e também de direitos. É preciso que se compreenda enquanto obrigados a atender as normas educacionais no espaço escolar, como a lei 10.639, por exemplo. Compreende-se, também, que são seres possuidores de direitos: à formações, a ser atendidos nas suas necessidades educacionais, e que tenham acesso à materiais adequados e outros.

"O educador precisa ter comprometimento político com o que faz. Compreendendo a sociedade em que vive, terá clareza daquilo com que está comprometida a sua ação, não poderá agir sem esse comprometimento explícito" (LUCKESI,1994, p. 116).

Na intenção de desenhar a maneira como o Colégio Estadual Matriz desenvolve a lei 10.639, pesquisamos também outros docentes, como os das Ciências Humanas (Geografia, História e Filosofia) e das Linguagens, (Inglês, Educação Física, Português e Artes).

Se reconhecem como mulheres. Todas se consideram negras, pois três delas se classificam como parda e uma negra. A maioria delas atuam na área de sua formação e lecionam outras disciplinas também, pois há necessidade para o cumprimento de sua carga horária, por se tratar de uma escola de pequeno porte.

Sendo todas elas, contratadas, 03 pelo regime REDA, uma trabalha como substituta, a educadora de Educação Física. Duas são apenas graduadas, e uma é especialista. Ocupam uma carga horária de apenas, 20 horas semanais. São educadores que já lecionam na unidade há um tempo considerável, duas delas marcaram que lecionam entre 11 e 15 anos, a de história entre 2 a 4 anos. Apenas a substitua marcou menos de um ano.

Os materiais que mais utilizam em suas aulas são projetores data show, televisão Pendrive, impressora. Interessante observar que todas disseram fazer uso desses três itens. Marca-se a pouca diversidade de materiais para as aulas. Vale destacar que a juventude atual pede o uso de materiais mais diversos, se não, ocorre o chamado desinteresse pelas aulas, pelo conteúdo, dificultando seu aprendizado.

Apenas a de Educação Física diz utilizar também computadores em sala de aula. São educadoras que leem, pois todas disseram utilizar a biblioteca da escola e afirmam também ser um espaço frequentado por estudantes. Todas realizam o planejamento semanalmente. Fazem uso de feriado, recesso, e finais de semana para o planejamento, alegando ser insuficiente o tempo na escola, unicamente 4 horas aulas semanais. Sendo assim, planejam, na maior parte do tempo, em suas casas. Utilizam massivamente, o LD, repositórios de teses e dissertações online, vídeos e materiais de formação das secretarias e do MEC para o planejamento das aulas.

É garantido os livros de todas as matérias a cada um dos aprendentes, com exceção de Educação física, que a entidade não recebe. Certificam que usam para estudos e atividades com os discentes.

2.3.2 A lei no Colégio Matriz

É interessante notar que existe recursos (ou pelo menos era ideia inicial quando

aprovou a lei), para as formações de professores em direção ao trato com relações raciais. No entanto, na prática, não chegam a todos os educadores, sobretudo os de zonas rurais, como é o caso das docentes pesquisadas. Das sete, só uma disse já ter participado, e isso aconteceu há cinco anos. As 6 (seis) restantes nunca participaram e nem se quer ouviram falar. Inclusive, das que disseram apresentar dificuldade, sua falta, foi um dos motivos apontados por 3 (três) educadoras.

Há um esforço para que aconteçam as formações de professores, cursos foram revigorados e mesmo abertos, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira abriu cinco cursos voltados para especialização, é o que mostra o quadro 4 abaixo. Há um fortalecimento de grupos de estudos nessa área e também incentivo para o compartilhamento de materiais que trazem a temática. Pelo menos é o que mostra os normativos criados para dar suporte à lei.

A coordenadora da escola também afirmou não ter participado de nenhuma para poder orientar melhor sua equipe. Entretanto, garante já ter experiência com trabalhos voltados para a temática racial, enquanto educadora de uma disciplina sobre relações raciais em uma escola de Salvador-Bahia, antes de assumir o cargo de coordenadora nessa unidade escolar. Ainda não realizou nenhuma formação com seus educadores sobre a lei, apenas em planejamento por área, disse, às vezes discutir a temática, alegando que falta material para tal ação.

Seria importante esse trabalho coletivo, pois sua equipe também não se sente preparada. Observa-se que a gestora necessita apresentar um olhar mais cuidadoso para essa situação, pois a escola nega uma discussão que é, inclusive, regulamentada por lei. Sem contar que auxilia na perpetuação do racismo e preconceitos, ainda presentes na unidade escolar, nas vozes dos discentes. Diz a aluna 5 (2019): "Quando eu deixava meu cabelo liso, todo mundo elogiava aí depois que eu cortei, falavam que meu cabelo era de Bom Bril, que não entrava água, um monte de coisa...".

Os professores não percebem, mas na sala de aula, no pátio, muitos alunos sofrem com piadinhas sem graça, que para alguns são engraçadas, que pra outros mexe com a autoestima do outro, e acaba sendo preconceituoso mesmo. (ESTUDANTE 1, 2019)

[...], eu já sofri preconceito racial por meu cabelo no começo do ano, o ensino médio, [...], eu sofri por causa do meu cabelo, mas nem sempre agem dessa forma, não importando pela opinião das pessoas, aí o que eu fiz, eu não me importei, então essas pessoas acabaram parando

de falar as piadinhas, mas nem todos reagem da mesma forma que eu tou reagindo ao ouvir essas piadinhas[...]. (ESTUDANTE 3, 2019)

Quando se mitiga conhecimentos/estudos dessa natureza a escola age como reprodutora da sociedade. Como disseram Bourdieu e Passeron (1992) a instituição não age com neutralidade. Tende a reproduzir conhecimentos e ações pedagógicas impostas por um grupo, que "naturalmente" já detém o capital cultural, pois a ação pedagógica "escolar que reproduz a cultura dominante contribui [...] para reproduzir a cultura das relações de força, numa relação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima." (*ibidem*, 1992, p. 21).

Dessa maneira, observamos que na cultura escolar e extraescolar, o negro/negra não atém esse capital cultural. Suas necessidades de aprendizagens não são respeitadas. Assim, a lei é uma política pública que veio para corrigir esses olhares. Uma entidade escolar coopera para perpetuação da violência simbólica e não-simbólica, quando se nega a discutir conteúdos voltados para a negritude, como fazem os profissionais da educação da entidade pesquisada.

Apesar de assegurar conhecer muito bem o artigo 26-A, a coordenadora não se sente ainda preparada para tratar dessas questões em sala de aula. Sustenta que a falta formações continuadas ofertadas pela SEC-BA e que a norma ainda não é tratada com a devida atenção, dizendo: "infelizmente, ainda é tratada "a lei", com a importância que deveria ser dada" (COORDENADORA, 2019). Em contramão a isso, o aperfeiçoamento dos educadores, é defendido pelo Estatuto da Igualdade Racial. No artigo 11, inciso 2, assegura que órgãos competentes do executivo deverão fomentar a formação inicial e continuada, bem como devolver material didático próprio.

No entanto, Filice (2013), em estudo sobre as implementações de ações visando a igualdade racial nos municípios brasileiros, apontou alguns gestores que buscam alternativas para trabalhar a lei, contornando as ausências de materiais, por que compreendem a relevância do estudo. Outros tentam sanar a falta de recursos financeiros e de materiais, com consciência de que é preciso fazer muito. Há, ainda, outros que se baseiam nessas intempéries para se omitir e forçar a existência de uma democracia racial. Esses últimos, ela denominou de gestores ausentes/alheios.

No Colégio pesquisado, nas aulas de Sociologia, há uma omissão do trato com a lei, sendo que das três educadoras que lecionam a disciplina, apenas uma disse não

ter trabalhado com questões afro, mas salientando que " o conteúdo pela divisão feita na instituição sempre aparece para os 1º anos do Ensino Médio e eu não trabalho/trabalhei com Sociologia para esse público" (EDUCADORA B, 2019).

Para outras duas educadoras, aconteceu um fenômeno interessante, as duas afirmaram trabalhar com a lei. No entanto, se negaram a responder as questões que diziam respeito a maneira como trabalharam em sala de aula. Isso denota pensarmos que não abordaram a temática, mas se sentiram receosas de dizer que não trabalharam, contrapondo às respostas dos discentes.

Pois, quando perguntados ao grupo do terceiro ano A, 5 disseram que sim e 5 disseram que não. Os aprendizes da turma do terceiro B, 3 disseram que não foi debatido a temática esse ano na escola, sendo que a maioria respondeu que sim. As opiniões são divergentes, apresentando fragilidades nessa área temática. Quando perguntados se nos debates sobre as culturas, se discutiram sobre a negra, disseram: "Não. Só no dia da consciência negra, onde se deveria falar todo dia, por ser um público alvo de muita discriminação". (ESTUDANTE 5, 2019). Outra nos avisa que: "Em específico falou sobre a cultura negra, apenas no mês de novembro, onde há o dia da consciência negra, mas durante o ano letivo, em excesso, desse mês não aprofundou como deveria sobre a cultura negra". (ESTUDANTE 6, 2019).

Observamos que ainda é prática das escolas, debaterem sobre cultura negra, rapidamente, no mês de novembro. Unicamente em um trabalho de poucas horas, como esse, dentro de todo um ano letivo, não serve como substância positiva de combate ao preconceito e racismo, pois as discussões acontecem resumidamente.

Nilma Lino (2011) alerta que formar educadores para diversidade implica desafios. Retratar de temas como preconceito, racismo, religiosidade ainda necessita ser mais debatido pelos setores da educação, pois existem lacunas e entraves a serem vencidos. Entretanto, entidades que já tem conhecimento dos entraves, cabe buscar vencê-los e abrir leques de possibilidades para o atendimento das minorias, nesses espaços.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil oferta o curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. De início, houve um processo de nutrir docentes a distância, objetivando que elas tivessem maior alcance. O que vimos é que tentativas em abarcar todo a cadeia de formação de agentes fundantes para o trato com a lei, foram desenvolvidas.

Quadro 4 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo formação

POLÍTICA	OBJETIVOS	AÇÕES
Fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros	Avaliar, acompanhar e incentivar a execução das Diretrizes Curriculares Nacionais.	Pesquisa, divulgação de conhecimentos, coleta de informações, produção e avaliação de materiais didático-pedagógicos
Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior	Ampliar a inserção da temática étnico-racial no Ensino Superior.	Suporte técnico e financeiro a núcleos de estudos afro-brasileiros; publicação e distribuição de livros; formação de professores
Projeto “Geografia Afro-Brasileira – Educação e Planejamento do Território”	Oferecer instrumentos para compreender matrizes geográficas da África presentes no Brasil e a formação dos quilombos.	Oficina temática em sete capitais
Projeto piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola	Formar professores.	Formação de educadores a distância
Sistema Universidade Aberta do Brasil	Articular as universidades públicas para o oferecimento de cursos a distância.	Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
Formação de professores em História da Cultura Afro-Brasileira e Africana	Capacitar professores.	Curso relativo à temática da história e cultura afro-brasileira e africana, na modalidade a distância

Programa “Educação-Africanidades - Brasil”	Oferecer formação continuada.	Compartilhamento de textos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Implementar atividades acadêmicas para compreensão e superação dos temas e dos problemas comuns aos países parceiros.	Cinco cursos de especialização

Fonte: Adaptado de Almeida e Sanches (2017, p.63).

Várias políticas públicas na questão de material foram desenvolvidas, é o que expõe o quadro 5. Contemplando desde fortalecimento de ações culturais e ferramentas audiovisuais, materiais de apoio pedagógico para educadores e estudantes, até distribuição de kits.

Quadro 5 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo material

POLÍTICA	OBJETIVOS	AÇÕES
Fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros	Avaliar, acompanhar e incentivar a execução das Diretrizes Curriculares Nacionais.	Pesquisa, divulgação de conhecimentos, coleta de informações, produção e avaliação de materiais didático-pedagógicos
Projeto “A cor da cultura”	Implementar ações culturais e ferramentas audiovisuais.	Programas para televisão, kit “A cor da cultura”
Distribuição de livros para professores	Fortalecer o conhecimento dos profissionais da Educação.	Publicação e distribuição de livros

Programa Nacional do Livro Didático	Incluir as questões relacionadas à Lei 10.639/2003 como uma das exigências técnicas para escolha dos livros.	Exigência de que, nos livros de todas as disciplinas, sejam abordadas as questões de relações etnoraciais e denunciadas as formas de violência nesse sentido; haja estímulo a ações afirmativas em relação a etnias e à promoção de uma sociedade antirracista; sejam trabalhadas essas temáticas continuamente; não se veiculem estereótipos étnico-raciais.
Coleção História Geral da África	Disponibilizar o material para acesso dos professores	Atualização e tradução da coleção
Kits de apoio	Apoiar o trabalho dos educadores com os conteúdos da Lei.	Distribuição de kits
Programa Nacional Biblioteca na Escola	Prover as bibliotecas escolares	Previsão de aquisição de livros temáticos

Fonte: Adaptado de Almeida e Sanches (2017, p.64)

Hoje é exigência técnica do PNLD, que todos os livros contemplem a LDB, no seu artigo 26-A e combata qualquer tipo de discriminação e preconceito, no entanto, veremos abaixo que, para os LD de sociologia, não acontece, pois poucos abordam a temática, e alguns quando o fazem, não atendem às exigências da lei. Utilizar de bons materiais é relevante para o bom desempenho do professor, por isso a política acerta no sentido de desenvolver materiais que antes eram, praticamente, inexistentes.

Entretanto, algumas questões necessitam serem levantadas: a) o projeto *A Cor da Cultura* distribuiu kits audiovisuais. Contudo é realidade que muitas escolas brasileiras, sejam de Ensino Fundamental ou Médio, não dispõe de equipamentos, como sons, televisões, data show para a utilização desse tipo de recurso. Se recebeu esse kit, ficou engavetado em muitas unidades; b) várias escolas não receberam

nenhum tipo de material e c) através do Programa Nacional Biblioteca na Escola, a ideia era prover esse ambiente com livros temáticos.

Há que se considerar que muitos colégios não dispõem desse recinto pois, dados do INEP de 2018, mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura, ou seja, das 180 mil escolas brasileiras, tão somente, 98 mil não possuem esses espaços. Uma entidade dessas, podem engavetar esses materiais, de modo que impossibilite o uso de educadores e alunos. Antes de efetivar uma política de materiais, deve oferecer às escolas todas as condições para que esta possa usufruir, pois apenas a distribuição de bons materiais não garante que fará a diferença no planejamento do educador/educadora.

A política de equipar as instituições com aportes é incipiente, pois ela não abarcou todas as unidades escolares. É manifesta a necessidade de melhor fiscalização e avaliação dessas políticas. O Colégio Matriz é uma delas. A instituição não recebeu nenhum tipo. Inclusive a falta de material adequado, foi responsável pelas educadoras sentirem dificuldades em discutir a temática racial, como afirmaram 3 (três) delas.

No quesito Articulação, como mostra o quadro 6, nota-se um trabalho no qual se preza a coletividade na busca por desenvolver ideias/estratégias para implementar o artigo 26-A. Houve movimentação de vários setores da sociedade, desde fortalecimento de núcleos afros, a fóruns, conferências, diálogos regionais. São espaços nos quais, há a permissão para participação de entes federados e sociedade civil. Buscar caminhos coletivos para a efetivação da lei, é relevante, vez que todos os segmentos escolares podem se fazer presentes.

Nas proximidades do colégio pesquisado, não aconteceram nenhuma dessas ações, o que impossibilitou a participação dos educadores da unidade, de acordo com elas. Das sete pesquisadas, seis (6) disseram que nunca ficaram sabendo dessas formações desde do período em que atuam na escola. Disseminar essas práticas são importantes para que o coletivo se organize para participar. Ainda mais quando se trata do corpo docente analisando, sendo que muitas afirmaram apresentarem dificuldades em abordar a temática.

Quadro 6 – Políticas Públicas de implementação da Lei 10.639/2003: eixo articulação

POLÍTICA	OBJETIVOS	AÇÕES
----------	-----------	-------

Fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros	Avaliar, acompanhar e incentivar a execução das Diretrizes Curriculares Nacionais.	Pesquisa, divulgação de conhecimentos, coleta de informações, produção e avaliação de materiais didático-pedagógicos
Reuniões de articulação	Articular órgãos.	Reuniões, criação de Fóruns
Fóruns estaduais	Fazer o controle social da implementação da Lei.	Ampliação do número de Fóruns Monitoramento de atividades da implementação Reuniões e atividades de articulação
Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial	Construir coletivamente propostas para um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.	Sete propostas: assegurar a implementação das Diretrizes Curriculares; implementar ações de planejamento; elaborar e avaliar de projetos político-pedagógicos; estimular iniciativas de formação de professores no Ensino Superior; criar sites de apoio ao Ministério da Educação para troca de experiências desenvolvidas; divulgar a Lei na mídia; garantir a fiscalização do seu cumprimento.
Conferência Nacional de Educação Básica	Refletir coletivamente sobre a construção de práticas de melhoria da qualidade da Educação Básica.	Eixos temáticos Inclusão e Diversidade na Educação Básica
Diálogos Regionais	Discutir avanços e problemas na	Encontros; revisão coletiva do Documento Referência

	implementação da Lei 10.639/2003.	
Grupo de Trabalho Interministerial	Elaborar Plano Nacional para implementação e acompanhamento da Lei 10639/2003.	Elaboração e promulgação do Plano
Conferência Nacional de Educação	Construir o novo Plano Nacional de Educação, para vigência entre 2011 e 2020.	Projeto de Lei número 8.035/2010, que implantaria o Plano no decênio citado

Fonte: Adaptado de Almeida e Sanches (2017, p.66).

Após analisar os quadros acima expostos, é explicitado que a lei é bem alicerçada. Entretanto, passados 16 anos, reflete-se que parte dessas políticas, como a de material e formação de professores, por exemplo, é salutar que sejam repensadas frente ao entendimento de que não chegaram até 'a ponta' de maneira igualitária. Existem escolas, nas quais, grande parcela dos educadores ainda não vivenciou espaços de aperfeiçoamento pedagógico e nem recebeu materiais de nenhuma natureza.

É latente que essa formação é pilar para o bom andamento do artigo 26-A. Não adianta dispor de bons materiais e o educador não fizer bom uso, e o contrário também gera processos formativos ineficientes. As políticas necessitam serem empreendidas globalmente, para se fornecer bons subsídios às escolas e à temática.

A partir das observações anteriores, pode-se afirmar que o grupo de educadores da Escola Matriz, possuem pouco 'comprometimento político' com questões raciais e com a lei 10.639/03. Expõe-se, ainda, que o tempo dedicado à discussão em sala não se mostrou suficiente para modificar posturas etnocêntricas.

No ano letivo de 2019, destinaram, de duas a oito aulas durante todo o ano ao tema. Vale citar que somente uma declarou não trabalhar com a lei, no entanto, há muitos dissensos nas falas dos estudantes. Estes apontam exclusivamente atividades desenvolvidas em Filosofia e Sociologia. Não citam outras disciplinas. Apenas um, dos 20 (vinte) pesquisados, respondeu que trabalham relações raciais em História,

Português e Filosofia. No entanto, só a de Filosofia diz não discutir a temática¹⁵. Mesmo assim, os demais sinalizaram que abordaram através de planos diários, ou seja, as discussões não têm um produto, um fim.

O plano diário enfraquece o estudo de uma temática, pois findo a aula, não há a obrigatoriedade de continuar com o estudo proposto. Seria interessante que utilizasse projeto didático, pois expande o leque de possibilidades de estudos, sem levar em conta que teria um envolvimento maior de alunos e docentes na discussão. Trazendo a possibilidade de estudar a cultura da África e negra através de vários vieses, com as contribuições de cada abordagem, dentro de cada uma das disciplinas.

Importante esclarecer que não esperaram a semana ou mês da Consciência Negra para levar a temática, asseveram ter feito esse trabalho em uma semana qualquer. Uma delas, a de Filosofia¹⁶, afirmou não ter atendido a lei apesar de argumentar que não possui dificuldade em abordar questões raciais, dizendo: "Porque minha especialização é justamente nesta área. Pós-graduação em Literatura afro-brasileira. É um tema que me chama atenção estou sempre pesquisando e estudando sobre o mesmo". (EDUCADORA D, 2019).

É curioso o fato de ser a única educadora especializada na área, da equipe escolar, no entanto, não se dispôs a trabalhar conteúdos voltados para questões afro, antes de ser apresentada a esse estudo. Nilma Lino e Silva, (2011) nos reporta que o trato da diversidade não pode ficar exposta à boa vontade de educadores e nem de suas intuições. Tem que ser competência adquirida pelos profissionais da educação. A educadora se omite apenas por convenção sua, por não reconhecer ainda, que é um direito do alunado estudar a cultura negra e Africana.

É preciso que os agentes partícipes do processo educativo, tenham em mente que quando não obedecem a lei, estão contribuindo para o processo ideológico de embranquecimento, que acoberta a ideia de que brancos e negros são tratados com igualdade. Outra disse também não possuir, dificuldades, pois;

Reconheço a importância da história e da cultura africana para a compreensão da história do Brasil, acredito que uma maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje se caracterizou a formação escolar brasileira é como o 'Ensino' da história do povo africano, e afro-brasileiro aos alunos brasileiros. (Educadora E, 2019).

¹⁵ Parte dessa pesquisa foi realizada antes da realização do evento da Consciência negra.

¹⁶ Lembrando que depois da roda de conversa realizada pela pesquisadora, então essa educadora se sentiu na obrigação de trabalhar a questão do negro.

Observamos o vago trabalho sobre a lei 10.639, pois discentes e educadores não conseguem citar atividades, de fato realizadas, no âmbito das disciplinas das Linguagens e das Ciências humanas. Para Luckesi (1994, p. 115), isto se constitui em um imbróglio pois, o educador,

Deve ser suficientemente capacitado e habilitado para compreender o patamar do educando. E, a partir dele com todos os condicionamentos presentes, trabalhar, para elevá-lo a um novo e mais complexo patamar de conduta, tanto no que se refere ao conhecimento, e às habilidades, quanto no que se refere aos elementos e processos de convivência social.

Nesses termos, as educadoras se eximem da reponsabilidade de elevar os alunos ao patamar de conduta maior, de respeito e aceitação do negro, prejudicando os "processos de convivência social". Ao analisar os dizeres das educadoras, compreende-se que não há uma preocupação em cumprir os ditames da lei 10.639/03, apesar de reconhecerem que tem grande reponsabilidade em discuti-la.

CAPÍTULO 3: ENSINO DE SOCIOLOGIA: OLHAR POR SOBRE A PERSPECTIVA DE RAÇA

"[...] não é fornecer aos professores e educadores as fórmulas e as receitas anti-racistas prontas, pois elas não existem. Mas, sim, de estimular e levar sua imaginação criativa a inventá-la".
(MUNANGA, 2000, p.19)

3.1 A quem cabe debater, no espaço educativo, a lei 10.639/2003!?

Diante do quadro de preconceito e discriminação, nasce como política de correção, a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, a qual demuda LDB 9.394/96, com a inserção dos artigos 26-A, 79-A e 79-B, tornando obrigatório o ensino sobre História da África e Cultura Afro-brasileira. É erguida da necessidade de levar ao conhecimento de alunos e alunas a história do povo afro-brasileiro, através de outro viés, concordando com Asante (2009. p. 94) quando diz que “Não se trata apenas de marginalização, mas de obliteração de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem. É uma realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana”.

Nesse sentido, cabe a reflexão: de quem é o papel de zelar e fazer cumprir a lei 10.693/2003? De antemão diz que, principalmente, compete aos educadores de Artes, História e Língua Portuguesa. No entanto, é preciso que toda a escola monte trabalhos pedagógicos abrangentes, no qual todos os sujeitos devam estar envolvidos, independente da função que ocupa, da disciplina que leciona, desaguando as ações, em um projeto de escolas, e não somente, partes isoladas do currículo escolar.

Os aprendentes do Colégio Matriz reconhecem essa relevância, pois quando perguntados: de 0 a 05, quanto, você considera importante eventos com a temática do negro, dos 20 (vinte) interrogados, 19 (dezenove) disseram que cinco. Um único marcou dois. Nesse campo é um convite para que a equipe docente repense suas práticas, quando se trata da questão racial.

Esse papel vai muito além das disciplinas citadas na lei (Artes, História e Língua Portuguesa). Deve ser “corpo marcado” de toda a entidade educacional, se deseja atender o que reza a resolução nº 1 de 2004¹⁷, que tem como meta “promover a

¹⁷ Dita as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.” (BRASIL, 2004. p.1). Para acatar um projeto dessa ambição, não seria possível só três componentes curriculares darem conta, visto a seriedade de tal regulamentação.

É necessário a clareza, por parte de todos os agentes partícipes do processo educativo, sobre suas responsabilidades para com a temática. Aos professores, cabe ter a perceptibilidade do relevante papel que podem representar na luta por desfazer a história equivocada que permeia até os dias de hoje sobre a noção do negro e do afrodescendente. É cogente que abordem com seriedade “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional’ (BRASIL, 2003) e que combatem qualquer atitude de segregação racista e discriminatória dentro e fora do espaço escolar.

Isso ainda é algo que deva ser abarcado nessa luta, pois pesquisas apontaram que muitos educadores(as) não tem aperfeiçoamento profissional adequado para desconstruir ideias preconcebidas sobre a cultura africana e a história dos negros.

Gomes, (2011) nos faz pensar afirmando que quando se fala em África, e mesmo as pesquisas acadêmicas nos reportam apenas à noção de escravidão, imagens de crianças brincando ao redor de senhores feudais, os castigos sobre os humanos escravizados, os locais aonde eram vistos, como o Pelourinho em Salvador.

E essas imagens estão presentes nos livros didáticos, sobretudo os de História. Maiormente, é preciso compreensão cabal de quem é e de quem foi esse povo, algo ainda obscuro para educadores que foram, também, adultos malformados. É relevante que políticas públicas de formação sejam empreendidas, se se quer o cumprimento da lei. Indo de encontro com o que diz a Resolução nº 1 de junho de 2004, apregoando como uma das metas:

[...] o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico raciais[...]. (BRASIL, 2004. p. 2)

Nesse espaço, para o abarcamento do artigo 26-A da LDB, é cogente que se

pense em todo o cenário educacional: quais ações são necessárias para a efetivação desse direito conquistado pelo povo negro e por toda a população? O que necessita ser empreendido nos espaços da escola? O que fazer para, de fato, preparar os funcionários e educadores? Como devem ser pensados os materiais didáticos? Pois, como afirma Chauí (1989, p.20, apud CURY, 2005, p. 02):

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma a sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político.

É interessante observar que na escola pesquisada, apesar de a lei já possuir mais de quinze anos, existem alunos/alunas que ainda nem a conhecem. Dos pesquisados, apenas um diz conhecer na sua totalidade, pois quando perguntados, de 0 a 5, quanto você conhece, só um respondeu 5, 14 (quatorze) disseram não ter conhecimento, 3 (três) marcaram no três e dois sinalizaram 2 (dois).

Muitos mecanismos necessitam serem criados, políticas de assentimento, devem ser o mote para contemplação do artigo 26-A. Pois como afirma Simão e Belíssimo (2014) é preciso entender as atitudes e comportamentos, principalmente dos meios de comunicação e na escola que atuam como potentes ferramentas de propagação de ideologias. Principalmente por parte dos que buscam valorizar a diversidade e o combate de preconceitos e discriminações em espaços educacionais.

Sabe-se que por muito tempo as discussões étnico-raciais estiveram silenciadas no meio acadêmico, em nome de uma democracia racial nula no cenário social da vida do negro, Gomes, Oliveira e Souza (2010, p. 85) foram mais longe quando disseram:

A cultura negra foi silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar, um 'pacto' que não deve ser quebrado, pois senão, teríamos que refazer o currículo, a escola.

Desconstruir essas premissas requer 'corpo presente' de muitas instituições e grupos sociais, pois ideais preconceituosos e discriminatórios, estão de tal modo arraigados na mentalidade social do brasileiro/a, que conceitos pejorativos e destrutivos povoam o imaginário da sociedade. Já são vistas como normais, por

exemplo, negros e afrodescendentes ocuparem posições inferiores no mercado de trabalho, estarem nas regiões mais desfavorecidas do país. Desse jeito, muitas vezes, eles próprios, já se preconcebem nas posições mais inferiorizadas da sociedade. Numa espécie de *habitus* de Bourdieu (2009, p. 87)

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “regulada” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência de algumas regras, sendo tudo isso, coletivamente orquestrados sem ser o produto de ação organizadora de um maestro.

O caso do ‘lugar’ do negro na sociedade brasileira parece que foi assim dado; um *habitus* pernicioso, que gera inúmeros problemas para as sociedades negras e afrodescendentes. É ‘normal’ não encontramos negros na mídia, na medicina, na engenharia, no jornalismo e em tantos outros *lugares*.

A mídia novelesca se presta, na maioria das vezes, a apresentar o negro em papéis subalternos como motoristas, cozinheiros, governantas e outras, estereotipando esse grupo, de maneira escancarada. Isso tudo foi dado sem nenhum questionamento pois o *habitus* deixa tudo acontecer como verdade absoluta, como um caso a advir.

O problema maior é que, ainda para Bourdieu (2009, p. 90) ele é produto da história então, garante a disseminação de ideias que foram “sacralizadas”. Sobre os afrodescendentes há muitas “vozes sacralizadas”: “o cabelo do negro é feio, então deve ser alisado para perder a ‘rebeldia”, o negro só serve ao trabalho braçal, o negro é bom de cama, na favela tem mais violência porque está cheio de negros e negras”.

Tudo isso cerceia o direito à representatividade desse grupo, colocando-os fora de seu devido lugar. Não há ainda uma compreensão de que os seres humanos devem ser todos tratados como tal, independente de traços físicos ou qualquer outra discrepância, seja ela cultural ou não. O problema é que a escola, às vezes, ao invés de coibir entendimentos como esses, é o próprio lugar dessas violações, aonde são repassados esses ideais discriminatórios.

Demarca mais uma vez a relevância política da LDB, em seu artigo 26-A. Não se trata apenas de ensinar história e cultura negra e afro-brasileira, mas de uma

tentativa de mudar as estruturas estruturadas¹⁸ de preconceitos e racismo, engendradas no imaginário coletivo e social. Para a promoção de mudanças é importante que ocorra esforços múltiplos de toda uma unidade escolar, assim como reza a resolução número 01 de 2004.

Então, limitar como a lei acontece no Colégio Estadual Matriz, é chamar a atenção de um coletivo para a relevância desse trabalho. É fazer o grupo escolar tomar consciência do que fazem ou não, para atender a norma, bem como outros grupos que venham a conhecer esse trabalho.

3.2 Ensino de Sociologia x lei 10.639/2003

A sociologia tem papel fundamental na problematização dos fatos sociais. Todo movimento que venha a ser defendido ou desenvolvido pela humanidade pode ser fonte de debate dessa disciplina. No tocante à posturas preconceituosas de quaisquer natureza, pode ser objeto de debate desse componente. O racismo estrutural, por exemplo, que o povo do Brasil desenvolveu contra o povo negro e afro-brasileiro, deve ser fruto de lutas desses educadores.

Ela pode 'reconstruir e desconstruir modos de pensar. "É possível observando nas teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos - que justifiquem um modo de ser e de uma sociedade, classe, grupo social". (OCEM, 2010, p.105). Então, pode oferecer, de acordo com Costa (2017.p. 17)

[...] elementos conceituais de análise da estratificação social, como raça, classe, branquitude/branquidade, entre outros, viabiliza-se o desvelamento das forças que operam na manutenção do racismo e exercita-se uma reeducação dos nossos jovens e adultos nos bancos escolares.

No que tange as relações raciais muitas teorias controversas foram disseminadas. Portanto, discutir o artigo 26-A, em sala de aula é papel marcante do educador desse componente. Incumbe destacar que documentos oficiais, como os PCEM, (2000) e a OCEM, (2006) trazem alguns dos papéis da Sociologia: atravessadora de ideais etnocêntricos, problematizadora e desnaturalizadora de fenômenos sociais.

¹⁸ Termos de Bourdieu, 2009, p. 87.

Isto inclui compreender o papel do racismo na formação social do Brasil, do período colonial ao estágio de capitalismo dependente no qual ainda vivemos, evidenciando que a construção da cidadania não ocorre da mesma maneira para todos os membros da população e que, por esta razão, os afro-brasileiros ainda lutam para garantir direitos negados historicamente, como o direito à educação básica de qualidade e ao Ensino Superior. (COSTA, 2017, p, 16).

Ainda Costa (2017, p. 17) nos lembra que essa disciplina é salutar para essa discussão, pois "[...] não é somente o *lócus* privilegiado para o enfrentamento do racismo, como também apresenta uma dívida com a população negra pelo fato de ter justificado e legitimado, durante certo tempo histórico, a desigualdade racial". Então, pode funcionar como espaço para correção de uma injustiça cometida no passado, a qual legitimou uma série de problemas para a população negra. Ajudou a perpetuar, por exemplo, o racismo, ações de discriminação de várias ordens.

A Sociologia já tem um espaço consolidado sobre as questões do negro. Muitos estudos já foram concluídos sobre as relações raciais. O que, por si só, já demarca sua singularidade, no contexto da derrubada de preconceitos e estereótipos, questões que atravessam, cotidianamente, as vivências dos negros e negras desse país. Utilizar esses estudos pode ser o início do banimento das injustiças sofridas por esse grupo.

Os estudantes do Colégio Matriz reconhecem a importante relação da Sociologia com essa temática pois, do total de vinte, 16 disseram ter muita importância discutir sobre os negros/as nas aulas. Quando perguntado: de 0 a 05, qual a responsabilidade que eles atribuíam aos educadores de Sociologia em trabalhar com a temática do negro, metade (cinco)¹⁹ disseram 5 e quatro alunos responderam 3 e 01, dois. Desse modo, os aprendizes também reconhecem a relevância dessa disciplina como matéria indispensável para a desconstrução de preconceitos e discriminações contra o povo negro.

Quando se fala do atendimento ao regulamento 10.639/09, ela pode atuar como mola propulsora na recepção de seus princípios, vistos os estudos realizados diretamente nessa área (a das relações raciais) e as teorias que podem ser utilizadas para entender como o racismo e segregação racial age e viaja por entre os reflexos das sociedades.

¹⁹ Essa pergunta só foi feita para 10 estudantes, dos vinte participantes.

Santos (1995) diz da dupla errância da Sociologia: os sociólogos sempre vão além do ponto que estão recriando vieses pelos quais as populações vão desenvolvendo em seus meios de dominação. Mas também, abarcam as trajetórias de reprodução social e de formatação dos sonhos de sociedades, as possibilidades de mudanças. Outro erro seria a coragem de arriscar e dar repostas provisórias na esperança de que um dia a verdade poderá aparecer. Esse percurso ele denomina de *aventura sociológica* na qual vive-se:

" [...] um trajeto de problematizações, de formular hipóteses, ou seja, de anunciar repostas provisórias e prováveis às questões sociais e aos problemas sociológicos incessantemente retomados pela investigação e pela interpretação sociológica. (SANTOS, 2005, p, 73)

Nesse meio cabe destacar as pesquisas com caráter discriminatório, cobertas e difundidas no meio acadêmico, os quais tomavam o negro apenas como objeto de pesquisa, e defendendo teses controversas sobre esse povo. No entanto, essa mesma disciplina é utilizada hoje, para refutar muitas dessas ideias. Daí reside seu basilar valor para os estudos das relações raciais.

A Sociologia tem uma relação intrínseca com a norma 10.639/2003, pois tem arcabouço teórico e metodológico prontos para dar conta de suas demandas. Já que nas palavras de Saffioti (1995, p. 159) "[...] o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais". O povo negro foi no passado (e até no momento presente) construído como um não-humano. E isso trouxe sérios prejuízos à essa classe. Na atualidade, muitos ainda estão sujeitados às mazelas da sociedade. A vida do negro sempre foi subsunta à do branco, pois em nome da branquitude seres humanos foram escravizados, postos à margem.

É nesse sentido que Saffioti (2005) trata dos perigos da igualdade: homogeneizar os sujeitos sociais, tira-lhes sua identidade ou pelo menos, a suprime. Ideais de equalização de raças, nesse caso, beira ao autoritarismo; reprime qualquer diferença de cor, bem como a diversidade cultural dos seres humanos.

Um ensino de sociologia que abarque essas discussões serve de mote na anuência da lei, ao passo que desconstrói esses pensamentos. Um currículo descolonizado aguça outros caminhos para se dizer do negro, tão necessários para uma educação antirracista.

3.3 Relações raciais no Colégio Matriz: com a palavra, os discentes

Os estudantes devem ser vistos como sujeitos de direitos, capazes de opinar e participar, democraticamente, do processo de ensino, enfim, como agentes determinantes em todas as ações didáticas da escola. Nas palavras de Luckesi (2004, p. 118) vai além disso; [...] o educando não deve ser considerado massa a ser informada, mas sim, como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade, desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência, etc".

Assim sendo, o espaço escolar deve abarcar a diversidade racial, para auxiliar negros a *construir-se a si mesmo*, de maneira positiva. Nesse patamar, ouvir a voz desses agentes, no tocante à cultura negra, faz-se relevante, pois auxilia educadores a construir seus percursos didáticos, de modo eficiente e respeitoso, já que a lei 10.639 alega essa obrigatoriedade.

Apesar disso, notamos a insatisfação dos discentes do Colégio Matriz, com o trato com que a entidade oferece à temática. Quando perguntados se consideram satisfatória, as discussões sobre o negro, dos 8 interrogados, apenas dois se mostraram contentes com a discussão:

Sim, pois alguns ainda tem esse preconceito com os negros e, para isso, não continuar, tem que debater em sala de aulas, sobre esse assunto pois os negros são seres humanos e iguais a todos nós a cor não difere o caráter e a personalidade. (ALUNO 2, 2019).

Um outro apontou: "Sim. Considero porque nos trazem um novo olhar sobre os negros, e os que as pessoas falam não são verdades [...]" (ALUNO 7, 2019). Observamos que os discentes, apesar estarem satisfeitos com as aulas sobre os negros, manifestaram muito mais, defendendo a relevância da temática. No entanto outros foram de encontro com essas colocações pois afirmam: "Quase não há discussões sobre esse público na unidade escolar, e por ser um tema amplo, deveria ser mais "discussível" nas escolas". (ALUNO 5, 2019). "Regular. Pois na maioria das vezes nós alunos nos engajamos nas discussões sobre a temática". (ALUNO 8, 2019). "Não, pois precisam aprofundar mais principalmente sobre influenciadores e que lutaram para estar em uma sociedade" (ALUNO 4, 2019). Um último disse: "Mais ou menos, pois acho que a escola deveria aprofundar mais neste tema, que em minha opinião é algo que deveria ser mais falado e explicado" (ALUNO 1, 2019).

Nesses recortes de falas estão presentes uma série de questões, as quais a escola necessita repensar. Fica manifesto que os estudantes percebem a defasagem do colégio. Se a insatisfação chega ao esclarecimento do alunado, é porque a temática está sendo tratada como assunto menor. Ao contrário da escola, os discentes percebem e compreendem a relevância desse tema, pois concernem que os problemas causados pelo tratamento diferenciado entre brancos e negros geram sérios imbróglis à sociedade como, por exemplo, violência física e simbólica e até homicídios: "A questão racial ultimamente, tem que ser muito debatida, porque a cada dia a gente ver pessoas negras morrendo por preconceito!" (ALUNO 1, 2019).

Tipo, as piadas com o cabelo, com o estilo, com a cor. E tipo assim, quando um colega faz algum preconceito a pessoa ri, mas no fundo aquilo magoou profundamente, aí vem casos como a autoestima baixa, e como é que eu posso dizer, algumas pessoas 'causa' querer suicídio por se achar insuficiente. (ALUNO 3, 2019)

Em uma unidade escolar em que a maioria se concebe negra, isso gera problemas, vez que o educar para a diversidade não permeia as tarefas didáticas, comprometendo, dessa forma, a existência de um cotidiano saudável, destituído de racismos. Em virtude disso, "sairão" da escola estudantes que não tiveram oportunidade de repensar o modo como o preconceito se instala e, dessa forma, poderão, também, agir com discriminação em algumas ocasiões. Silva e Monteiro (2000, p. 96) aprofundam a discussão, quando apresentam as considerações:

Se os sistemas de ensino, na dinâmica de seu funcionamento, de um lado, deliberadamente ou não, negam aos descendentes de africanos, o direito de ser o que são, como identidade étnica e cultural e, de outro lado, tiram dos professores o direito de tomar decisões a respeito da avaliação e projeção de currículos, são eles os sistemas de ensino, fortes agentes de desumanização não só dos grupos marginalizados pela sociedade como dos próprios professores.

É importante explicitar que os estudantes compreendem que ao propor a temática, os educadores podem mudar a realidade da sociedade com relação ao preconceito e racismo. Então, mesmo sem conhecer a lei, concordam com ela quando defende que deva ser prática da escola discutir sobre questões raciais.

São alunos no ensino médio...têm que sair daqui já educados que 'tipo assim', alunos saem da escola educado vai ser menos preconceito na

rua ou em qualquer outra faculdade/universidade, tem que aprender a sempre respeitar o próximo. (ALUNO 3, 2019)

Os professores trazem esse projeto, vão nos ajudar, não só a gente mas só como alunos que vão ensinar uma coisa boa, que vão falar que eles não são melhor que ninguém, vão tratar todos 'igual' e no mesmo nível e não importa se são classe baixa, média ou alta, todos temos que respeitar e somos um só. (ALUNO 4, 2019)

Quando perguntado: de zero a cinco, qual a nota que você dá ao trabalho da sua escola sobre a questão racial e a cultura negra, um discente desabafou:

Minha nota é dois, só faltam dois meses 'pro' ano acabar e 'tipo', a escola que deveria ser um ponto da educação, não a educação que os pais dá, principalmente, mas também é dever da escola. Dois porque tipo a diretora já veio na sala falar sobre igualdade, sobre todos ser igual, não querer ser melhor que o outro, mas nunca abordou bem assim o assunto em sala de aula sobre o racismo. Dois também, porquê, [...] os professores deviam trazer mais principalmente em religião, letras e outras matérias que for possível porque vão entrar alunos novos no ensino médio e lá principalmente não aprende muita coisa e faz muito preconceito. (ALUNO 6, 2019)

É voz latente dos alunos o trabalho pouco fortalecedor da entidade. Clamam a necessidade de trabalhos que os defendam, que os representem. Pois as escolas, até o momento, estão contribuindo para a criação de disseminação de estigmas, os quais mancham a autoestima de negros e negras, assim como relatado pelos estudantes, aqui. Goffman (2008, p. 12), estabelece os prejuízos que um estigma pode trazer para os indivíduos:

[...] enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser [...] num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem.

Analisando o conceito de Goffman, compreendemos que os negros sempre foram vistos/ditos pela ótica do estigma pois, são continuamente considerados estranhos, diferentes, em desvantagem. A sociedade preconceituosa utiliza seu fenótipo para justificar uma série de desconfiança contra esse povo, considerando-os

mais violentos, menos bonitos, por exemplo, tentando apagar sua identidade, alteridade e cultura. A cena retratada pela aluna ainda é muito presente em espaços sociais, confirmando a presença do estigma:

[...] e tipo é eu acho que essa coisa de preconceito ficou assim tão firme na sociedade que quando uma senhora branca, não todas, não generalizando, mas algumas vezes veem, tipo algum jovem preto já escondem a bolsa, já esconde o celular achando que é bandido, tipo, eu acho que se tornou algo muito forte na nossa sociedade. Algo também que magoa demais. (ALUNA 8, 2019)

Para Goffman (2008) a sociedade tem o hábito de criar os estigmas através de categorização de indivíduos, estabelecendo atributos comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias. Ele gera problema, pois determina padrões aceitos e não aceitos socialmente, ou seja, age sempre sobrepondo grupos sobre outros.

Esses estigmas nos levam, em primeiro lugar, à discriminação, em questões como a designação para empregos, e afetam a interação social imediata, somente, por exemplo, porque o indivíduo estigmatizado pode ter tentado manter o seu atributo diferencial em segredo e sente-se inseguro sobre sua capacidade de fazê-lo, [...]. (GOFFMAN, 2008, p. 138)

É por isso que a escola tem grande responsabilidade em debater sobre questões raciais, é necessário combater o estigma que a sociedade carrega contra negros/as e afro-brasileiros. Uma entidade que se queira responsável, necessita transgredir essa realidade e fazer valer a lei e o seu posto promissor de formar o alunado para a criticidade. Inculcar no estudante que não pode aceitar tudo que a sociedade impõe e impôs sobre a cultura negra, sobre o negro.

CAPÍTULO 4: O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA: TENSÕES E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO DA LEI 10.639/03.

*É urgente afirmar [...] horizonte emancipatório em todas as ações e intervenções, nas políticas, no livro didático, nas formações de professores, nas ações afirmativas, etc.
(Miguel González Arroyo, 2006)*

Para empreender mudanças sociais com relação a cultura africana e afro-brasileira, tudo que envolve o fazer docente deve ser (re) pensado. É indispensável a criação de políticas públicas adequadas para as escolas, as quais abarquem em sentido integral, tudo que envolve essa educação; é imperativo investimentos outros. Um deles, que carece ser examinado (ou reexaminado) é o livro didático de Sociologia.

Para Bittencourt (2008 apud MOREIRA et. al, 2012, p. 45) o LD “trata-se de um objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos, circulação e consumo”. Os conteúdos postos neles são carregados de ideologias, representando, às vezes, um problema.

Assim, é necessário refletir sobre algumas questões: qual o interesse de quem produziu esse material? A ideologia posta está a serviço de alguém ou de algum interesse? Como os conteúdos irão reverberar na vida dos estudantes? Qual relevância tem as leituras apresentadas, para os discentes? E tantas outras reflexões se fazem imperiosas.

Cabe destacar que Bento (1998) nos rememora que no ano de 1994, o MEC apresentou ao país pesquisas que apontavam que as obras didáticas estimulavam o preconceito, concordando com o movimento negro e pesquisadores do campo da educação como Rosemberg (1985) e Ana Silva (1988) que há tempos já atestavam esse fato. "As poucas vezes que apreciam, os negros estavam associados a figuras demoníacas, desumanizadas ou eram mostrados realizando tarefas subalternas e desvalorizadas" (*Ibidem*, p. 41).

Destrate, ainda na atualidade algumas obras ainda se prestam à defesas de ideias como essas, a presente pesquisa vem atestar que apesar da existência da lei 10.639/2003 e da obrigatoriedade emanada pelo então, PNLD de 2018, as obras didáticas de Sociologia ainda apregoam ideias como essas, como discutiremos adiante.

As muitas pesquisas de doutorado e mestrado existentes correlacionadas com a análise LD voltados para a questão do atendimento à lei 10.639, em sua maioria, se

prestaram a analisar, principalmente os de História e o de Língua portuguesa. Essas pesquisas apontaram que há ainda distorção no que se refere aos negros. São restritivas as questões étnico raciais nas temáticas discutidas e quando o fazem, desvirtuam do real papel desempenhado pelos povos não-brancos na cultura brasileira. Interessante observar que as próprias pesquisas já apontam um direcionamento equivocado; o de que é papel, apenas da História e da Língua Portuguesa, trabalhar com as questões afro e africanas.

A norma 10.639/2003 representa um avanço pois, possui importância ímpar, posto que inicia um processo pelo qual se percebe a ausência do negro dentro do currículo escolar como discriminação racial. Além disso, priva pelo respeito à cultura do negro, numa tentativa de desmistificar e mostrar uma “nova história”. História essa que por longos anos foi construída no espaço educativo sobre pilares falaciosos, dentro de um currículo oficial, que prega uma democracia racial inexistente. Encobrendo, assim, uma realidade de preconceito e racismo, resultando em uma discriminação velada contra esse povo. Nos pilares de Munanga (1996, p.184),

O mito da democracia racial: baseia-se na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, ele exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

Os estudos da temática até aqui foram visões eurocêntricas, pois como assevera Asante (1987) o eurocentrismo está posto sobre elementos de branquitude, a qual imputa proteção, privilégios e vantagens dos bancos, em vários setores, como na educação, na economia na política e outras regalias.

Então, em se tratando dos negros brasileiros essa política é basilar, pois em um país no qual, representam 71% dos homicídios²⁰, em que criaram decretos para coibir seu acesso em espaços escolares, que em 2015 os brancos ganhavam o dobro que eles, são os primeiros abordados em uma ação policial, e tantos outros “menos sociais”, há muito que ser feito para a transformação social nesse meio.

²⁰ Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2017.

Esse cenário de intolerância necessita ser transgredido, havendo a necessidade de relocação e reordenamento, e um dos caminhos se faz com práticas educacionais mais amplas. A busca por aportes adequados é um passo relevante, pois pesquisas já apontam que, dos materiais existentes, é um dos mais utilizados pelos educadores.

Depois do Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, passou a ser, também, uma das principais fontes de pesquisa dos estudantes, sobretudo, os da classe menos favorecida desse país. É lugar comum dizer que grande parcela da população negra faz parte desse grupo.

4.1 Onde anda o livro didático nas pesquisas?!!: nos caminhos da lei 10.639/03

Tecer discussão sobre o modo como os materiais didáticos de Sociologia vêm abordando a temática do negro não se constitui em tarefa fácil. Há uma pluralidade de materiais com diferentes vertentes, num mercado caracterizado pela diversidade e pelo exercício de autonomia de cada unidade federativa em escolher o seu LD. A fim de dar subsídios argumentativos a esta análise, foram perpetradas buscas nos principais depósitos de pesquisas científicas: o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), A Scientific Electronic Library Online, (SCIELO) e o Google Acadêmico.

As buscas aconteceram entre os dias 9 e 16 de setembro de 2018. Para tanto, visitamos 100 títulos no Google Acadêmico até a página 10, no dia 13, com as palavras chaves “Livro didático de Sociologia e a lei 10.639”. Em retorno a esse mesmo site, no dia 15, foram vistas mais 35 páginas, totalizando 350 títulos, com a entrada “Livro didático de Sociologia”.

Na CAPES, acessamos 420 cabeçalhos de teses e dissertações de mestrado e doutorado. Sendo lidos os resumos dessas pesquisas. Quando estes foram considerados insuficientes para a análise pretendida, vimos, também, as considerações finais. Nesses espaços encontramos escassos materiais com ligação à temática preterida; sendo somente duas dissertações de mestrado com maior amarração.

A primeira, *Sociologia em “mangas de camisa”: representação do negro brasileiro nos livros didáticos*, foi escrita recentemente, em 2017, pelo autor Wellington

Narde Navarro da Costa, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual pretendeu investigar como as obras didáticas de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático do ano 2015, discutem a temática étnico-racial no tocante à população negra do Brasil. As reflexões se deram através do sustentáculo criado pelas políticas de ações afirmativas na área da Educação.

O autor chama a atenção da necessidade de se contar sobre o negro numa nova perspectiva, não basta, para o processo da cidadania, falar simplesmente voltado para a cultura. Indicou, também, um silenciamento da disciplina em relação a produção intelectual negra; pois acontece através de autores brancos, como exemplo, Florestan Fernandes. Então, é imperativo aportes teóricos mais adequados, tendo em vista a necessidade do respeito à diversidade.

A segunda é o estudo da autora Karla de Oliveira Santos, *As relações étnico-raciais no livro didático da educação de jovens e adultos: implicações curriculares para uma sociedade multicultural*²¹, cujo objetivo é analisar as relações étnico-raciais da EJA, tendo como referenciais a Lei 10.639/2003 e o Parecer 03/2004. Dissertação publicada em 2011, assinala um estudo muito tímido nessa área e a inexistência de estudos brasileiros que relacionassem a Educação de Jovens e Adultos e as relações étnico-raciais no livro didático.

As práticas de uma parcela significativas das escolas de EJA, apenas realizam essas discussões em datas comemorativas, fazendo estudos equivocados da norma 10.639, vez que direcionam esses estudos às disciplinas específicas. A análise trouxe à tona, também, o pouco caso com esse regulamento, por parte dos professores, isso devido ao desconhecimento ou mesmo pouco interesse, pondo a temática em cheque no referente à estudos sobre a História Afro-brasileira e Africana.

O artigo publicado em 2013, por Luiz Paulo da Silva Soares, Carla Rosi Lima Carmem G. Burgert Schiavon; *Representações do ensino da cultura afro-brasileira em alguns livros didáticos de história*, mostrou que esse material aborda de maneira muito superficial a temática, se restringindo a conteúdos específicos, como por exemplo, a semana da consciência negra e a escravidão. Pesquisa parecida, a qual resultou na

²¹ A coleção de livros analisada na referida pesquisa foi a adotada para o segundo segmento dessa modalidade de ensino, que equivale no município de São Miguel dos Campos, AL, às séries finais do Fundamental.

dissertação *Relações raciais no livro didático público do Paraná*²² foi empreendida por Tânia Mara Pacífico em 2011, na Universidade Federal do Paraná.

A investigação centrou, principalmente, em pensar em qual medida o Livro Didático Público – *Folhas* contempla as definições legais do artigo 26-A da LDB, e o Parecer 03/2004 e Resolução 01/2004 do CNE. E o estudo apontou, mais uma vez, que nas obras não há um cuidado com as políticas de promoção de igualdade racial, “nem mesmo as que aconteciam dentro da própria da Secretaria Estadual de Educação”. Além disso, o branco aparecia como representante da humanidade, estigmatizando os negros (as), em especial à mulher, em um processo de apagamento dessas, em seus vários aspectos.

A dissertação *Representação da cultura afro-brasileira no livro didático de Língua Portuguesa para o Ensino Médio Profissional 2013*, de Maria Isabel Soares Oliveira, também apontou alguns problemas que necessitam serem repensados para a construção de um material didático contundente com as políticas da igualdade racial. No entanto, mostrou que os educadores tinham entendimento da seriedade da lei 10.639, fato importante, pois de alguma forma, se constitui em um marco para a consolidação do trato com o negro, pois essa consciência leva à busca de discussões mais adequadas no espaço educativo.

Vanilda Goncalves de Oliveira da Universidade Federal de São Paulo, pesquisou sobre as contribuições da produção acadêmica, dissertações de mestrado e teses de doutorado com temáticas referentes às questões étnico-raciais no livro didático para o Ensino Fundamental II e Médio²³, desenvolvidas entre os anos de 2005 a 2015, cujo trabalho foi intitulado *A produção acadêmica sobre as relações étnico-raciais em livro didático (2005 – 2015)*.

Sugeriu certos avanços em relação à implementação do artigo 26-A da LDB, consta presença mais constante de negros nessas obras. Porém mostrou: 1) conservações de conteúdos com uma visão eurocêntrica; 2) silenciamento no que diz respeito à resistência negra no Brasil e 3) a falta de formação inicial e continuada de professores para um ensino voltado para a democracia. A autora assinala a necessidade de revisões constantes para que esses sirvam, de fato, para a garantia de uma educação antirracista.

²² Foram selecionados para análise apenas livros de duas disciplinas, Língua Portuguesa e Educação Física.

²³ Pesquisa publicada em 2017, na qual foram analisados 14 trabalhos de teses e dissertações.

Então, nota-se que no tocante à aplicação da norma 10.639/03 nos livros didáticos de Sociologia, as atividades científicas ainda são insuficientes diante do também, escasso número de pesquisas. Pouco tem se avaliado sobre a temática do negro, assinalando-se a necessidade de debates maiores para se solidificar o reconhecimento político da cultura e história da África e dos afro-brasileiros. Assim, é uma tentativa de minimizar a história de racismo e preconceito contra estes, para a criação de mais políticas públicas, visando direitos iguais, posto a relevância de se legitimar seu papel dentro da sociedade brasileira.

No entanto, mesmo raras, as pesquisas sobre a temática são expressivas pois indicam lacunas significativas na constituição desse corpus. Este tipo de ausência/presença indica a importância de um debate mais acirrado para estimular mudanças nos materiais didáticos. Em geral, até o momento as pesquisas revelaram que a história dos negros, ainda não é corpo marcado para a maioria dos aportes teóricos.

Vale ressaltar que produções que discutem o artigo 26-A da LDB, em livros didáticos são muito recentes. Voltadas para o LD de Sociologia, especificadamente, isso ocorreu apenas em 2017. Então, o debate é novo e escasso demais para repercutir em mudanças nesses materiais, contribuindo para a perpetuação de conteúdos e discussões errôneas e insuficientes. É imperioso, também, que se construa pesquisas que possibilitem analisar todos os livros didáticos, (não só os de Sociologia) por essa ótica, pois para uma alteração nos paradigmas de ensino, são imprescindíveis trabalho e materiais contundentes em todas as disciplinas.

4.2 Apreciação técnica de manuais didáticos²⁴

Após uma apreciação sobre a formato como a relação LD de Sociologia e a Lei 10.639/03 aparece nas pesquisas nacionais, iremos voltar nossos olhares para os livros didáticos dessa disciplina os quais servem de apoio para aulas de muitos educadores da disciplina. As diretrizes do Programa Nacional do Livro Didático, PNLD (2018, p.12) salientam que os livros, para atender de maneira adequada aos estudantes deve, entre outras coisas, mobilizar para “às lutas sociais por direitos e pela superação das formas de violência, discriminações e preconceitos de quaisquer

²⁴ As ideias apresentadas nesse tópico já foram discutidas pela pesquisadora em trabalhos anteriores, aqui elas foram, apenas, ampliadas.

naturezas, tendo em conta aspectos voltados à operacionalização das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008”.

Apesar de muitos estudos já terem sido desenvolvidos a respeito da lei 10.639/2003, estes apontam, ainda, a necessidade de investimentos na educação, como formações para professores e carência de materiais didáticos serem redesenhados. Grande parcela desses estudos foram feitos com análises de livros didáticos de História e Língua Portuguesa. Uma parcela considerável desses apontaram um desvio na história do afro-brasileiro, no entanto, com materiais de Sociologia, são extremamente restritas.

Isso posto, é salutar que pensemos como estão constituídos esses materiais, se estão bem munidos para atender ao regulamento supracitado, a fim de que possa repercutir em mudanças e melhorias no campo das relações raciais. Nesse tópico, observou-se, os aspectos técnicos dos LD de Sociologia, publicadas após 2003, ano da promulgação da lei, pois não perpassamos pela análise de conteúdos, apenas buscamos mostrar, quais obras abordam temáticas do negro, pensando em quais tópicos trazem e quais autores de referências fazem uso.

No total foram observadas 7 (sete) obras, sendo elas: **Sociologia em Movimento** de Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cássia Miranda (2013), **Sociologia para o Ensino médio** de Nelson Dácio Tomazi (2010), **Introdução à Sociologia**, autor Pérsio Santos de Oliveira (2010), **Sociologia para jovens do século XXI** dos autores Luiz Fernandes de Oliveira Ricardo e Cesar Rocha da Costa (2016), **Sociologia** (1ª e 2ª edições, 2013 e 2016) de Sílvia M. de Araújo, Maria A. Bridi e Benilde L. Motim, e **Tempos modernos, tempos de Sociologia** Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Júlia O'Donel (2016) da Editora do Brasil. São livros aprovados em todos os PNLDs anteriores e uma do FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Figura 1 - Capas das obras analisadas.





No quadro 7 possui uma síntese das questões raciais nas obras analisadas, no tocante a tópicos discutidos, capítulos específicos que tratam da temática e principais referenciais utilizados.

QUADRO 7 – Livros didáticos de Sociologia x questão racial

OBRA AUTOR	EDIÇÃO ANO EDITORA PNLD	CAPÍTULO DISCUSSÃO ÉTNICO RACIAL	TÓPICOS DE DISCUSSÃO	AUTORES DE REFERÊNCIA DA TEMÁTICA RACIAL
Sociologia em Movimento Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cássia Miranda, et. al.	1ª ed. 2013 Moderna 2015	Raça, etnia e multiculturalismo Capítulo 5, páginas: 103 a 132	Preconceitos, discriminação e segregação / Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos. / Teorias raciais e eugênicas/ A teoria da democracia racial/ Etnia: superando o conceito de raça / Multiculturalismo e ação afirmativa.	Ahyas Ssiss, Stedile J. P. e Carvalho, H. M., Giralda Seyfert, K. Munanga., McLaren, P., Marcelo Paixão et. al., Ney Lopes e Hall, Stuart
Sociologia para o Ensino médio Nelson Dácio Tomazi	2ª ed. 2010 Saraiva 2012	Não consta	Apenas no capítulo 4, p. 85 As desigualdades sociais no Brasil, traz os tópicos denominado Raça e classes e O abismo entre brancos e negros na página 92	Rocha, Everaldo, P., Lilian Schwarcz, Octavio Ianni, Silvia (org.), Ramos, Roger Bastide e Florestan Fernandes.
Introdução à Sociologia Pérsio S. de Oliveira	1ª ed. 2010 Ática FNDE,2015	Não consta	Não possui	Jacob Gorender,
Sociologia para jovens	4ª ed. 2016	Onde você esconde seu racismo?	O que é realmente o racismo? / Uma história	Não consta. Mas afirmam nas

do século XXI Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo C. Rocha da Costa	Imperial novo milênio 2018	Desnaturalizando as desigualdades raciais. capítulo 21, páginas:321 a 337	invisível e Qual é a cor do Brasil?	orientações para professor, terem abordado Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, Muniz Sodré, Kabengele Munanga, Clovis Moura e Hélio Santos.
Sociologia Silvia M. de Araújo, Maria A. Bridi e Benilde L. Motim.	2ª ed. 2016 Scipione 2018	Não consta	No cap. 4, <i>O sentido do trabalho</i> traz uma seção com o nome <i>Desigualdades étnico-raciais</i> no mercado de trabalho	Não consta
Sociologia Silvia M. de Araújo, Maria A. Bridi, Benilde L. Motim.	1ª ed. 2013 Scipione 2015	Não consta	No cap. 5, <i>A cultura e suas transformações</i> traz uma subseção com o nome <i>Nós e os outros</i>	Carlos Carneiro Brandão e Maria Luiza
Tempos modernos, tempos de Sociologia Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, et al.	3ª ed. 2016 Editora do Brasil 2018	Não consta	Desigualdades de várias ordens. Capítulo 18, páginas: 284 a 289. Todos iguais ou muito diferentes? / Negro na pele ou negro de sangue? / Raça e racismo na legislação brasileira	Não consta

Fonte: produzido pela autora (2019).

Ao analisar os dados do quadro 7, observamos que um número considerável de obras, não possuem capítulos, em específico, que retrate questões raciais. Das 7 (sete) analisadas, 4 (quatro) não abordam a temática separadamente, totalizando mais da metade. Vale observar que uma das obras foram analisadas duas edições e,

em nenhuma delas, possui essa parte separada, então podemos pensar que são praticamente 5 aportes com essa deficiência.

São elas: *Sociologia para o Ensino médio* de Nelson Dácio Tomazi (PNLD 2012), *Introdução á Sociologia* do autor Pêrsio Santos de Oliveira (FNDE 2010), *Sociologia* das autoras Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde L. Motim. (PNLD 2015 e 2018) e a obra *Tempos modernos, tempos de Sociologia* das autoras Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Júlia O'Donel (PNLD 2018)

Destas, vale ressaltar que Tomazi (2010) tão somente pincela a discussão no capítulo 4, *As desigualdades sociais no Brasil*, p. 85, possui um tópico denominado *Raça e classes e O abismo entre brancos e negros*, na página 92. Nas propostas de atividades finais e nem nas indicações de leitura e filmes, apresentam a temática.

A obra de Oliveira (2010) não abarca a discussão de nenhum jeito. Representando um desvio, pois “a invisibilidade e a reduzida representação do negro no livro didático constroem a ilusão da não existência e da condição de minoria do segmento negro, mesmo nas regiões onde ele constitui maioria” (SILVA, 2005, p. 30).

Desse modo, utilizar esse livro em sala de aula pode arrefecer a discussão no meio acadêmico se o educador tomar apenas a obra, como basilar para as aulas. Para o livro de Araújo, Bridi e Motim acontece um processo de mudança. Na presente análise foram utilizadas a primeira e segunda edições, nas duas não constam nenhum capítulo separado para tratar da questão racial, no entanto, elas fazem uma modificação na obra.

Na primeira edição, no capítulo 5, *A cultura e suas transformações* tem uma subseção com o nome *Nós e os outros*, na qual cita, por assim dizer, a temática. Já na segunda, o faz relacionando ao mercado de trabalho, no capítulo 4, *O sentido do trabalho*, com uma seção com o nome *Desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho*. Para essa obra vale atentamos que mesmo participando do PNLD de 2018, elas não realizaram modificações relevantes que abarcassem esse dever.

No livro de Helena Bomeny, et. al., *Tempos modernos, tempos de Sociologia*, (2016) abarca no capítulo 18, *Desigualdades de várias ordens*, cinco páginas foram dedicadas ao assunto, através dos tópicos *Todos iguais ou muito diferentes?*, *Negro na pele ou negro de sangue?* e *Raça e racismo na legislação brasileira*. Observa-se assim, um trabalho, mesmo que tímido, de combate ao racismo e preconceito.

Das que não englobam os capítulos em específico, é a obra que discute com mais profundidade, ainda que aborda outros vieses de disparidades juntas, como por exemplo, da fome e de moradia. Ao final dessa parte mostra indicações de dois filmes, *Branco sai, preto fica* e *O xadrez das cores*. Nas atividades está presente um texto de Luiz Fernando Veríssimo, *Racismo* do livro *Comédias da vida pública*. Ao final pede para que os estudantes destaquem frases ou expressões do branco que mostre seu preconceito racial.

Ressaltamos que caberia uma outra proposta mais reflexiva sobre a questão, pois a utilizada é pouco profunda, talvez não provocaria mudanças de posturas no alunado, sendo que apenas pede para destacar as ideias racistas, não aprofunda a discussão apresentada. Um caminho interessante seria pedir para que os aprendentes fizessem a reescrita do texto tirando as ideias racistas e colocando pensamentos contrárias e divulgassem nas redes sociais ou fizessem cartazes digitais e impressos para conscientizar a população dos males sociais provocados pelo racismo negro.

Já as obras *Sociologia em Movimento* e *Sociologia para jovens do século XXI*, dispõe de um capítulo à parte sobre esse tema. Na primeira obra citada, os autores ocupam 29 páginas para tratar de questões ligadas ao negro, isso no quinto: *Raça, etnia e multiculturalismo*, nas páginas: 103 a 132. Vale observar que já carregam a questão do multiculturalismo, já concebem nova identidade cultural e política, esclarecimento importante para o entendimento do que representa os diferentes povos que compõe a nação brasileira.

Possui indicações de três filmes, *Quanto vale, ou é por quilo?* Dirigido por Sergio Bianchi, *A negação do Brasil: o negro nas telenovelas brasileiras* com direção de Joel Zito Araújo e *Crash: no limite*, do diretor Paul Haggis e três livros: *A ilha sob o mar*, de Isabel Allende, *cabeça de porco* de Celso Athayde, *MV Bill*, Luis Eduardo Soares e *O racismo explicado aos meus filhos* Ney Lopes. E ainda apresenta sugestões de sites.

A obra possui uma polissemia ao ver a temática, em se comparando com a outras obras. Discute preconceitos, discriminação, segregação, portando como exemplo o Apartheid, teorias raciais e eugênicas, teoria da democracia racial, etnia, multiculturalismo e ação afirmativa. Nas seções especiais do capítulo abordam temas como as políticas municipais e as minorias, cotas raciais, ensino de história e da África e dos negros no Brasil. Aborda a temática por vários ângulos, o que pode possibilitar

aos professores, se utilizar outros referenciais para complementar, um trabalho relevante e aos alunos(as), estudos significativos sobre a temática racial.

Na obra *Sociologia para jovens do século XXI* dos autores Luiz Fernandes de Oliveira Ricardo e Cesar Rocha da Costa, possui no capítulo 21, páginas: 321 a 337: *Onde você esconde seu racismo? Desnaturalizando as desigualdades raciais* e também os tópicos *O que é realmente o racismo? / Uma história invisível* e *Qual é a cor do Brasil?*. Nas seções especiais do livro, abarcam temas como a teoria do determinismo social, uma proposta de um jogo, o *Capoeira Legends*, que utiliza essa atividade como combate do racismo.

Nas atividades propõe que os alunos definam racismo, preconceito e discriminação e que comentem os resultados da pesquisa realizada pelo PNAD/IBGE de 1976, as quais conversam sobre as cores do povo de nosso país, presente no livro didático, bem como algumas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dispõe também de sugestões de leitura de filmes, músicas, (*A Carne* de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Capelletti e *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro* de Marcelo Yuka também) e sites, para maior entendimento da temática.

No entanto, as sugestões de atividades poderiam ser melhor exploradas. Por exemplo, não mostra propostas de pesquisa de campo relativo à temática. Trabalhar a realidade do povo negro é importante para conhecimento e disseminação dessa cultura. Os dados poderiam refletir sobre tudo que foi apresentado anteriormente, através do livro para assim, tentar promover o pensamento sociológico da realidade do negro brasileiro. Como reflete Munanga (2005, p. 16)

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Para uma discussão acertada sobre a questão racial é imprescindível que na confecção dos livros, seus criadores façam uso de boas referências sobre as questões

raciais. Por isso foi consultada, também a bibliografia final desses aportes, pois também nos auxilia na compreensão de qual ótica os autores estão (ou não) debatendo sobre a cultura negra. No entanto, ainda temos algumas que não se utilizam dessas teorias, apesar de falar sobre o tema, o que de certo modo, esvazia a discussão.

Como é o caso das obras *Sociologia para jovens do século XXI*, *Sociologia e Tempos modernos, tempos de Sociologia*. O primeiro citado, não consta nomes de estudiosos na lista de referência final, mas afirmam no material de orientação para professor, que abordaram Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, Muniz Sodré, Kabengele Munanga, Clovis Moura e Hélio Santos. A segunda, na sua segunda edição, mesmo tendo pincelado o conteúdo, não utilizaram teóricos da área, entretanto, na primeira edição afirmam ter aproveitado dos estudos de Carlos Carneiro e Maria Luiza Brandão. A última, ainda que contem alguma abordagem, não consta autores de referência.

Para o material, *Introdução à Sociologia*, mesmo não abordando a temática, fez uso das teorias de Jacob Gorender. Para o aporte didático *Sociologia em Movimento* vale sublinhar, os bons referenciais empregados, dentre eles cabe destacar Ahyas Ssiss, o antropólogo e professor brasileiro-congolês, Kabengele Munanga, Ney Lopes e Stuart Hall. *Sociologia para o Ensino médio*, apesar de o autor não separar em especial um capítulo, fez uso de autores relevantes, com um histórico de luta salutar no movimento negro, como Lilian Schwarcz, Octavio Ianni, Roger Bastide e Florestan Fernandes.

Toda as obras se tratam de volumes únicos. Denotando que a divisão de conteúdos por séries, ciclos, ainda é desafio pois, para as outras matérias, há uma maior diversidade atribuídas à séries específicas. Florestan é o autor mais utilizado para debater a questão racial, pois seus estudos serviram de base para três obras. Destacamos a relevância desse sociólogo para o entendimento de que a relação entre negros e brancos não foram harmoniosas aqui no Brasil. Foi seguido por Munanga, aparecendo em duas. Observamos que a referência máxima dos autores dos livros, vem de estudos de autor branco.

Entretanto, há que se considerar que Florestan expõe uma abordagem questionável quando defendeu o fato de que por terem se tornado escravos, redundaram em desvantagem social; não detinham habilidades para trabalhar como cidadãos livres e a escravidão teria deturpado sua personalidade (BENTO, 1998).

Hoje observamos que todo um ideário de desqualificação do trabalho do ex-escravo foi arquitetado, no período pós-colonial, após a abolição, forçando-os a ocupar posições inferiores naquele 'novo' sistema de produção de bens.

Na questão da autoria, chama atenção o fato de que, das sete obras analisadas, apenas duas, foram produzidas por somente um autor. Para Meucci, (2014, p. 218) “Este fenômeno parece ser resultado do acúmulo de conhecimento e das especializações nos ramos científicos. Até mesmo a elaboração do trabalho panorâmico e introdutório exige agora a autoria compartilhada”.

A obra que trouxe com mais profundidade a discussão foi elaborada por 19 autores, talvez seja resultado das formações diversas destes. São mestres, doutores e bacharéis em diferentes áreas; Ciências sociais e Humanas, Sociologia, Direito, Planejamento urbano e regional, Filosofia e História, entre outras.

No tocante a autores de referências utilizados para debater a questão da negritude, observa-se uma lacuna, algumas abordam teóricos relevantes, mas deixam muitos de fora, outros nem os retratam. Portar autores de referência também resulta em bons frutos. É necessário usar da base teórica de que a Sociologia, Antropologia já dispõe para desconstruir visões eurocêntricas do negro. A lei nos propõe aguçar novos meios para se dizer do negro. Os professores/as, precisam dispor de materiais adequados, pois em muitos casos, o livro didático é sua única ferramenta de trabalho.

Tentou-se estabelecer nessa pesquisa o modo como a cultura do negro está sendo dita nos aportes teóricos de Sociologia o que pode reverberar em mudanças na postura da constituição da história do negro nos materiais didáticos e conseqüentemente, no ideário de estudantes brancos e não-brancos. Pois, muitos deles ainda passam por crises de identidades, devido ao passado de racismo e preconceitos vivenciados pelos negros e afro-brasileiros. A memória negativa que foi arquitetada a respeito desse grupo, impede que muitos tenham dificuldades de armarem conceitos positivos de seus povos.

Nos dizeres de Bento (1998) fica difícil de os não-brancos construírem uma imagem positiva de si próprios, quando não tem oportunidade de conhecerem figuras de destaques, quando faltam referenciais positivos no campo das artes, das ciências e em outras áreas também. “Suas famílias, muitas vezes, também não formaram uma imagem positiva do grupo negro e acabaram por reproduzir o preconceito em casa” (*ibidem*, p.45).

QUADRO 8 – Número de tópicos que discutem a temática racial nos LD de Sociologia

NOME DA OBRA	NÚMERO DE TÓPICOS DISCUTIDOS
Introdução á Sociologia	0
Sociologia (1ª ed.)	0
Sociologia (2ª ed.)	1
Tempos modernos, tempos de Sociologia	3
Sociologia para o Ensino médio	2
Sociologia em Movimento	6
Sociologia para jovens do século XXI	3

Fonte: produzido pela pesquisadora (2019).

Quando se depara com os tópicos discutidos, como especifica o quadro 8, fica perceptível a fragilidade das discussões para a maioria dos aportes. **Sociologia em Movimento** exibe apenas 6 (seis) tópicos no capítulo 5: *Preconceitos, discriminação e segregação, Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos, Teorias raciais e eugênicas, A teoria da democracia racial, Etnia: superando o conceito de raça e Multiculturalismo e ação afirmativa*. **Sociologia para o Ensino médio**, só apresenta 2 (dois) no capítulo 4: *Raça e classes e O abismo entre brancos e negros*, página 92. **Introdução à Sociologia** não possui nenhum.

Sociologia para jovens do século XXI, aborda nas páginas 321 a 337, meramente três: *O que é realmente o racismo?, Uma história invisível e Qual é a cor do Brasil?*. **Sociologia**, na primeira edição oferece uma subseção com o nome *Nós e os outros*, na qual aborda indiretamente, o negro, fala-se tão somente de diferenças étnicas, cujo objetivo maior é discorrer sobre a diversidade cultural. Perde um momento para uma discussão oportuna para tratar desses grupos de maneira mais contundente. Na segunda edição, só exibe um: *Desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho*. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**, só dispõe de 3: *Todos iguais ou muito diferentes?, Negro na pele ou negro de sangue? e Raça e racismo na legislação brasileira*.

Analisando esses tópicos observamos a ausência de discussões relevantes, como, por exemplo, a formação e a cultura do povo Africano, as diversas lutas de resistência do povo negro, no período da escravidão e depois dele, racismo estrutural, a influência negra nos diversos setores da sociedade. Essas influências poderiam vir diluídos nos mais diversos conteúdos, quanto fosse tratar de economia, política, modernidade e tantos outros.

Assim, demarcaria territórios desse povo, com atitudes coerentes. O alunado precisa perceber que o negro não se faz presente tão só na gastronomia, no esporte e na cultura de massa brasileiros. Pois, o projeto de aculturação do país se deu encima da branquitude. Para muitos é como se o negro se ausentasse de toda a construção intelectual da nação. O livro, pode ser utilizado como instrumento de amenização dessas construções errôneas.

Foi observado que grande parte das obras sociológicas não incluem a negritude, tornando-as ineptas diante da norma. Há uma ausência do negro para parte significativa dos manuais. Sendo assim, pode ser constatado a insuficiência para, quase totalidade delas, em tratar a lei. É insuficiente, quando não traz nenhum tópico de discussão, como ocorreu com duas obras. É inadequado, também, quando aborda a discussão de maneira incompleta, fragmentada, como ocorreu para a maioria e também quando não contextualiza os sujeitos que farão usufruirão desses materiais.

Há um longo caminho a ser trilhado para que estes consigam atender adequadamente à demanda das discussões étnico-raciais nos contornos do preceito 10.639/2003. É palpável a invisibilidade social sobre os(as) negros(as). Isto de tal modo que promovam debates que repercutam em mudanças no pensar e sentir dos estudantes. Mesmo com a lei, muitos desses livros ainda necessitam abordar a temática, outros carecem de uma reconfiguração.

4.3 Analisando o livro didático trabalhado no Colégio Matriz

Refletir sobre como as obras didáticas de Sociologia trabalham a lei 10.639/03 é relevante ao passo que caminha em direção a uma orientação pluralista no ensino desta ciência, como já dito pela autora em trabalhos anteriores. Para contrapor e/ou reafirmar ou fomentar o debate sobre as relações raciais nos livros didáticos com relação ao que disseram as educadoras da escola pesquisada, eis uma breve análise desse material.

4.3.1 A obra: *Sociologia em Movimento*

A obra *Sociologia em Movimento*, dos autores Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cássia Miranda, et. al. É feita por um coletivo, pois possui 19 (dezenove) autores, como apresenta o quadro 9. Se trata de um volume único, assim como a grande maioria das obras de Sociologia. Foi publicado em 2013, reeditado em 2016. Pertence à editora Moderna. É composto por 15 capítulos, divididos em 6 unidades. Discute desde da questão de poder até a globalização e a vida no século XXI, distribuídos em 400 folhas.

Quadro 9 – Dados do livro *Sociologia em Movimento*

AUTORES	NOME DA OBRA	EDITORORA	EDIÇÃO	ANO
Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, João Catraio Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires.	Sociologia em Movimento	Moderna	Primeira	2013

Fonte: produzido pela autora (2020).

Traz, como já dito, 29 páginas para tratar do povo negro (p. 103 – 132), especificadamente no capítulo 5, *Raça, Etnia e Multiculturalismo*. Diz que, ao estudar o capítulo, os estudantes deverão ser habilitados a:

Compreender os conceitos de raça, racismo, etnia, e etnicidade e suas inter-relações; discutir criticamente os temas do racismo e de algumas formas de preconceito e de discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas historicamente; identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais. (SILVA, Afrânio et al. 2013. p. 103)

Ao "decompormos" esses objetivos, observamos a necessidade das discussões pretendidas ao utilizar o livro. Entender o que é racismo, raça, etnicidade, pelo ângulo das relações que a sociedade criou, percebendo que a discriminação levou às desigualdades de tratamento e colocação social. Desse modo, há uma tentativa de auxiliar o aprendiz a ser despido de preconceitos e respeitador da diversidade.

A obra aborda a questão racial por alguns ângulos: discute preconceito, discriminação e segregação. Nessa seção faz uma interlocução com a Constituição Federal de 1988, na parte que trata do direito do respeito à diversidade e de uma sociedade pluralista e sem preconceitos. Expõe uma linha do tempo, denominada *Cronologia*, na qual retrata fatos relativos ao negro em todo o mundo, no período entre 1492 até 2012, isso nas páginas 104 a 105. As contribuições do antropólogo Munanga são apresentadas rapidamente. A obra consta informações sobre sua vida e obra, através de uma minibiografia (p. 107).

Quadro 10 – Conceito de preconceito, discriminação e segregação presente no livro Sociologia em Movimento.

PÁGINA	CONCEITOS	DEFINIÇÃO
106	Preconceitos	Atitudes negativas e desfavoráveis contra uma pessoa, grupos, povo ou cultura diferente das daqueles que os manifesta.
108	Discriminação	É uma atitude ou tratamento diferenciado em relação ao outro que prejudica uma das partes envolvidas. [...] pode ser direta e visível , passível de reprovação imediata , mas também pode ocorrer de maneira indireta e sutil, de difícil percepção
110	Segregação	É o estabelecimento de uma fronteira social ou espacial que aumenta as desvantagens de grupos discriminados. É imposta por leis e caracteriza-se como ação política que busca manter à distância indivíduos e grupos considerados inferiores ou indesejáveis.

Fonte: produzido pela autora (2020).

Define rapidamente o que é o preconceito, discriminação e segregação, como explicita o quadro 10. Traz o *Apartheid* como exemplo de separação humana. O conceito de segregação apresentado reporta muito mais à institucionalizada, quando diz "que é imposta por leis" no entanto, entende-se que em vários países do mundo, como o caso do Brasil, muitos negros e negras vivem a segregação simbólica, que diga-se passagem, pode ser mais duradoura e mais difícil de resolver, pois se localiza em regiões do subconsciente de quem a promove e pratica como vimos com Bourdieu (2009) através do *habitus*. É dada como normais certas situações.

Uma dificuldade encontrada pelos docentes em trabalhar o conteúdo, tal qual está, é que, para a compreensão mais aprofundada desses termos, necessitaria buscar outros materiais e teorias para complementar esse conhecimento (como obras sociológicas). A facilidade aponta-se a linguagem, apesar de um tanto quanto urbanocêntrica, o alunado pode vir a compreender. A escola se localiza em uma comunidade rural; o acesso a livros de Sociologia, por exemplo, é restritivo.

Voltados para a discussão do negro, a entidade possui pouco mais de 2 obras. Aproveitar das teorias de Bourdieu, (na obra *O Poder Simbólico*) e de Goffman, (*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*) por exemplo, para tratar desses temas seria um caminho acertado para discutir essas questões. Fazer o aluno compreender como se dá a violência simbólica é importante para abranger como o poder se influi sobre uns povos contra outros.

A obra avisa que a legislação considera crime atitudes de preconceitos. Apresenta a visão da pesquisadora Vera Maria Candau sobre esse problema. Na subseção sobre discriminação aparece uma notícia de um jornal do ano 2011, na qual uma empresa oferecia babás e diaristas considerando o critério de cor da pele. Faz uma ponte entre a teoria e como isso se dá na prática. Esses conceitos/temas despontam de modo raso. Não apodera do arcabouço teórico da Sociologia e nem da Antropologia, sendo que elas poderiam dar suporte importante para essas reflexões.

Nessa seção observamos que há uma tentativa de apresentar todas os tipos de violências simbólicas que o negro possa vir a viver ou vivem. No entanto, essas discussões poderiam emanar com teorias sociológicas mais aprofundadas, para que o discente pudesse compreender melhor em que momentos esses traveses se estabeleceram e porque se formaram. Entender a história é importante para que possamos atravessar certos problemas, nos faz enxergar, com mais lucidez, os fatos sociais.

Na seção 3, do capítulo traz *Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos* faz esse caminho de contar a historicidade de racismo/preconceito, pois cita aspectos da história dos séculos XV, XVII. Discute sobre teorias raciais e eugênicas, (citando fatos dos séculos XIX e início do XX), o mito e a teoria da democracia racial. Nesse espaço, expõe os pensamentos de Gilberto Freire, Florestan Fernandes, bem como suas biografias.

Possui também uma tabela com dados de 2009 do IBGE, sobre a população brasileira e rendimento do trabalho por raça. Como interdisciplinaridade possui alguns tipos de textos; imagéticos, como a foto de um time de futebol com uma frase de conscientização contra o racismo (p. 118) e um textual, *A UNESCO e a questão racial*.

Seria oportuno trazer esse caminho histórico antes de abordar as ideias de preconceito, discriminação e segregação pois contextualiza/justifica, mais adequadamente, esses problemas enfrentados pela população negra. Considerando a dificuldade de compreensão dos estudantes, quando o ensino de certos assuntos vem descontextualizado, sem o marco social na qual os fatos estudados aconteceram ou acontecem.

Faltou apresentar, como reza as Orientações e Ações para a educação das Relações Raciais (BRASIL, 2006), dentre outros conteúdos, empreendimentos e organizações negras, abarcando a história de quilombos, como Palmares e de remanescentes de quilombos, que vem contribuindo para o crescimento social de comunidades, bairros, regiões e municípios. É como afirma Munanga (2000., p. 16)

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

É mitigada na obra uma discussão mais voltada para a posituação desse povo, o que aliás, é lacuna em muitas das literaturas sobre os negros, de modo geral. O recurso de imagens é pouco explorado, contém exclusivamente 5, diretamente ligada à questão racial, em todo o capítulo. A escola está localizada na Bahia, então o

recurso imagético seria bem mais rico se retratasse o cotidiano do povo negro baiano, pois aproximaria do imaginário social do alunado. A representatividade de suas identidades seria resguardada. No entanto, a obra considera a sociedade dentro de um plano de diversidade, como entendemos nesse trecho:

O conceito de multiculturalismo surge nas sociedades contemporâneas, como meio de combater, por um lado, a ideia de homogeneidade cultural fundamentada no eurocentrismo, isto é, na visão de superioridade dos povos colonizadores europeus, e por outro, as desigualdades sociais e as diversas formas de racismo, preconceito e discriminação. (SILVA et. al. 2016).

Abordar a ideia de multiculturalismo engloba saber e conceber o país como sendo heterogêneo. Remove a ideia de um país que deva ser dito através de um olhar colonizador. Discussões assim podem promover a *desnaturalização* e os *estranhamento*, pois leva o discente a construir uma nova visão de ver a sociedade, as pessoas. Desconstrói pensamentos de que a sociedade é homogênea. Se a juventude for 'educada' encima desse pilar, provavelmente serão sujeitos mais bem formados, no sentido de minimizar preconceitos e discriminações.

Apresenta dados do IBGE de 2010 da população e rendimento de trabalho por raça. É importante o trato de dados sobre as relações raciais porque permitem aos discentes visualizarem a situação do negro no país, podendo auxiliá-los a *desnaturalizar* a posição do negro na sociedade.

No entanto, o debate deve ser fomentado pelo educador para que não seja apenas mais um dado "triste" apresentado nas escolas. Que eles sirvam de norte para que as/os educadoras/educadores possam fomentar metodologias críticas. Uma atividade interessante seria solicitar às turmas uma pesquisa para perceber como esses indicadores se apresentam nas suas comunidades. E, de volta à sala de aula, abrisse uma roda de conversa para a apresentação e análise desses dados. A sugestão é que essa atividade já viesse proposta no livro, pois como dito, ele é, em sua maioria, o material no qual o educador toma como manual a ser seguindo para as aulas.

Ideias, teorias defensoras do fim do racismo e o preconceito no país devem ser postas à reflexão. Se ele (o aluno) não compreende dessa forma, dificulta o processo de luta por seus direitos, viverá uma aceitação das diferenças de acesso aos bens e

serviços. Não passa pelos princípios epistemológicos do *estranhamento* e *desnaturalização*.

A obra apresenta algumas seções interessantes. Na primeira, denominada *Infoográfico* exibe gráficos com a temática *Políticas municipais e as minorias*. Oferece um breve retrato de políticas voltadas para as minorias, como para LGBTs, deficientes, idosos, ciganos, promoção da igualdade racial e outras. São dados importantes para que os discentes conheçam a realidade social de municípios brasileiros. Cabe ao educador da disciplina, abordar esses dados e complementar as aulas, propondo às classes buscarem apreender qual a realidade dos municípios aos quais residem, no tocante à essas políticas. Só assim os discentes estariam realizando pesquisa, preceitos para o bem ensinar Sociologia.

Essa tarefa é significativa vez que é oportunizado ao alunado, conhecer a situação de seu município e possam refletir sobre as políticas empreendidas pelos gestores. Por conseguinte, poderiam organizar frentes estudantis para cobrar dos órgãos responsáveis, ações nas quais são inexistentes em suas regiões. Isso através de ofícios, campanhas com cartazes, *crads*. Destarte, a sociologia serviria como mote para a criticidade e para modificar o entrono em que vive o alunado. Na outra seção, *Considerações sociológicas* (p. 126), aborda sobre cotas raciais. Inicia falando da lei. Apresenta opiniões contrárias e a favor das cotas. Ao final do texto, há um posicionamento que mostra que os autores são a favor, pois diz:

De fato, os dados, obtidos no *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil-2009-2010*, produzido pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sustentam essa argumentação. O professor Marcelo paixão diz que "a presença negra nas universidades cresce de 2% para 7%. Mas 93% dos jovens negros continuam fora". (SILVA, Afrânio et al. 2013. p. 126).

Há um discurso de aceitação e defesa da minoria negra propalado pelos escritores, nesse trecho. Passo importante para ajudar os discentes a compreender a diferença que faz quando eles são bem atendidos. Cabe dizer que mais de 75% dos estudantes da escola matriz, se declara negra e parda. O estudo desse texto auxilia os discentes a entender seus direitos e a refletir sobre eles.

Na última seção do capítulo, *Instrumento Jurídico*, (p. 127-128) exprime a lei Afonso Arinos, a Caó²⁵ e a 10.639/03. É uma parte importante, pois esclarece aos discentes direitos relativos às relações raciais. Para o público a que pesquisamos se faz importante, pois os coloca no centro das discussões, sendo que se trata de maioria negra, como já especificado. Conhecer os direitos do povo negro e da população em geral, tira os discentes da posição de passivos, pois sem conhecê-los, dificilmente um cidadão irá lutar por estes.

Possui no final dessa seção, uma proposta de atividade (p. 128), na qual solicita aos jovens que entrevistem os profissionais da educação para compreender sua visão sobre a inclusão da história da África e dos negros e indígenas do Brasil. Depois de coletados esses dados pede para identificarem as principais ideias e apresentem para debater sobre o assunto, e, no final, convida, para que em grupos, produzam um texto argumentativo.

Em acréscimo, valeria a pena solicitar às turmas que criassem propostas para serem apresentadas à coordenadora e à gestão, como poderiam abordar o artigo 26-A na escola. Para isso, fariam um trabalho de mobilização de pais, gestor, funcionários, já que esclareciam para esses membros, a existência da lei, pois como vimos, dos estudantes da escola pesquisados apenas um denotou ter conhecimento. Seria um momento oportuno de apresentar à comunidade escolar esse direito e debater sobre sua proeminência.

Finaliza o capítulo sugerindo que o alunado desenvolva um congresso. Ideia salutar. No entanto, para o público pensado, acreditamos que antes de propor a criação de um, seria interessante que o vivenciassem, na prática essa ação. Realidade essa distante dos alunos pois, parcela significativa deles nunca foram a um congresso, pois vivem em comunidades pobres, longe de certos bens culturais ainda urbanos, faltando a esses recursos financeiros para tal empreendimento.

Uma contraproposta seria chamar a comunidade para um bate papo sobre as relações raciais e o ser negro no Brasil e em suas comunidades. Para participar dessa ação poderia convidar professores, vereadores, enfim, representantes/lideranças das localidades, já que a escola não dispõe de subsídios para custear palestrantes.

²⁵ A lei Afonso Arinos cai em desuso, pois não atendia a demanda da Constituição Federal de 1988, a qual considera o racismo, crime inafiançável, imprescritível e passível à pena de reclusão, pois para a Arinos, a prática de racismo era apenas contravenção penal. A Caó é lei que regulamenta crime de racismo no Brasil. Substituí a lei anterior (a Afonso Arinos). Seu nome é em homenagem ao deputado que a propôs, Carlos Alberto de Oliveira.

A obra faz um caminho longo para tratar das questões raciais. Entretanto, necessita avanços nas partes práticas (nas propostas de atividades) traz muita teoria, sem abrir muitos leques para participação do alunado. Chamar atenção da juventude, requer espaço para que sejam protagonistas desse conhecimento. E o ensino de Sociologia, em sua própria cerne, possibilita tarefas dessa natureza. Falta, também, apresentar aos alunos sociólogos que debatam sobre o negro e o afro-brasileiro.

Não é indicado estudos de autores negros, por exemplo. É importante que os discentes leiam essas pesquisas, senão leva o debate ao senso comum. Ficar no campo das opiniões sobre racismo, preconceito, discriminação, por exemplo, afasta o estudante da compreensão da realidade sobre relações raciais no Brasil. É preciso dialogar com esse conhecimento, se se quer seguir os preceitos epistemológicos defendidos pela OCENs (estranhar e desnaturalizar).

Boa parte dos discentes pesquisados, consideram a discussão do livro adequada. 60% responderam 5, quanto à adequação do livro à temática, numa escala de 0 a 5. 30% responderam 3. A opinião das educadoras de Sociologia, se contrapõe à dos aprendizes; "Acredito que deveria trazer a história do negro de forma mais verídica, pois, ao abordar essa temática, fica muito voltada à questão da escravidão e da segregação racial e não traz a cultura que eles possuem e trazem consigo". (EDUCADORA A, 2019).

O Livro adotado pela escola traz um capítulo dedicado ao estudo de raça, etnia e multiculturalismo, neste o cerne das discussões gira em torno de compreender os conceitos de raça, etnia, etnicidade, racismo, preconceito e discriminação, por isso consequentemente identifica as desigualdades sociais decorrente das relações sociais. Como educadora, sinto falta da abordagem da História e cultura afro no sentido a valorização / validação e respeito a essa rica e fundamental participação na formação do povo brasileiro nos mais diversos aspectos. (EDUCADORA B, 2019)

O livro tem capítulos com temas que 'está' relacionado a temática como cultura e ideologia e Raça, etnia e multiculturalismo, porém acredito que seria necessário outros meios para que o tema seja mais aprofundado nesta temática. (EDUCADORA C, 2019).

Na fala da educadora A, observamos que ela traz a questão da escravidão, na obra analisada não encontramos essa discussão. A educadora B já concebe que falta a positivação do povo negro. A C não relatou quais ausências, mas sente falta de uma melhor abordagem. Para as três a obra apresenta, de maneira pouco sólida, o negro.

A representatividade negra ainda é pouca explorada, de fato. O sociólogo negro, a população negra, os movimentos negros "não falam" nessa obra. Mais uma vez é um olhar de fora que foi utilizado para tratar das questões da negritude. Nos reportamos a Ramos (1995) novamente, quando trata da importância de dar espaço para que o negro/negra fale dele próprio. Talvez seja um caminho importante de ser pensado ao construir obras de Sociologia: dar voz aos atores sociais centrais das "minorias", em cada situação/discussão apresentada.

Nas palavras das educadoras, a discussão ainda é insuficiente, sendo que precisa abordar aspectos da vida do negro que o LD não recobre. Quando perguntado com relação ao ensino-aprendizagem para as relações étnico-raciais, de 0 a 05, quanto elas consideram adequado o livro, duas responderam 3 e uma 1. Avaliam, dessa forma, como sendo mediano para essa temática, ou seja, é inadequada sendo que cobre de maneira reduzida, deixando de fora inúmeras questões relacionadas a esse povo, não acolhe na sua totalidade.

No entanto, afirmaram que a temática do negro e afro-brasileiro quase não é considerada por elas, no momento da escolha do livro. Pois, uma delas não participou desse momento (justificou que não fazia parte do grupo de docentes na época). Uma respondeu 2 e outra, três.

Alegam que o suporte para essa discussão é precário. Assim, notamos a necessidade do docente, atentar para essa questão, porque é orientação do PNLD atual e é direito do aluno trabalhar com tais assuntos. Assim, é relevante que essa discussão também seja critério de escolha do LD, pensando que o educador irá utilizá-lo nas atividades propostas e na apresentação de conteúdos em sala.

No entanto, a coordenadora descreve a presença do negro como sendo suficiente para o entendimento sobre sua cultura e história. E diz já ter orientado outros professores, que utilizassem o livro para tratar de questões raciais. Há dissensos nas falas dos docentes e da coordenação. Observamos que há a necessidade, no tocante a materiais didáticos, de formação para todo o pedagógico do Colégio Matriz. Para que não se percam na ocasião de avaliar tais materiais e se sintam seguros nessa escolha.

De um modo geral, circunscreve-se que a obra utilizada pelo colégio, não é apresentado, por exemplo, negros e negras que poderiam inspirar os discentes. O processo de *estranhar* e *desnaturalizar* requer, também, a presença de exemplificação de ilustrações de algumas das inúmeras histórias desse povo, que deram certo.

Muitas atividades poderiam ter sido melhor exploradas ou complementadas, para a promoção de um olhar renovado por sobre os/as negros/as. Há uma ausência dos movimentos de luta negro, por exemplo.

As vivências negras, de um modo geral, não são exploradas. A obra se presta a trabalhar apenas problemas relacionadas aos negros/negras. Discutir racismo, preconceitos, discriminação é importante visto que muitos negros, infelizmente, ainda os vive, mas, por outro lado sem trazer as contribuições e desenvolvimentos sociais alavancados por eles, também contribui para a perpetuação desses problemas, vez que sem boa representatividade, a sociedade deixa lacuna para pensamentos e vieses distorcidos. Então, a voz negra ao passo que é presente, se faz ausente.

4.3.2 Indo além do conteúdo... imagens que falam

Como maneira de "escavar" um pouco mais o LD utilizado pelo Colégio Matriz, no sentido de trazer à tona novos elementos sobre as relações raciais presente nesse material de Sociologia, traçamos a rota de todas as imagens, apresentadas nele. Para isso, de início foram classificadas e catalogadas todas as figuras que contém seres humanos²⁶. A classificação se deu somente olhando o fenótipo das pessoas, pois no fundo é o fator que os indivíduos consideram quando cometem crime de racismo, por exemplo, aproximando das falas de Bentes (1993, p.16) "[...] no nosso caso, o preconceito está fundamentalmente, nos caracteres físicos. A discriminação "cultural" vem de reboque da física [...]".

A inquietação surge, a partir do momento que notamos, que assim, como nas novelas, na mídia como um todo, quando necessita mostrar exemplos de alguma situação em que envolvam seres humanos, dificilmente, os meios de comunicação se utilizam de indivíduos da raça negra, como já dito antes.

Para estabelecer se o LD é ou não suficiente para a discussão das relações raciais, é importante que se analise, não apenas o capítulo do livro que aborda o conteúdo ou observar se tem essa parte em específico ou não. O exercício de analisar outros elementos, também faz-se relevante, ao passo que a obra se completa no conjunto de mensagens que almeja transmitir, em toda sua extensão.

²⁶ Não foram considerados desenhos, apenas fotos e nem imagem em preto e branco dado o grau de dificuldade em analisar o fenótipo das pessoas, nessas situações.

Nesse sentido, levamos em consideração as imagens que a obra possui, visto que detêm importante poder de comunicação e transmissão de mensagens, quer sejam elas implícitas ou explícitas. No entanto, como afirma Loizos (2003, p. 138) "Estes registros não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e eles não são nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de ações passadas".

Para analisá-las, levamos em conta o que elas representam nas entrelinhas para constituição das relações raciais, no campo de refletir quais são as consequências que implicam para a vida dos negros. Desse modo, entramos na arena do "dito e do por dizer" de cada uma. Ou seja, o pano de fundo para essas discussões é a análise do discurso (AD), a qual se propõe aqui a apresentar o que está implícito e explícito nas imagens. Pois, concordando com Caregnato e Mutti, (2006. p. 681).

Na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes.

Almejamos, assim, propor uma discussão desses elementos que são, também, partes textuais significativas das obras didáticas. Para início de conversa, observa-se os dados do quadro 11, o qual expõe a quantidade de imagens da obra em que aparecem pessoas, pelas raças brancas e pretas.

QUADRO 11– Quantidade de figuras em que aparecem pessoas na obra *Sociologia em movimento*.

NÚMERO DE SITUAÇÕES DE PESSOAS SEPARADAS POR RAÇAS			
Apenas negros	Negros e brancos	Apenas brancos	Total de imagens
40	43	99	182

Fonte: Produzida pela autora (2020).

Podemos notar, observando o quadro 11, a diferença da representação do povo negro e branco. As situações que necessitavam exemplificar com seres humanos, 54,39% das imagens são de pessoas brancas contra, só 21,97% de negras e 23,62%

de negras e brancas misturados. Essa realidade torna-se ainda mais problemática quando vamos observar quais são as ocasiões em que essas duas raças aparecem. Nas posições de melhores colocações, são representadas por pessoas brancas.

Na página 86 aparece uma situação de socialização apenas com brancos: um grupo trabalhando em um escritório. Na 87 é apresentada uma reunião de estudantes de advocacia, os indivíduos que estão em maior evidência, são, também, brancos. Na página 137, possui um grupo de amigos brancos confraternizando. Na página 91, mostra imagens de mulheres brancas em diferentes papéis. Bem como, na 94, em uma situação de casamento, somente famílias de brancos estão presentes.

São ilustrações bem constantes, as quais apontam o quanto a presença do branco, em situações mais privilegiadas, se sobrepõe a do negro em toda a obra. Como explicitam as figuras 2, 3, 4 e 5. Cabe citar que elas formam aqui, apenas uma pequena amostragem dessa situação, para maior aprofundamento é válido ver toda obra.

Figura 2 – Grupo de amigos socializando, capítulo 6: Poder, política estado, p.137.



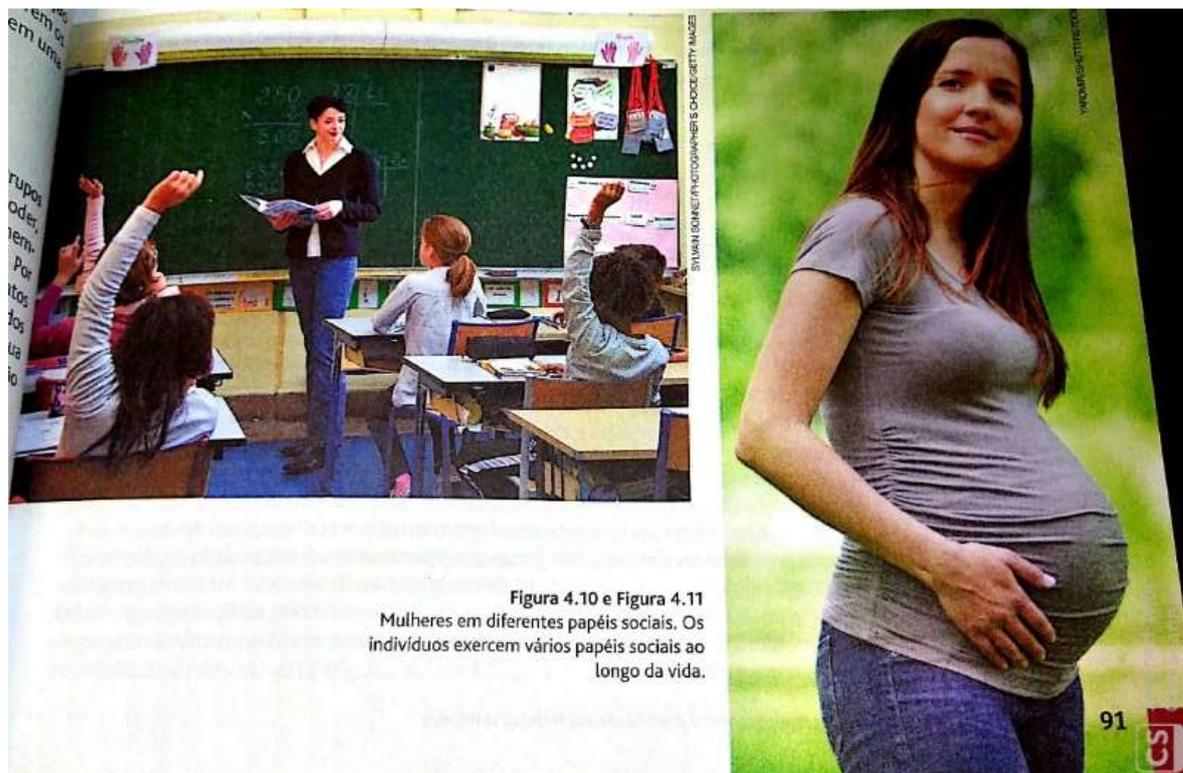
Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 3 – Grupo de Trabalho, capítulo 4, p.86.



Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 4 – Mulheres em diferentes papéis, capítulo 4: Socialização e controle social, p. 91.



Fonte: Silva et al., (2013).

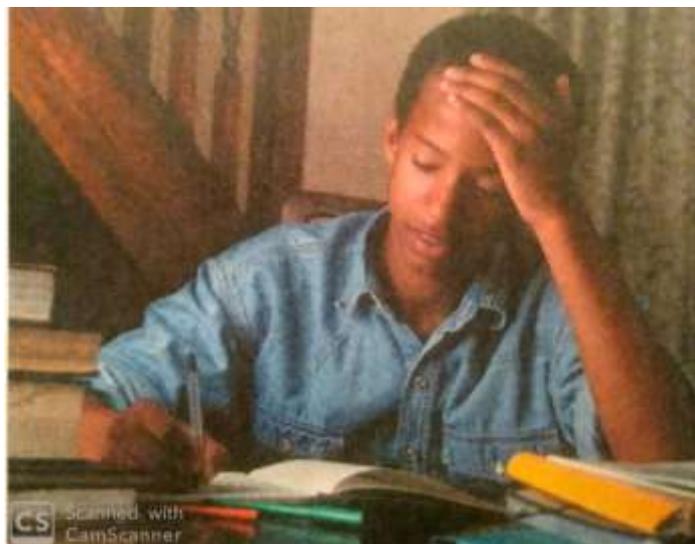
Figura 5 – Casamento, capítulo 4: Socialização e controle social, p. 97.



Fonte: Silva et al., (2013).

As imagens, da maneira como estão postas, contribuem para disseminar a falsa ideia de que apenas brancos podem se acender socialmente e são mais capazes de ocupar melhores profissões. Ao contrário, raras representações positivam a raça negra. Na página 40, a figura representa um jovem negro estudando e para abordar sobre espaços de socialização primárias, é exemplificado com família negra (p. 85). Elas são escassas para desconstruir visões errôneas sobre o lugar que o negro ocupa, colocando a obra ao sabor de ideias racistas e discriminatórias sobre a negritude.

Figura 6 – Negro estudando, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.40.



Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 7 – Família negra, capítulo 4: Socialização e controle social, p.85.



Fonte: Silva et al., (2013).

A ideia que perpassa é de embranquecimento, vez que as imagens dos brancos é maioria na obra e não atende às demandas próprias do grupo étnico-racial negro. A representação dos negros nos diferentes âmbitos da vida social e política foram silenciados, quando não os apresenta na sua integridade, como sujeitos de espaços.

A Ideologia de branqueamento também está posta nas sugestões de teóricos. Pois, em uma seção da obra denominada *Quem escreveu sobre isso*, (aparecendo 65 vezes) em que os autores mostram sugestões de teóricos da área, 87,94% deles são brancos, em números representa 58, de um total de 65. Os teóricos negros "presentes" somam apenas 6, em toda obra, fenotipicamente falando. São eles: Amartya Syn, Kabengele Munanga, Milton Santos, Parag Khanna, Angela Davis e Robert Bullard. É preciso dá vez e voz às epistemologias negras, pois sabemos da existência de número significativo de intelectuais negros da área da Sociologia, que muito tem a contribuir.

Do contrário, quando a obra trata de problemas sociais, como desemprego e miséria, por exemplo, são retratados com negros. Bento (1998) afirma que a discriminação racial gera problema, vez que delega preferência aos brancos em ocuparem as posições de privilégio, as condições de trabalho são mais adequadas, ao passo que os negros são impostos os lugares de maior desprestígio social.

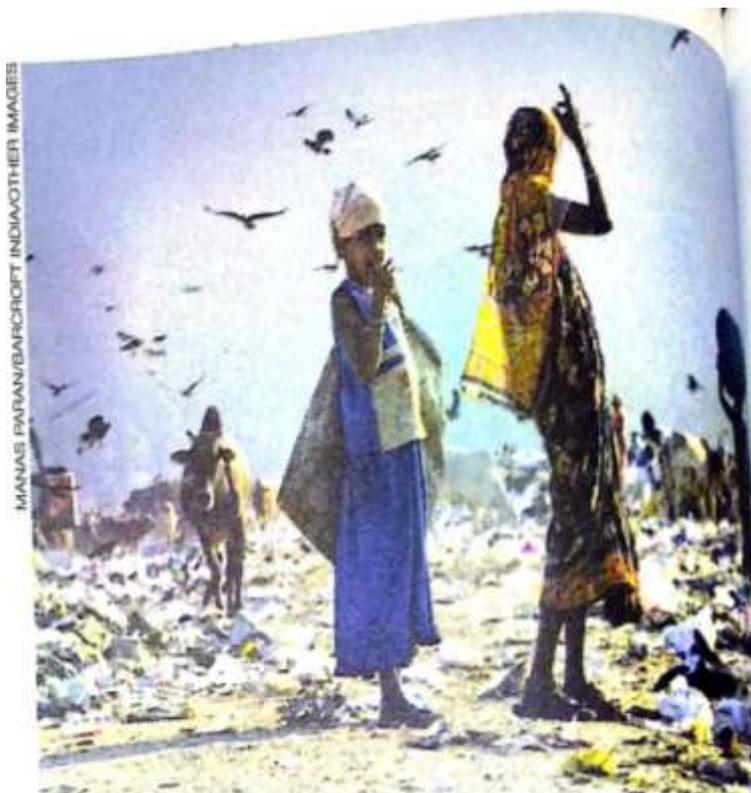
Para ilustrar, mostramos abaixo duas delas: uma família no lixão e outra que abre o capítulo 2, de um homem negro pedindo na rua (p. 244).

Figura 8 – Negras/negros em fila de emprego, capítulo 9: Trabalho e sociedade: explicando as bases da sociedade de classes, p.224.



Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 9 – Negras no lixão, capítulo 10: Estratificação e desigualdades sociais, p.244.



Fonte: Silva et al., (2013).

A discriminação em todos os espaços no país, necessita ser questionada, pois a constituição brasileira tem um histórico de proibição. Uma vez o sendo, há a necessidade de que sejam levados em todos os lugares de depreciação dessa raça, os normativos relacionados ao preconceito racial. Pois "a prática discriminatória não ofende somente a dignidade da pessoa humana mas fere também uma das bases da democracia: o direito à igualdade" (BENTO,1998, p. 64) e essa igualdade perante a lei, nos impele de sermos tratados com oportunidades e direitos iguais, em qualquer ambiente ou situação.

Também quando abre a capítulo 7, *Democracia, cidadania e direitos humanos*, a imagem utilizada é de uma prisão e dentro dela, muitos negros. Assim, é capaz de provocar no imaginário social e coletivo o ledô engano de que apenas negros cometem delitos ou de que são pessoas violentas. Vale citar que os brancos, representam 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) de 2018.

No tratamento de cultura, como esporte, por exemplo, (é curioso falar que todas as imagens relacionadas ao esporte no livro, não são retratadas com brancos) temos representações de imagens com negros (p. 40 e 340). É preciso comentar que há uma tendência da literatura de mostrar, com mais insistência, as contribuições dos negros nos esportes. Além disso, existe o entendimento de que negros seriam mais resistentes à atividades que demandam gasto de energia, por isso muitos justificam destinar a eles, apenas os trabalhos braçais, provavelmente usando como referência o subconsciente (ação do *habitus* de Bourdieu (2009)) que remonta ao período da escravidão.

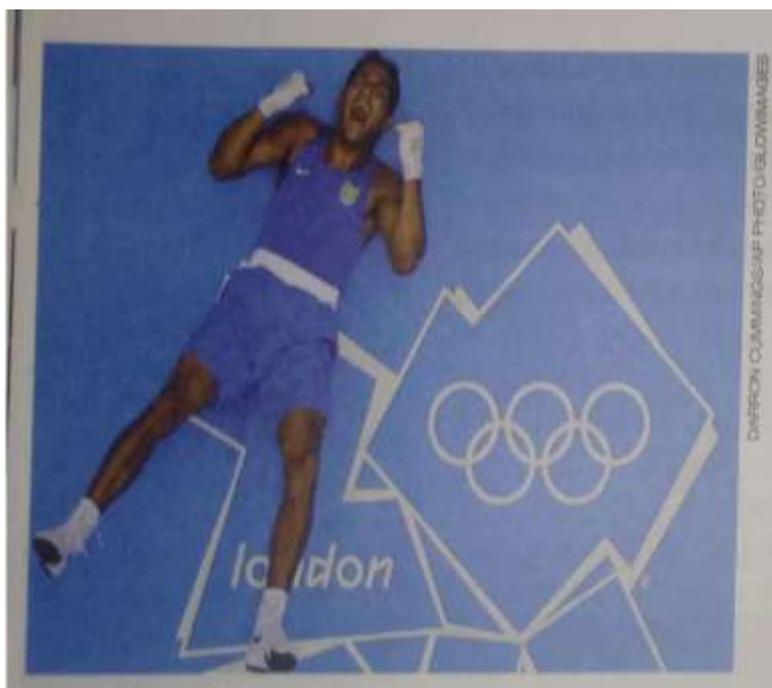
Cabe esclarecer que não se trata aqui de diminuir a importância dessas atividades/ mas, refletir que, geralmente, esses são os tipos de trabalhos com menores remunerações no Brasil, sem contar que são esses tipos de profissionais são invisíveis para uma boa parte da população e mantê-los nesse lugar só contribui para a manutenção de ações discriminatórias. No capítulo 2, a imagem de abertura é de um mendigo negro pedindo na rua.

Figura 10 – Negro como mendigo, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.33.



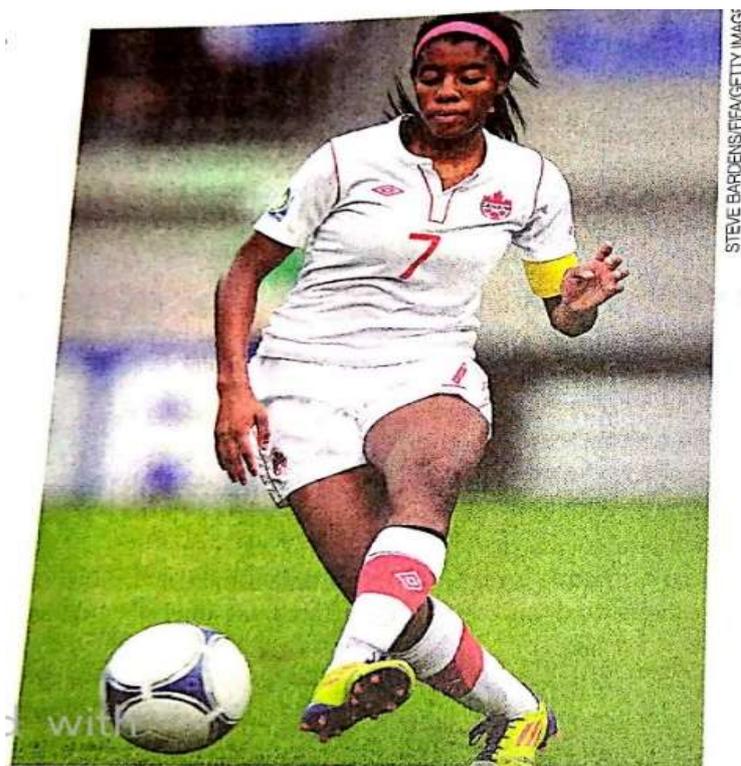
Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 11 – Negro no esporte, capítulo 2: A sociologia e relação entre indivíduo e a sociedade, p.40.



Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 12 – Negro no esporte, capítulo 14: Gênero e sexualidade, p.340.



Fonte: Silva et al., (2013).

Figura 13 – Negros na prisão, capítulo 7: Democracia, cidadania e direitos humanos, p.165.



Fonte: Silva et al., (2013).

Observamos que o negro é sempre posto em posições subalternas. Desse modo, a obra "contribui como sendo um veículo que pode gerar consequências negativas de autoimagem" (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA e RODRIGUES, 2010, p. 83). Esse cenário fornece meios para perpetuar falsos consensos, ideologicamente impostos sobre os negros e acarreta baixa autoestima dessa população, vez que grande parte das imagens ligadas a eles estão relacionadas a episódios ruins. Nesse caso, por exemplo, o desemprego, (pois quando fala desse problema a figura utilizada é de uma fila de negros concorrendo a uma vaga de trabalho) fome e violência. Silva (2000, p. 29) nos alerta que:

De um modo geral, o negro é representado nas ilustrações e descrito como pobre. Porém, a representação do pobre corresponde à do miserável, uma vez que é descrito e ilustrado como esfarrapado, morador de casebres, pedinte ou marginal. Por outro lado, o livro responsabiliza o indivíduo por seu estado de pobreza quando apenas o descreve e o ilustra como pobre, sem propor uma discussão sobre as causas da pobreza.

É oportuno que esses aportes didáticos carreguem consigo representações destoantes dessas, pois como afirma Bento (1998, p. 44), "[...] durante séculos a história foi deturpada, as pessoas fixaram imagens, idéias e desenvolveram sentimentos negativos sobre povos cujos feitos e méritos foram negados ou deturpadas pelos historiadores". Através da lei 10.639/02 e das recomendações do PNLD (2018), é necessário que o LD trace um caminho inverso: apresentar os negros dentro de sua representatividade, sendo que promover o branqueamento, é problemático ao passo que dificulta por parte do grupo estigmatizado, a aceitação de si próprio, de sua história. Pois, como afirma Silva (2000, p. 16):

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

Fugir de ideias que beiram à estereotipia auxilia no processo de reeducação da sociedade, pois pode reduzir a proposição de muitos dos estigmas perpetuados ao longo da humanidade. Nos parece que é sempre "normal" o negro apresentar-se em lugares de submissão, do "outro lado" da sociedade. Nos dizeres de Silva (2000) a presença de estereótipos nos livros didáticos, pode acarretar a exclusão, solidificar

papéis subalternos, e isso rui sonhos e expectativas, dificultando uma organização política desse grupo estigmatizado.

Figura 14 – Negros em manifestação, capítulo 6: Poder, política e Estado, p.157.



Fonte: Silva et al., (2013).

Nas imagens em que estão presentes negros e brancos juntos, é importante frisar que na maioria das vezes, apresentam os espaços sociais de rua, como em greves, manifestações e, raras vezes, em salas de aula, como mostra a figura 14. É salutar que estes estejam em ambientes comuns também em outros lugares pois, para crianças e mesmo adolescentes, por exemplo, pode transmitir uma imagem de que negros e brancos não devam ocupar o mesmo lugar, em ambientes tidos como "bons" e de socialização.

Apresentá-los em comunhão, nos espaços de socialização, seria oportuno para desconstruir visões como essas, como por exemplo, grupos de amigos no cinema, restaurantes, teatro, equipe de trabalho. Pois, o que almejamos é que o país venha a viver uma verdadeira democracia racial, dita há muito tempo por estudiosos.

Desse modo, há vários pontos que deve-se levar em consideração na obra. O alunado da Escola Matriz é quase que exclusivamente rural, então fica difícil de se enxergarem representados na obra, pois as imagens são de ambientes, quase que na

sua totalidade, urbanos. A juventude do campo, não é contemplada. Mesmo que a globalização promove a sensação de que os jovens têm os mesmos acessos, vivenciam os mesmos fatos sociais, o modo de viver do jovem do campo, ainda carrega características distintas dos de centros urbanos e vice versa.

De modo geral, as imagens veiculam o negro numa posição de passividade, enaltecendo a branquitude, pois o branco obtém maior representatividade na obra. Então, ao mesmo tempo que os autores tentam abordar o negro, em um trabalho de um capítulo, desconstrói parte das visões apresentadas, pois esquece de retratar a negritude nos textos imagéticos. Ocorre um processo de minimização da realidade desse grupo. Há a necessidade de apresentá-los não de maneira parcial; o modo como esse povo vive na sociedade, deve ser contemplado na sua inteireza.

O pequeno quadro aqui apresentado sobre essas imagens suscita a necessidade de um olhar mais crítico por sobre esses materiais escolares, visto que podem se tornar meios para que a discriminação racial, seja desencadeadora de exclusão de negros/negras quando não se apresenta bons subsídios para essa discussão. Ao mesmo tempo, pode ser espaço de reconstrução de um imaginário social saudável, que trabalhe uma autoimagem positiva para a raça negra, pautado no contexto normativo, conquistado ao longo das lutas negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades com a lei 10.639/03 no colégio pesquisado, ainda são incipientes. O "fazer a lei", se deságua em o "não-fazer", visto a omissão. Apesar do importante arcabouço teórico e metodológico de que a Sociologia negra dispõe, os educadores desse componente, negligenciam essas discussões. Não obstante, os esforços empreendidos por órgãos e entidades, algumas escolas ainda se veem no direito de escolher se irão ou não atender a norma. As políticas públicas presentes, para sua acessão, ainda não são suficientes para que a obrigatoriedade seja efetiva.

No Colégio Matriz, a disciplina pouco ou quase nada tem contribuído para as relações raciais, pois as educadoras não se envolvem, apesar de a matéria ter se mostrado ao longo dessa investigação, frutífera para o campo de estudos da cultura afro-brasileira e da história da África. Nesse meio, as estratégias didático-pedagógicas não oportunizam ao alunado, o *estranhamento* e a *desnaturalização* sobre as relações raciais, tanto que alguns ainda agem com preconceitos, mesmo dentro do seio escolar.

Não abordaram *temas, conceitos e teorias* sobre a cultura negra. Sem esses, comprometem esse ensino. Trabalhar com os *conceitos*, como racismo, discriminação racial, negritude, branquitude, de acordo com as OCEM (2006) seria importante, pois aproveitaria de elementos do discurso científico para uma realidade concreta, que consiste nas condições do negro no país. Isso, estudando a cultura negra e africana, por exemplo, voltado para *teorias* sociológicas que abordassem questões raciais.

Alegam para isso, uma série de fatores, como a falta de formação, de recursos adequados e de conhecimento da lei, mesmo reconhecendo a relevância da temática. Apesar desses percalços não serem definitivos para o atendimento da norma, no entanto, pode se configurar como 'pontos de apoio', para que educadores não busquem cumprir com seu dever. Cabe destacar que atuam (as professoras) em um universo de quase totalidade de estudantes negros. Então, se omitir constitui como 'flagrante' de agressão aos direitos dos negros e mesmo dos brancos.

Somente no dia da Consciência Negra é que as educadoras de Sociologia, (em algumas turmas), ocuparam o tempo escolar com questões afro. Interessante relatar que foi o desenvolvimento dessa pesquisa, o estímulo para os agentes, como coordenadores e educadoras de Sociologia e Filosofia, a desenvolver a ação sobre a cultura negra, naquele momento. Dias antes da decisão de levar a discussão ao

alunado, tinham participado de uma roda de conversa sobre a presente pesquisa. Na qual debatemos sobre a temática e o que a escola vinha desenvolvendo em prol dela. Foi constatado um abandono da cultura negra e africana há alguns anos na unidade escolar. A última ação foi um desfile realizado em 2016, como também confirmado pelos discentes.

Destarte, foi realizado um evento na escola, no dia 20 de novembro de 2019, na disciplina de Filosofia, sendo que os estudos em Sociologia foram desenvolvidos em algumas salas, pois foi pensada perto do dia da consciência negra. Então, as vozes de algumas educadoras é que não davam mais tempo articular com todas os componentes. No entanto, o evento discutiu a questão afro muito superficialmente, necessitaria de um trabalho mais amplo, não somente atividades isoladas, como foi feito com os alunos.

Citaram que em Filosofia desenvolveram desfiles, cartazes, músicas, poesias. Relata uma aluna com relação à Sociologia: "proporam uma redação, um desenho que representassem as condições de vida dos negros quando vinham para o Brasil" (ESTUDANTE 9, 2019.). Além dessas, disseram que desenvolveram atividades, tais como debates, conversas e seminários.

A produção de ilustração, só olhou para os negros sobre o viés da escravidão. É preciso que o alunado tenham conhecimento também de outros fatos que marcaram a vida dos negros, como as lutas para libertação e reconhecimento, os quilombos, pois apenas a escravidão não contribui para a mudança de olhar sobre a cultura africana e afro-brasileira. Em algumas turmas houve, exclusivamente, confecção de materiais como turbantes, colares e ensaios para um desfile da beleza negra sem nenhuma reflexão sobre essas produções.

Antes dessa produção, seria necessário, que os jovens estudassem a cultura negra a fundo. Conhecêssem suas histórias, para que repercutissem em ações amenizadoras do preconceito, que alguns discentes da unidade ainda possuem, pois como relatado, discentes negras ainda sofrem preconceito de cor, mesmo dentro da escola.

A entidade precisa vencer uma série de obstáculos, para que inicie um processo de educação para as relações raciais em Sociologia (e também em outras matérias). As educadoras carecem conhecer melhor a lei, participar de formações para que sintam sua real magnitude. Pois, além de ser um direito dos estudantes,

estes reconhecem a fragilidade da entidade frente à essas discussões, solicitando mais atenção a esses conteúdos.

O primeiro, talvez seja dispensar a devida relevância para a discussão, pois assim, tentariam vencer a falta de recurso, ditas por elas. É necessário que compreendam que independente de falta de apoio material e recursos financeiros, é direito constitucional do alunado vivenciar atividades sobre a África e a cultura negra. Pois, se ausentando dessas discussões, estão alimentando a cultura do racismo e preconceito, presentes nos lares e ruas em que ocupam seus estudantes e a sociedade como um todo.

Os aportes didáticos, infelizmente, também foram/são utilizados para a propagação de discriminação quando não apresenta o negro em seus "devidos lugares". Sendo insuficiente, por exemplo, quando não abordam ou o fazem de maneira rasa, como a obra que a entidade utiliza. Faltam complementações para que possa promover nos discentes, desnaturalizações de algumas ideias a respeito desse povo. Colocam o negro nas imagens encarregados de funções/ocupações de desprestígio, como vimos em suas análises. Além disso, aborda muito superficial sobre a África e sua cultura, preceitos da lei.

Para que seja obedecido, ao princípio do *estranhamento*, é necessário que a alunado viaje por toda a construção de sua história justa e respeitosa, para a partir desse conhecimento, *estranhar* e reformular suas ideias contra os povos negros. Pois para o processo de aceitação, é imperioso que negros/as acessem imagens, ideologicamente, positivas de si.

Em consonância com Costa (2017) aponta que o LD de Sociologia acaba por reforçar ou não conseguir corrigir imagens ideologicamente materializadas no discurso dominante sobre o negro, contribuindo para a consolidação de uma democracia racial inexistente. Esse tipo de material não mais condiz com o defendido pela lei 10.639. Pois, suas diretrizes expressam que toda educação deve ser pensada de modo a contribuir para criação de um novo olhar sobre a temática do negro, mostrando sua parte na constituição da "colcha de retalhos" que foi, e é, a formação do povo brasileiro.

Muito mais do que ter sido apenas tornado escravos aqui no Brasil, o povo africano demarcou territórios através de resistências, divulgando suas culturas, as quais se pululou na nossa, reverberando na constituição da identidade da população

brasileira. Daí a relevância, mais uma vez, de se refletir sobre as imagens que os materiais didáticos estão construindo, se contemplam as relações raciais ou não.

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de trazer à baila a necessidade de orientação de educadores para quê, no momento da escolha desse manual, pensem nas questões afro, sendo seu dever, debater tais conteúdos. As ações desenvolvidas ainda são insuficientes para dizer que a lei funciona na entidade. As questões raciais ainda figuram, muito timidamente, os conteúdos didáticos para uma nação em que a temática é regulamentada judicialmente.

Entretanto, não basta que educadores e estudantes conheçam o artigo 26-A, mais relevante que isso, é imprescindível que órgãos e entidades responsáveis trabalhem para que tais direitos sejam garantidos; ele por si só não basta; não garantirá que professores/as contemplem a história e cultura africana na sala de aula, nem que a partir da promulgação da lei, os alunos já passariam a compreender tais conteúdos.

Para a concretização da lei, Gomes, Souza e Oliveira (2010) destacam a relevância de haver vontade política, financiamento, acompanhamento, avaliação e inspeccionamento das ações das escolas. Salienta que gestores educacionais e universidades são responsáveis pela implantação da lei e caso não cumpram deveriam ser cobrados pelo poder público, como o Ministério da Educação, bem como, pelas comunidades.

A escola como formadora de opinião e modeladora de pensamentos, deve pensar e buscar ações de fomentos coerentes com essas discussões para que ressoe nos jovens aprendentes, quer sejam negros ou não, o desejo de justiça e de respeito. Pois, a democracia racial para acontecer, envolve ações e políticas públicas profundas e perseguidas, vez que derrubar uma ideologia racial, brilhantemente arquitetada, não é tarefa simples. Bento (1998) afirma que a ideologia racial nasceu a partir do momento em que os europeus precisavam justificar sua exploração sobre outros povos.

Em geral, a pesquisa revelou que o Colégio Estadual Matriz, apesar de ter se passado mais de uma década da lei, ainda se apresenta pouco acessível para debates sobre a diversidade racial. Desse modo, a voz, a vida, a história dos negros, ainda não figuram o ideário da maioria das ações empreendidas. É preciso trilhar outros caminhos se quiser garantir esse direito. Pois, estão renegando mais uma conquista do povo negro; o direito de ouvir e falar de si nos espaços educacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. OLIVEIRA, Fabiana de. RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, Anete. GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas**. Minas Gerias: Autêntica, 2010. Parte II, p. 75-96.
- ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da lei 10.639/03: competências e habilidades e pesquisas para a transformação social. Revista **Por. Posições**. São Paulo. V. 28. NI (82). Jan./ fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf>. Acesso em: 10 de Out. de 2019.
- ANDRADE, Tatiane de. GUEDES, Elocir. NUNES, Pâmela. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula**. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6. Ed. Especial. PPGH; UNISINOS. 2013, p. 421 – 430. Disponível em: <file:///C:/Users/bide1/Desktop/materiais%20pesquisa/exitosa%201.pdf>. Acesso em: 06 de out. de 2019.
- ARAÚJO, Sílvia Maria. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. 1 ed. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.
- ARAÚJO, Sílvia Maria. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. 2 ed. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2016.
- ASANTE, Molefi Kete. **A Idéia Afrocêntrica**. Filadélfia, PA: Temple University Press, 1987.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- ASSUNÇÃO, Marcello Gomes de. **Parâmetros para produção e avaliação de livro didático de História – aprendizagem Histórica e a Lei 10.639/2003**. 149 F. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto De Ciências Humanas e Sociais Profhistória. Rio de Janeiro, 2016.
- ARROYO, Miguel González. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Minas Gerias: Autêntica, 2010. Parte III, p. 111-130.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELÍSSIMO, Angelo Renato, SIMÃO, Maristela dos Santos. Relações raciais na escola: Currículo e responsabilidades, livro didático, mídias e escola. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. RASCHE, Karla Leandro. **Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana.** Santa Catarina: DIOESC, 2014. Cap. 1, p. 43-59.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando.** Belém: Graphitte, 1993.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco:** discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1998.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOMENY, Helena. et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia.** São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático.** Trad. Maria Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução:** Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1992.

BRASIL. **PNLD 2018:** apresentação; guia de livros didáticos; ensino médio. Ministério da Educação Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+).** Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2018.

BRASIL. Secretaria da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio (OCEM)** Brasília: 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 de set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações**

Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Resolução CEB n.º 3 de 26 de junho de 1998.** Aprovado em 1/6/98. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. CNE, referente ao Parecer CEB n. 15/98. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Diretrizes Curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/ Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio 2000.** Parte I - Bases Legais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº: 38/2006.** Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf. Acesso em 26 de set. de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República, Brasília, 2017.

BAHIA. **Orientações estaduais para o ensino médio:** área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Secretaria da educação. Salvador, 2005. CANDAU, Vera Maria. MOREIRA, Antônio Flávio. (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. ed. Rio de Janeiro: vozes, 2011.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. RASCHE, Karla Leandro. Lei federal 10,639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro e outros. In: **Formação de professores:** produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Santa Catarina: DIOESC, 2014. Cap. 1, p. 13-28.

COSTA, Wellington Narde Navarro da. **Sociologia em “mangas de camisa”:** representação do negro brasileiro nos livros didáticos. 2017. 117f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <File:///C:/Users/Bide1/Downloads/Disseta%C3%87ao%20que%20do%20trato%20do%20engro%20no%20livro%20de%20sociologia%20mnagas%20da%20camisa.Pdf>. Acesso em 15 de set. 2018.

CELLARD, André. **A análise documental**. Disponível em: http://www.academia.edu/9238598/ANDR%C3%89_CELLARD__A_an%C3%A1lise_documental._p_295-316. Acesso em 05 de maio de 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742008000200002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 24 de out.de 2018.

DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é esse aluno que chega à escola? In.: DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. MAIA, Carla Linhares (Orgs). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-134.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar et al. (Orgs). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Cap. 3, p. 155- 176.

DAYRELL, Juarez. A juventude no contexto do ensino da Sociologia: questões e desafios. In: MORAES, Amaury César (Coord.) **Sociologia: ensino médio**. Coleção Explorando o Ensino. Vol.15. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Cap. 3, p. 65-84.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. A licenciatura em ciências sociais e o ensino de sociologia no recôncavo da Bahia: formação e prática através de pesquisa, ensino e extensão. In: **Cadernos da associação brasileira de ensino de ciências sociais**. Vol.2, nº.1. p. 92-114. jan./jun. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/bide1/Downloads/133-483-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bide1/Downloads/133-483-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 07 de nov. de 2019.

ERAS, Lúgia Wilhelms. **A produção de conhecimento recente sobre o ensino de sociologia/ciências sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013): sociologias e trajetórias**. 2014. 358 f. Tese (doutorado) Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36082/R%20-%20T%20-pdf?%20LIGIAMS%20ERAS.sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de set. de 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1955, p. 89-106.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. Políticas educacionais, cultura e relações étnico-raciais: a implementação do artigo 26-a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional NO 9.394/1996. In: SILVA, Tatiana Dias. GOES, Fernanda Lira (orgs). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013, p. 98-116.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

FREIRE, Newton Maia. **Brasil: laboratório racial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes 1981.

FREITAS, Ernani Cesar de. PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a14d04d5bb1a1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cintifico.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2018.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. Reflexões sobre o uso do livro didático de sociologia na educação básica. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS. Universidade Federal de Sergipe. 1., 2016, Sergipe. **Anais eletrônicos...**, Sergipe: UFS, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/login>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. OLIVEIRA, Fernanda Silva de. SOUZA, Kelly Cristina Cândida de. Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas. In: ABRAMOWICZ, Anete. GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas**. Minas Gerais: Autêntica, 2010. Parte II, p. 57-73.

GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GROPPO, Luís. A. **Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais**. Editora: 34. São Paulo: 2003.

IANNI, Octavio. A Sociologia e o Mundo Moderno. **Tempo Social**. Rev. USP. nº 5, p. 7-27 EDUC. São Paulo, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n1/0103-2070-ts-01-01-0007.pdf>. Acesso em: 31 de Out. de 2019.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER Martin W.. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: VOZES, 2003. p. 137-155.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise**. Cadernos pagu (30), janeiro-junho de 2008:345-372. 2008.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 02, No. 03, Jan/Jun, 2014 Disponível em: 20PESQUISA/meiucce%20O%20Pensamento%20Social%20 Brasileiro.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2018.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

MEYER, Dogmar E. Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In: GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha B. Gonçalves e (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação e professores**. 3 ed. Minas Gerais: Autêntica, 2011. p. 39-53.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MILLS, Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONTEIRO, Maria Hilda. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Combate ao racismo e construção de identidades. In: ABRAMOWICZ, Anete. MELLO, Roseli Rodrigues (Orgs.). **Educação: pesquisas e práticas**. São Paulo: Papirus: 2000. p. 75-99.

MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **Dialética Radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, coedição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mal cidadão**. São Paulo: Conquista, 1977.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Minas Gerais: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Daniele Galvani do. **A lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar: História e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP**. 154 f. Dissertação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. São Paulo, 2018

NOGUEIRA, Renato. **O ensino de Sociologia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

NOGUEIRA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

OLIVEIRA, Maria Isabel Soares. **Representação da cultura afro-brasileira no livro didático de Língua Portuguesa para o Ensino Médio Profissional**. 139 f. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4792/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Oliveira.pdf;sequence=1>. Acesso em 15 de set. de 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; et al. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

OLIVEIRA, Rosa Maria Moraes Anunciato de. Quem quer ser professora? A visão das alunas dos cursos de formação de professor sobre a profissão docente. In: ABRAMOWICZ, Anete. MELLO, Roseli Rodrigues (Orgs.). **Educação: pesquisas e práticas**. São Paulo, Papirus: 2000. p. 33-56.

PACÍFICO, Tânia Mara. **Relações raciais no livro didático público do Paraná**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2011. Disponível em: materiais%20pesquisa/dissertacao%20%20relacoes%20eticos%20raciais%20no%20livro%20didatico%20do%20parana.pdf. Acesso em 13 de set. 2018.

PEREIRA, Letícia Maria da Souza. SOUZA, Florentina da Silva. **Dossiê relações étnico-raciais e práticas pedagógicas: Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços**. Educar em Revista. no.47 Paraná, 2013. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000100005>. Acesso em 27 de outubro de 2019.

POLESSA, Maçaira Julia (Org.). **Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do branco brasileiro**. Jornal do Comércio, jan.1955. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000082&pid=S0103-2070200600020001100010&lng. Acesso em 01 de nov. de 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. SOUZA, Patrícia Mendonça Alves Pereira de. GOMES, João Manoel Ferreira. Desafios na efetivação de uma educação para as relações raciais: a experiência da Escola Municipal Florestan Fernandes. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, p. 184-205, jan. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.Abpnrevisita.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/536>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANTOS, Karla de Oliveira. **As relações étnico-raciais no livros didático da educação de jovens e adultos:** implicações curriculares para uma sociedade multicultural. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufal.br/handle/riufal/363>. Acesso em 15 de set. de 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A aventura sociológica na contemporaneidade. In: ADORNO, Sergio. **A sociologia entre a modernidade e contemporaneidade.** Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 73-84.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento.** São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000. p. 21-37.

SIMÃO, João. **Axel Honneth:** luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais. Comunicação Pública, Especial. 01E :2011, p. 191-198.

TAMANO, Luana Tiek Omena. **O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940.** (s.d.). p. 8-96. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/536>. Acesso em: 02 nov. 2019.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio.** São Paulo: Saraiva, 2013.

WACHWICZ, Lílian Anna. **A dialética na pesquisa em educação.** 2011. 122f Revista Diálogo Educacional, v.2, n.3, 2001. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view&dd98=p>. Acesso em: 18 de jul. de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido, TCLE.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: "A cor da voz negra: discutindo o livro didático de Sociologia numa perspectiva da lei 10.639 e suas implicações para o ensino da temática do negro"

CAEE N°: 03747118.4.00005.5196

Nome da pesquisadora responsável: Bibiane Oliveira Silva Goes.

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa que objetiva verificar até que ponto os livros didáticos de Sociologia contemplam a lei 10.639/2003; refletir sobre estes numa perspectiva do negro (ausência/ presença) e apreender a perspectiva dos educadores do Colégio Estadual de Lagoa do Dionísio, quanto aos trabalhos com o livro didático de Sociologia e os imperativos da lei 10.639/03. Ela emerge da necessidade de se realizar discussões coerentes sobre a temática do negro nas aulas de Sociologia e por notar, ainda, o cenário de preconceito e discriminação contra essa etnia e o livro didático, por muito tempo, infelizmente, foi (e é) utilizado para a propagação de ideias distorcidas sobre os africanos e afro-brasileiros. E essas desconstruções podem iniciar por esse material, visto seu largo uso no âmbito escolar, este, deve ser (re)construído de modo que contemple de maneira adequada as questões étnico raciais, para que sejam guias eficientes de práticas educativas. Para amenizar é necessário que sejam empreendidas políticas públicas no âmbito da escola, visto seu caráter legitimador de ideias. Também, são cogentes que se pense em formações para as relações étnico raciais para os educadores pois, muitos por desconhecimento legitimam discursos preconceituosos. Arelado a isso, nota-se ausência desse tipo de discussão, pois observamos um silenciamento da temática em pesquisas. Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento antes de concordar.

Envolvimento na pesquisa: A pesquisa será realizada através da leitura e análise de conteúdos/textos/ imagens de livros didáticos de Sociologia, ou seja, será feito uso da análise documental. Devido ao objetivo de buscar apreender a perspectiva dos educadores do Colégio Estadual de Lagoa do Dionísio, será feito o uso de questionários abertos, nos quais você deverá respondê-los dentro de seu tempo, podendo ser em sua casa ou na escola a qual está vinculada essa pesquisa. A pesquisadora passará por treinamento para aplicação de questionários. A aplicação desses questionários, está prevista para ocorrer em (02) dois meses. A previsão é de que esta pesquisa dure 12 meses.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos, desconfortos e benefícios: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, contudo podem ocorrer riscos mínimos, nos aspectos éticos, de origem psicológica, intelectual ou/e emocional, tais como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; quebra de sigilo; dano; cansaço ao responder às perguntas; e quebra de anonimato. Porém, o questionário não será identificado por seu nome para que seja mantido o anonimato; você receberá esclarecimento prévio sobre a pesquisa (leitura do TCLE), caso necessite, você receberá assistência psicológica gratuita, pelo tempo que necessitar; será visada sempre, sua privacidade para responder aos questionários; será mantido sigilo sobre suas respostas e utilizado condinome para resguardo. Este estudo lhe oferece o benefício de possibilitar uma reflexão sobre sua prática escolar, no tocante à temática do negro, possibilitando uma melhora em seu trabalho no que concerne aos imperativos da lei 10.639/03. Indiretamente, espera-se que a pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos eficientes sobre a história e cultura afro-brasileira, auxiliando, assim, no trabalho de todos(as) os educadores(as).

Garantias éticas: Todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão ressarcidas, você não necessitará de nenhum investimento financeiro e nem material, para a participação nessa pesquisa. É garantido, ainda, o seu direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Confidencialidade: é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente a pesquisadora terá conhecimento de sua identidade e a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados. Somente a pesquisadora poderá ler suas respostas, as quais serão armazenadas em armários, trancados com cadeados, bem como todos os documentos gerados por meio de sua participação. O acesso às chaves será exclusivo da pesquisadora. Posteriormente, o banco de dados obtido com a aplicação desses questionários, será mantido em computador pessoal da pesquisadora, protegido por senha pessoal e intransferível. É garantido ainda que você terá acesso aos resultados com a pesquisadora. Sempre que quiser poderá adquirir mais informações sobre a pesquisa com a pesquisadora do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo. Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas, uma das quais ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a pesquisadora. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

_____ , _____ de _____ de 20____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Assinatura do Pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Pesquisador Responsável: Bibiane Oliveira Silva Goes

ENDEREÇO: Pov. de Lagoa do Dionisio, av. Antônio Carlos Magalhães, Nº 3885, Ibitira-BA

e-mail: bibiane.ibitiara@gmail.com

Telefones para contatos: (077)36581084, (077)36736034, (077) 991224860

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIVASF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar

Telefone do Comitê: 87 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.

APÊNDICE B – Termo de assentimento

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **A cor da voz negra: discutindo o livro didático de sociologia numa perspectiva da lei 10.639 e suas implicações para o ensino da temática do negro**. Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se tiver dúvidas, qualquer pergunta. Pretendemos realizar um estudo sobre o livro didático de Sociologia, no Colégio Estadual De Lagoa do Dionisio, para observar as formas como esse trata a questão racial e se atende a lei 10.639/03. Tem como propósito servir como ferramenta para que o professor(a), escolas, secretarias de educação; escolham seus livros da disciplina de Sociologia e contribuir para a derrubada do preconceitos e racismo ainda presentes nos dias atuais. A pesquisa será realizada por meio da aplicação de questionário com alunos e professores e rodas de conversas. O questionário será aplicado durante o período de aula, em sua sala. Você não precisará se identificar no questionário. A pesquisadora lhe entregará questionários que deverá ser respondido imediatamente e devolvê-lo. No segundo momento serão selecionados alguns alunos(as) para participar de discussões em grupo sobre o tema da pesquisa, com a intermediação da própria pesquisadora. Esses encontros serão realizados, também no período de aulas. Cada encontro terá a duração média de 30 minutos. Caso você aceite participar dessa pesquisa a sua identidade será preservada nos questionários. Para que você não se sinta constrangido (a) em falar sobre a disciplina de Sociologia, sua relação com o professor(a) e demais questões sobre a sua escola, a pesquisadora se compromete a esclarecer o objetivo da pesquisa para a direção da escola e os/as professores da disciplina, explicando que o objetivo não é julgá-los e sim contribuir para a melhoria do ensino de sociologia em sua escola assim como em toda a região de estudo. Será assegurado o sigilo das suas informações em todas as etapas da pesquisa. As reflexões levantadas nesse estudo servirão como ferramenta para os professores de Sociologia orientar as suas práticas, no que concerne as relações raciais na escola. Para participar deste estudo, você será informado sobre qualquer aspecto que desejar e o responsável por você deverá autorizar assinando um termo. Caso seu responsável autorize a sua participação, mesmo assim, você poderá negar, estando livre para participar ou não. Você e/ou o seu responsável poderão deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum problema. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do seu responsável. Este termo encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma ficará com o pesquisador responsável e a outra será entregue a você.

Eu, _____, data de nascimento
 ____/____/____, declaro que concordo em participar desse estudo.

_____, ____ de _____ de 20____.

 Assinatura do(a) PARTICIPANTE

 Nome do Pesquisador responsável pelo assentimento

 Assinatura do Pesquisador responsável pelo assentimento

Pesquisador Responsável: Bibiane Oliveira Silva Goes, email: bibiane.ibitiara@gmail.com, tel: (77) 36581084

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
 Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar
 Telefone do Comitê: 87 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br

APÊNDICE C – Questionário 01 para estudantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

Pesquisadora: Bibiane Oliveira Silva Goes

Professor Orientador: Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Tema de pesquisa: Lei 10.639/2003 e o ensino de Sociologia

Instituição Proponente: UNIVASF

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

SOBRE SUA ESTADIA NA ESCOLA

QUESTÃO 1. Fez todo a etapa do Ensino Médio nessa unidade escolar?

Sim () Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 01 negativo, responda às questões 02 seguintes, em caso positivo, desconsidere-a.

QUESTÃO 2. Qual séries ou série cursou aqui?

Primeira série () Segunda série () Terceira série, apenas ()

QUESTÃO 3. Já foi vítima de preconceito ou racismo por ser negro ou negra dentro da escola?

Sim () Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 03 positivo, responda às questões de 04 a 07 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 4. Você avisou aos responsáveis?

Sim () Não () Não foi necessário, pois foi presenciado por um professor()

QUESTÃO 5. Caso tenha sido presenciado por um professor, qual foi sua reação?

- fingiu não ter visto
- chamou a atenção do aluno praticante frente de toda a turma
- debateu sobre a relevância do combate ao racismo
- me avisou que chamou a atenção do aluno em particular
- Avisou a direção e a coordenação, apenas.
- outro

QUESTÃO 6. Descreva aqui como você se sentiu

QUESTÃO 7. Descreva aqui a reação dos colegas que presenciaram o fato.

SOBRE A LEI 10. 639/03

QUESTÃO 1. De 0 a 05, quanto, você, conhece a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 2. A lei 10.639 foi criada em 2003, com a intenção de incluir no currículo oficial da rede de ensino pública e privada, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. De 0 a 05, qual a importância que você atribui à lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 3. A escola já realizou eventos com a temática do negro?

sim() não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 01 positivo, responda às questões 03 seguintes, em caso positivo, desconsidere-a.

QUESTÃO 3. Saberá informar quantos eventos foram?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5 ()

QUESTÃO 4. De 0 a 05, quanto, você considera importante eventos com a temática do negro?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 5. Esse ano já ocorreu na escola, algum evento/projeto, voltado para o negro ou afro-brasileiro?

Sim () Não ()

Caso tenha respondido sim, à questão 5, quais disciplinas estavam envolvidas?

Todas () Apenas, arte, história e Língua Portuguesa()

Outras, citar aqui:

QUESTÃO 6. A escola já realizou algum evento, para além dos muros da escola, tendo como tema a cultura negra, africana e afro-brasileira?

Sim () Não() Não sei informar ()

QUESTÃO 7. Se sim, saberá informar em qual ano aconteceu a última?

QUESTÃO 8. Os estudantes costumam participar de eventos em outros espaços que não a escola, voltados para a cultura negra, africana e afro-brasileira?

Sim () Não()

OBS. Caso tenha respondido à questão 8 negativo, responda à questão 9, em caso positivo, desconsidere-a.

QUESTÃO 9. Se não, quais os empecilhos? (Pode marcar quantas desejar)

Falta de tempo ()

Falta de recurso financeiro, pois todas que já ocorreram foi fora de nossa cidade ()

Não vê relevância ()

Não somos informados (as) quando ocorrem ()

Já propôs, no entanto, houve rejeição por parte dos educadores e colegas ()

Não há necessidade, pois já estamos preparados (as) para essa discussão ()

Outro: _____

SOBRE AS AULAS DE SOCIOLOGIA

QUESTÃO 1. O educador (a) trabalha com assuntos/temas voltadas para a cultura do negro?

SIM ()

NÃO()

QUESTÃO 2. Caso tenha respondido que **NÃO** à questão anterior, o que você pensa disso?

OBS. Caso tenha respondido **sim** à questão 01, responda às questões 03, 04 e 05 caso contrário, deixe-as em branco.

QUESTÃO 3. De 0 a 05, qual a receptividade (gostou ou não gostou) com que sua turma recebeu a discussão?

0 ()

1 ()

2 ()

3 ()

4 ()

5 ()

QUESTÃO 4. O educador ou educadora utilizou o livro didático?

Não ()

Sim()

QUESTÃO 5. Qual período/tempo usou para trabalhar com as questões raciais?

Apenas de 2 a 6 aulas em dias letivos, quaisquer ()

Durante um mês qualquer ()

Durante todo mês de novembro ()

Na semana da consciência negra ()

No dia da consciência Negra, apenas ()

QUESTÃO 8. De 0 a 5, que grau de importância você ver em discutir sobre questões raciais nas aulas de Sociologia?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 9. De 0 a 05, qual a responsabilidade que você atribui aos educadores de Sociologia em trabalhar com a temática do negro e a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E A TEMÁTICA DO NEGRO

QUESTÃO 01 - No tocante ao ensino-aprendizagem para as relações étnico-raciais, saberia dizer o quanto você considera adequado o livro didático de Sociologia adotado por sua escola?

Sim () Não ()

QUESTÃO 2. Se respondeu sim, à questão 01, de 0 a 5, o quanto você considera adequado o livro didático de Sociologia adotado por sua escola?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 05 positivo, responda à questão 06, caso contrário, ignore-a.

Muito obrigada por sua contribuição!!!!

APÊNDICE D – Questionário 02 para estudantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

Pesquisadora: Bibiane Oliveira Silva Goes

Professor Orientador: Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Tema de pesquisa: Lei 10.639/2003 e o ensino de Sociologia

Instituição Proponente: UNIVASF

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

QUESTIONÁRIOS PARA ESTUDANTES**SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Folhei os livros didáticos de Sociologia adotado por sua escola, para que possa responder às questões 01 e 02.

QUESTÃO 1- Você se ver representado nele? Os textos são sempre exemplificados com pessoas negras.

QUESTÃO 2- As imagens de pessoas presentes no livro, aparecem mais pessoas brancas ou negras?

QUESTÃO 3- Os debates sobre culturas esse ano nas aulas de Sociologia, falou sobre a cultura negra?

QUESTÃO 4- No livro didático de vocês, existe um capítulo em especial para trabalhar a cultura Negra, (Capítulo 5, *Raça, etnia e multiculturalismo*, páginas: 103 a 132) o educador trabalhou esse material em sala de aula?

QUESTÃO 5- O educador (a) de sociologia trabalhou com questões ligadas ao negro nesse ano letivo?

QUESTÃO 5- Descreva aqui são os conteúdos mais debatidos durante as aulas de Sociologia?

QUESTÃO 6- Quais tipos de atividades a educadora de Sociologia, mais realiza durante as aulas?

QUESTÃO 7- De 0 a 5, como você avalia o ensino de sociologia em sua escola? Justifique sua resposta.

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 8- De 0 a 5, que nota você dá para a relação professor aluno nas aulas de sociologia? Justifique sua resposta.

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 9- Quando debatem os temas, nas aulas de sociologia; quais sociólogos estudaram para as discussões?

SOBRE A TEMÁTICA RACIAL NA ESCOLA

QUESTÃO 1- Você considera o debate sobre os negros na escola satisfatório? Explique.

QUESTÃO 2- A cultura negra e afro-brasileira tem sido tema de aulas de alguma disciplina? Se sim, quais?

Se você respondeu eu SIM à questão anterior (questão 3), responda as questões 3, 4 e 5 seguintes, caso tenha respondido NÃO, deixe-as em branco.

QUESTÃO 3 - Se você respondeu eu sim à questão anterior (questão 3), quais tipos de atividades os/as educadores (as) desenvolveram? **Descrevam-nas.**

QUESTÃO 4 - Quando os/as educadores (as) trabalharam, utilizaram o livro didático?

SIM () NÃO ()

QUESTÃO 5 – Como foi o envolvimento da turma nas atividades sobre a cultura negra e africana?

BOM () RUIM () REGULAR () PÉSSIMO ()

Muito obrigada!!!

APÊNDICE E – Questionário para professores de Sociologia



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

Pesquisadora: Bibiane Oliveira Silva Goes

Professor Orientador: Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Tema de pesquisa: Lei 10.639/2003 e o ensino de Sociologia

Instituição Proponente: UNIVASF

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

QUESTIONÁRIOS PARA PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

SOBRE SUA FORMAÇÃO

QUESTÃO 1. Área de formação da primeira graduação

QUESTÃO 2. Modalidade de ensino na primeira graduação (assinale apenas uma alternativa):

Presencial ()

Semipresencial ()

EAD ()

QUESTÃO 3. Se fez uma segunda graduação, em qual área? (Caso não tenha feito, não responda)

QUESTÃO 4. Qual seu grau de formação?

() graduado

() especialista

() mestre

() doutor

() outro

SOBRE SUA PORFISSÃO

QUESTÃO 1. Regime de trabalho:

Efetivo (concurso) ()

Temporário (substituto) ()

Contrato REDA- Regime Especial de Direito Administrativo ()

QUESTÃO 2. Carga horária de trabalho na escola, pensando na hora-aula de 50 minutos:

20 horas semanais ()

Menos de 20 horas semanais ()

30 horas semanais ()

40 horas semanais ()

Mais de 40 horas semanais ()

QUESTÃO 3. Há quanto tempo atua como professor(a)?

Menos de 1 ano ()

Entre 2 e 4 anos ()

Entre 5 e 10 anos ()

Entre 11 e 15 anos ()

Superior a 16 anos ()

QUESTÃO 4. Quais ou qual disciplina leciona?

QUESTÃO 5. Você considera sua cor:

() negra ()branca ()parda () amarela () outra

SOBRE SUA ESCOLA

QUESTÃO 1. Quais recursos tecnológicos são disponibilizados na escola a qual trabalha? (Assinale quantas alternativas forem necessárias)

Computadores em sala de aula()

Lousa Digital()

Projetores data show()

Tv pendrive ()

Smart TV()

Laboratório de informática ()

Laboratório de Química ()

Impressora ()

OUTROS: _____

QUESTÃO 2. Como se dá a distribuição do livro didático para os estudantes na escola na qual trabalha? (Assinale quantas alternativas forem necessárias)

Recebem os livros e levam para casa ()

Recebem os livros e guardam em armários na escola ()

Os livros permanecem na biblioteca ()

Os livros não foram distribuídos ()

Foram distribuídos em duplas e levam para casa ()

3. Você frequenta a biblioteca da escola?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

QUESTÃO 3. A biblioteca de sua escola é frequentada pelos estudantes?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

QUESTÃO 4. Na escola, existem projetos de extensão voltados para a Sociologia?

Sim ()

Não ()

Não, mas há a pretensão ()

SOBRE SUA AULAS

QUESTÃO 01. Com que frequência você planeja suas aulas?

Diariamente ()

Semanalmente ()

Mensalmente ()

Por bimestre ou trimestre ()

Semestralmente ()

Anualmente ()

Não planejo ()

Outro: _____

QUESTÃO 2. Se você utiliza período de férias, recesso ou finais de semana para planejar aulas?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

QUESTÃO 3. Você considera suficiente o tempo disponível na escola para planejamento ?

Sim ()

Não ()

QUESTÃO 4. Onde você planeja suas aulas na maior parte das vezes?

Na escola () Em minha casa() outro lugar_____

QUESTÃO 5. Que tipo de material você consulta ao planejar suas aulas? (Assinalar todos que utiliza com frequência)

Livros clássicos da disciplina que leciona ()

Livros recentes da área ()

Livros didáticos ()

Repositórios de Artigos e Teses Online ()

Material de formação das secretarias de estado e MEC ()

Vídeos ()

Revistas acadêmicas impressas ()

Manual do professor (PNLD) ()

Outros: _____

QUESTÃO 6. Há atividades extraclasse?

Sim ()

Não ()

Se você respondeu SIM à questão 6, responda as próximas questões 7 e 8, caso tenha respondido que NÃO, ignore-as

QUESTÃO 7. Com que frequência?

Semanalmente () Mensalmente () Bimestralmente () Outra ()

QUESTÃO 8. Como são realizadas? (Pode marcar mais de uma, se julgar necessário).

() Você manda material de apoio para casa.

() Eles usam apenas conteúdos/informações da Internet para responder.

() Os estudantes reúnem em casa para debater a atividade.

() A discussão da aula, é suficiente, para responderem.

() todas as atividades passadas para casa, estão no livro didático.

() Utilizam o livro didático para responderem.

() Na maioria das vezes os estudantes nem respondem, só passo por desengargo de consciência, pois depois dou um tempo em sala para que os alunos respondam.

QUESTÃO 9. Quais recursos didáticos de Sociologia, dispõe para ministrar suas aulas? _____

SOBRE A LEI 10. 639/2003

QUESTÃO 1. De 0 a 05, quanto, o senhor (a), conhece a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 2. De 0 a 05, qual a importância que o senhor(a) atribui à lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 3. A lei 10.639 foi criada em 2003, com a intenção de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O senhor (a) se sente preparado (a) para trabalhar com tal temática em sala de aula?

Sim () Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 03 negativo, responda à questão 04 seguinte, em caso positivo, desconsidere-a e responda somente a 05.

QUESTÃO 4. Em caso negativo; a que o senhor (a) atribui tal dificuldade? Pode marcar mais de uma, se desejar.

Falta de formação ()

Ausência de formações continuadas ofertadas pelas SEC- BA()

Falta de interesse ()

Falta de material adequado ()

Porque a entidade a qual leciono, nunca me cobrou ()

Outro, citar aqui:

QUESTÃO 5. Em caso de positivo, na questão 01; a que o senhor(a) atribui o fato de não possuir dificuldade para trabalhar com a temática da história do povo africano e afro-brasileira?

QUESTÃO 6. A coordenação da escola, a orienta para o trabalho com a lei 10.639/2003? Sim () Não()

SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA A LEI 10. 639/03

QUESTÃO 1. O senhor(a) já participou de alguma formação de professores para a preparação para o trato da lei 10.693/2003?

SIM () NÃO ()

QUESTÃO 2. Considerando o período ao qual o senhor(a) leciona, saberia informar se a secretaria de educação ao qual o senhor(a) está veiculado(a), já ofertou alguma formação para professor no tocante à lei 10.639/03?

OBS. Caso tenha respondido à questão 05 positivo, responda às questões 06 e 07 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 3. Saberia informar quanto tempo faz que ofertaram a última formação?

Sim () Não() Se sim, quanto tempo? _____

QUESTÃO 4. Saberia informar quantas formações, no tocante à lei 10.639/03, já foram ofertadas? Se sim, quantas?

Uma () Duas () Três () Quatro() Mais de quatro ()

QUESTÃO 5. Durante os planejamentos com a coordenação, esta orienta para o trabalho para o atendimento da lei 10.693/2003?

Sim () Não ()

SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

QUESTÃO 1. O livro que você sugeriu foi escolhido para a escola?

Sim () Não()

QUESTÃO 2. Com que frequência você recorre ao livro didático de Sociologia em sala de aula?

Nunca () Às vezes() Raramente() Sempre ()

QUESTÃO 3. Com que objetivo você recorre ao livro didático de Sociologia?

(Assinalar até 3 (três) opções)

Para atividades de leitura com os estudantes ()

Para organizar seu planejamento ()

Para estudar conteúdos que não tenho total segurança ()

Para tratar conteúdos com poucas opções de material disponível ()

Quando ocorre algum imprevisto relacionado ao planejamento das aulas ()

QUESTÃO 4. Como você avalia sua participação na escolha do livro didático de Sociologia em sua escola?

Não participei () Participei parcialmente ()

Participei ativamente () Não trabalhava na escola no momento da escolha ()

QUESTÃO 5. Você estuda conteúdos de Sociologia a partir do Livro Didático?

Nunca () Às vezes() Raramente() Sempre ()

QUESTÃO 6. Os conteúdos expostos no Livro Didático contemplam a experiência dos jovens no contexto de ruralidade?

Sim() Não() Parcialmente()

SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E A LEI 10. 639/2003

QUESTÃO 01 - Como o senhor(a) descreve o livro didático de Sociologia, no tocante à temática do negro?

QUESTÃO 2. No tocante ao ensino-aprendizagem para as relações étnico-raciais, de 0 a 05, quanto você considera adequado o livro didático de Sociologia adotado por sua escola?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 3. De 0 A 05, quanto o livro didático de Sociologia dar suporte para trabalhar a temática do negro nas aulas?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 4. Como você descreve a presença do negro no livro didático de Sociologia?

Traz versões distorcidas da realidade ()

Aborda apenas voltado para a escravidão ()

Aborda de maneira superficial ()

Nem parei para analisar isso ()

Não aborda essa temática ()

Aborda de maneira suficiente para o entendimento sobre a cultura e história dos negros e afro-brasileiros ()

QUESTÃO 5. O senhor(a) já trabalhou com a questão afro em suas aulas de Sociologia?

SIM ()

NÃO ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 05 positivo, responda às questões 06, 07, 08, 09 e 10 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 6. Caso respondeu que sim: utilizou o livro didático adotado pela escola, para isto?

Sim ()

Não ()

QUESTÃO 7. Em caso POSITIVO, a abordagem do livro foi suficiente? Se sim, MARQUE até 03 (TRÊS) das alternativas abaixo:

Atendia a demanda de aprendizagem dos estudantes ()

Tem textos interessantes sobre essa temática ()

Atendia á sua proposta/objetivos esperados ()

Não dispunha de tempo para ir atrás de outros materiais, pois minha jornada de trabalho não me permite ()

Tinha uma metodologia interessante ()

QUESTÃO 8. Em caso de NÃO ter utilizado o livro, justifique o não uso.

QUESTÃO 9. Caso tenha trabalhado com a lei, usou no planejamento?

Sequência didática () plano diário () projeto didático () Outro()

Qual? _____

QUESTÃO 10. Qual período/tempo em que usou para o atendimento à lei 10.639/2003?

Usei apenas de 2 a 8 aulas em dias letivos, quaisquer ()

Discuti durante um mês qualquer ()

Discuti durante todo mês de novembro ()

Na semana da consciência negra ()

No dia da consciência Negra, apenas ()

QUESTÃO 11. De 0 a 05, qual a responsabilidade que os educadores de Sociologia

tem em trabalhar com a temática do negro e a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 12. Quanto de 0 a 5, ao escolher o livro didático de Sociologia, você considera sua discussão sobre a temática do negro e afro-brasileiro?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

Agradeço, imensamente, sua colaboração!!!!

APÊNDICE F – Questionários para professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

Pesquisadora: Bibiane Oliveira Silva Goes

Professor Orientador: Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Tema de pesquisa: Lei 10.639/2003 e o ensino de Sociologia

Instituição Proponente: UNIVASF

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

QUESTIONÁRIOS PARA PROFESSORES**SOBRE SUA FORMAÇÃO**

QUESTÃO 1. Área de formação da primeira graduação

QUESTÃO 2. Modalidade de ensino na primeira graduação (assinale apenas uma alternativa):

Presencial ()

Semipresencial ()

EAD ()

QUESTÃO 3. Se fez uma segunda graduação, em qual área? (Caso não tenha feito, não responda)

QUESTÃO 4. Qual seu grau de formação?

() graduado

() especialista

() mestre

() doutor

() outro

SOBRE SUA PORFISSÃO

QUESTÃO 1. Regime de trabalho:

Efetivo (concurso) ()

Temporário (substituto) ()

Contrato REDA- Regime Especial de Direito Administrativo ()

QUESTÃO 2. Carga horária de trabalho na escola, pensando na hora-aula de 50 minutos:

20 horas semanais ()

Menos de 20 horas semanais ()

30 horas semanais ()

40 horas semanais ()

Mais de 40 horas semanais ()

QUESTÃO 3. Há quanto tempo atua como professor(a)?

Menos de 1 ano ()

Entre 2 e 4 anos ()

Entre 5 e 10 anos ()

Entre 11 e 15 anos ()

Superior a 16 anos ()

QUESTÃO 4. Quais ou qual disciplina leciona?

QUESTÃO 5. Você considera sua cor:

() negra ()branca ()parda () amarela () outra

SOBRE SUA ESCOLA

QUESTÃO 1. Quais recursos tecnológicos são disponibilizados na escola a qual trabalha? (Assinale quantas alternativas forem necessárias)

Computadores em sala de aula()

Lousa Digital()

Projetores data show()

Tv pendrive ()

Smart TV()

Laboratório de informática ()

Laboratório de Química ()

Impressora ()

OUTROS: _____

QUESTÃO 2. Como se dá a distribuição do livro didático para os estudantes na escola na qual trabalha? (Assinale quantas alternativas forem necessárias)

Recebem os livros e levam para casa ()

Recebem os livros e guardam em armários na escola ()

Os livros permanecem na biblioteca ()

Os livros não foram distribuídos ()

Foram distribuídos em duplas e levam para casa ()

3. Você frequenta a biblioteca da escola?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

QUESTÃO 3. A biblioteca de sua escola é frequentada pelos estudantes?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

SOBRE SUA AULAS

QUESTÃO 01. Com que frequência você planeja suas aulas?

Diariamente ()

Semanalmente ()

Mensalmente ()

Por bimestre ou trimestre ()

Semestralmente ()

Anualmente ()

Não planejo ()

Outro: _____

QUESTÃO 2. Se você utiliza período de férias, recesso ou finais de semana para planejar aulas?

Sim ()

Não ()

Às vezes ()

QUESTÃO 3. Você considera suficiente o tempo disponível na escola para planejamento ?

Sim ()

Não ()

QUESTÃO 4. Onde você planeja suas aulas na maior parte das vezes?

Na escola () Em minha casa() outro lugar_____

QUESTÃO 5. Que tipo de material você consulta ao planejar suas aulas? (Assinalar todos que utiliza com frequência)

Livros clássicos da disciplina que leciona ()

Livros recentes da área()

Livros didáticos ()

Repositórios de Artigos e Teses Online ()

Material de formação das secretarias de estado e MEC ()

Vídeos

Revistas acadêmicas impressas

Manual do professor (PNLD)

Outros: _____

SOBRE A LEI 10. 639/2003

QUESTÃO 1. De 0 a 05, quanto, o senhor (a), conhece a lei 10,639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 2. De 0 a 05, qual a importância que o senhor(a) atribui à lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 3. A lei 10.639 foi criada em 2003, com a intenção de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O senhor (a) se sente preparado (a) para trabalhar com tal temática em sala de aula?

Sim () Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 01 negativo, responda às questões 02 seguintes, em caso positivo, desconsidere-a e responda somente a 03.

QUESTÃO 4. Em caso negativo; a que o senhor (a) atribui tal dificuldade? Pode marcar mais de uma, se desejar.

Falta de formação ()

Ausência de formações continuadas ofertadas pelas SEC- BA()

Falta de interesse ()

Falta de material adequado ()

Porque a entidade a qual leciono, nunca me cobrou ()

Outro, citar aqui:

QUESTÃO 5. Em caso de positivo, na questão 03; a que o senhor(a) atribui o fato de não possuir dificuldade para trabalhar com a temática da história do povo africano e afro-brasileira?

QUESTÃO 6. A coordenação da escola, os orienta para o trabalho com a lei 10.639/2003?

Sim ()

Não ()

SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA A LEI 10. 639/03

QUESTÃO 1. O senhor(a) já participou de alguma formação de professores para a preparação para o trato da lei 10.693/2003?

Sim ()

Não ()

QUESTÃO 2. Considerando o período ao qual o senhor(a) leciona, saberia informar se a secretaria de educação ao qual o senhor(a) está veiculado(a), já ofertou alguma formação para professor no tocante à lei 10.639/03?

Sim ()

Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 02 SIM, responda às questões 03 e 04 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 3. Saberia informar quanto tempo faz que ofertaram a última formação?

SIM ()

NÃO()

Se sim, quanto tempo? _____

QUESTÃO 4. Saberá informar quantas formações, no tocante à lei 10.639/03, já foram ofertadas? Se sim, quantas?

Uma () Duas () Três () Quatro() Mais de quatro ()

QUESTÃO 5. Durante os planejamentos com a coordenação, esta orienta para o trabalho para o atendimento da lei 10.693/2003?

Sim () Não ()

SOBRE SEU TRABALHO COM A LEI 10.639/2003

QUESTÃO 1. O senhor(a) já trabalhou com a questão afro, cultura negra e africana em suas aulas?

SIM () NÃO ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 01 sim, responda às questões 02, 03, 04 , 05 e 06 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 2. Caso respondeu que sim: utilizou que materiais?

Livros clássicos da disciplina que leciona ()

Livros recentes da área ()

Livros didáticos ()

Repositórios de Artigos e Teses Online ()

Material de formação das secretarias de estado e MEC ()

Vídeos ()

Revistas acadêmicas impressas ()

Manual do professor (PNLD) ()

Outros: _____

QUESTÃO 3. Em caso tenha utilizado o livro didático da disciplina que leciona responda: a abordagem do livro foi suficiente? Se sim, MARQUE até 03 (TRÊS) das alternativas abaixo:

Atendia a demanda de aprendizagem dos estudantes ()

Tem textos interessantes sobre essa temática ()

Atendia á sua proposta/objetivos esperados ()

Não dispunha de tempo para ir atrás de outros materiais, pois minha jornada de trabalho não me permite ()

Tinha uma metodologia interessante ()

QUESTÃO 4. Em caso de NÃO ter utilizado o livro, justifique o não uso.

QUESTÃO 5. Caso tenha trabalhado com a lei, usou no planejamento?

Sequência didática () plano diário () projeto didático () OUTRO:

QUESTÃO 6. Qual período/tempo em que usou para o atendimento à lei 10.639/2003?

Usei apenas de 2 a 8 aulas em dias letivos, quaisquer ()

Discuti durante um mês qualquer ()

Discuti durante todo mês de novembro ()

Na semana da consciência negra ()

No dia da consciência Negra, apenas ()

QUESTÃO 5. No tocante ao ensino-aprendizagem da cultura negra, africana e afro-brasileira, de 0 a 05, quanto você considera relevante essa discussão nos espaços de sala de aula?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 6. De 0 a 05, qual a sua responsabilidade em trabalhar com a temática do negro e com a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 7. Quanto de 0 a 5, ao escolher o livro didático da disciplina que leciona, quanto você considera sua discussão sobre a temática do negro e afro-brasileiro?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!!!!

APÊNDICE G – Questionários para coordenador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(PROFSOCIO)

Pesquisadora: Bibiane Oliveira Silva Goes

Professor Orientador: Dr. Cláudio dos Santos de Almeida.

Tema de pesquisa: Lei 10.639/2003 e o ensino de Sociologia

Instituição Proponente: UNIVASF

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORA**SOBRE SUA FORMAÇÃO**

QUESTÃO 1. Área de formação da primeira graduação

QUESTÃO 2. Modalidade de ensino na primeira graduação (assinale apenas uma alternativa):

Presencial ()

Semipresencial ()

EAD ()

QUESTÃO 3. Se fez uma segunda graduação, em qual área? (Caso não tenha feito, não responda)

QUESTÃO 4. Tem alguma especialização? Se sim, qual(is)?

QUESTÃO 4. Qual seu grau de formação?

OBS. Caso tenha respondido à questão 01 negativo, responda às questões 02 seguintes, em caso positivo, desconsidere-a e responda somente a 03.

QUESTÃO 4. Em caso negativo; a que o senhor (a) atribui tal dificuldade? (Pode marcar mais de uma, se desejar).

Falta de formação ()

Ausência de formações continuadas ofertadas pelas SEC- BA()

Falta de interesse ()

Falta de material adequado ()

Porque a entidade a qual leciono, nunca me cobrou ()

Outro, citar aqui:

QUESTÃO 5. Em caso de positivo, na questão 01; a que o senhor(a) atribui o fato de não possuir dificuldade para trabalhar com a temática da história do povo africano e afro-brasileira?

QUESTÃO 6. Já tem experiência em trabalhos para o atendimento da lei 10.639/03?

Sim () Não ()

QUESTÃO 7. Esse ano já ocorreu na escola, algum evento, projeto, voltado para o atendimento da lei 10.639/03?

Sim () Não ()

QUESTÃO 8. Caso respondeu que NÃO à questão 07, quais maiores empecilhos?
(Pode marcar quantas julgar necessário)

Falta de tempo com educadores ()

Não se sente preparada para orientar os educadores ()

Falta material para as discussões na escola ()

Não vê relevância ()

Falta de vontade dos educadores ()

Outros: _____

QUESTÃO 9. A escola já realizou algum evento para além dos muros da escola tendo como tema a cultura negra, africana e afro-brasileira?

Sim ()

Não()

Não sei informar ()

QUESTÃO 10. Se sim, saberia informar em qual ano aconteceu a última?

QUESTÃO 11. Os educadores e o senhor(a), costumam participar de eventos voltados para a cultura negra, africana e afro-brasileira?

Sim ()

Não()

OBS. Caso tenha respondido à questão 11 negativo, responda à questão 12, em caso positivo, desconsidere-a.

QUESTÃO 12. Se não, quais os empecilhos? (Pode marcar quantas desejar)

Falta de tempo nosso ()

Falta de recurso financeiro, pois todas que já ocorreram foi fora de nossa cidade ()

Não vê relevância ()

Não somos informados (as) quando ocorrem ()

Já propôs, no entanto, houve rejeição por parte dos educadores ()

Não há necessidade, pois já estamos preparados (as) para essa discussão ()

Outro: _____

SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA A LEI 10. 639/03

QUESTÃO 1. O senhor(a) já participou de alguma formação para a preparação de

educadores para o trato da lei 10.693/2003?

SIM () NÃO ()

QUESTÃO 2. Considerando o período ao qual o senhor(a) coordena a escola, saberia informar se a secretaria de educação ao qual o senhor(a) está veiculado(a), já ofertou alguma formação para professor no tocante à lei 10.639/03?

OBS. Caso tenha respondido à questão 05 positivo, responda às questões 06 e 07 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 3. Saberá informar quanto tempo faz que ofertaram a última formação?

SIM () NÃO() Se sim, quanto tempo? _____

QUESTÃO 4. Saberá informar quantas formações, no tocante à lei 10.639/03, já foram ofertadas? Se sim, quantas?

SOBRE SEU TRABALHO COM OS EDUCADORES ACERCA DA LEI 10.639/03

QUESTÃO 1. já realizou formações coletivas com os educadores com a lei 10.639/03?

SIM () NÃO()

QUESTÃO 2. Caso respondeu que NÃO à questão 01, quais maiores empecilhos?

(Pode marcar quantas julgar necessário)

Falta de tempo com educadores ()

Não se sente preparada para tal ()

Falta material para as discussões na escola ()

Não vê relevância ()

Já propôs, no entanto, houve rejeição por parte dos educadores ()

Não há necessidade, pois os educadores já estão preparados para essa discussão ()

QUESTÃO 3. Nos planejamentos por área, discute sobre a temática racial com os educadores?

Nunca () Às vezes() Raramente() Sempre ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 03 positivo, responda às questões 04, 05 e 06 seguintes, em caso negativo, desconsidere-as.

QUESTÃO 4. Se já discutiu, de 0 a 05, qual a receptividade com que os educadores receberam a discussão?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 5. Caso tenha orientado, para o trabalho com a lei, sugeriu que utilizasse qual ferramenta dessas?

Sequência didática () plano diário () projeto didático() OUTRO:

QUESTÃO 06. Qual período/tempo em que orientou que os educadores levassem para sala de aulas as questões raciais?

Apenas de 2 a 8 aulas em dias letivos, quaisquer ()

Durante um mês qualquer ()

Durante todo mês de novembro ()

Na semana da consciência negra ()

No dia da consciência Negra, apenas ()

QUESTÃO 7. Você orienta os educadores de Sociologia a trabalharem com a lei 10.639/03?

Nunca () Às vezes() Raramente() Sempre ()

QUESTÃO 8. De 0 a 5, que grau de importância o senhor(a) ver em discutir sobre questões raciais nas aulas de Sociologia?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 9. De 0 a 05, qual a responsabilidade que o senhor(a) atribui aos educadores de Sociologia em trabalhar com a temática do negro e a lei 10.639/2003?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

SORE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E A LEI 10. 639/2003

QUESTÃO 01 - No tocante ao ensino-aprendizagem para as relações étnico-raciais, saberia dizer o quanto você considera adequado o livro didático de Sociologia adotado por sua escola?

Sim ()

Não ()

QUESTÃO 2. Se respondeu sim, à questão 01, de 0 a 5, o quanto o senhor(a) considera adequado o livro didático de Sociologia adotado por sua escola?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

QUESTÃO 4. Como você descreve a presença do negro no livro didático de Sociologia?

Traz versões distorcidas da realidade ()

Aborda apenas voltado para a escravidão ()

Aborda de maneira superficial ()

Nem parei para analisar isso ()

Não aborda essa temática ()

Aborda de maneira suficiente para o entendimento sobre a cultura e história dos negros e afro-brasileiros ()

QUESTÃO 5. O senhor(a) já orientou que os educadores trabalhassem com as com a questão afro em suas aulas, utilizando seus livros didáticos?

Sim ()

Não ()

OBS. Caso tenha respondido à questão 05 positivo, responda à questão 06, caso contrário, ignore-a.

QUESTÃO 6. As abordagens dos livros foram suficientes?

Alguns, não ()

Todos ()

Alguns sim()

Citar aqui os que sim: _____

Citar aqui os que não: _____

QUESTÃO 7. Para os que sim, MARQUE até 03 (TRÊS) motivos abaixo para a senhora ter sugerido seu uso.

Atendia a demanda de aprendizagem dos estudantes ()

Tem textos interessantes sobre essa temática ()

Atendia à proposta/objetivos esperados ()

Não dispunha de tempo para ir atrás de outros materiais, pois minha jornada de trabalho não me permite ()

Tinha uma metodologia interessante ()

Muito obrigada por sua contribuição

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A COR DA VOZ NEGRA: DISCUTINDO O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NUMA PERSPECTIVA DA LEI 10.639 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA DO NEGRO

Pesquisador: BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 03747118.4.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.095.650

Apresentação do Projeto:

1- O projeto de pesquisa, A COR DA VOZ NEGRA: DISCUTINDO O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NUMA PERSPECTIVA DA LEI 10.639 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA DO NEGRO, está ligado ao Curso de mestrado Profissional em Ensino em Sociologia, PROFSOCIO e a sua equipe executora é composta por: Bibiane Oliveira Silva Goes, mestranda, sendo a pesquisadora responsável e Cláudio dos Santos de Almeida, professor e orientador. O projeto contempla todas as seções essenciais para a análise ética.

Objetivo da Pesquisa:

2- O projeto tem como objetivo geral:

"Analisar se os livros didáticos de Sociologia subsidiam o trabalho dos educadores no que concerne a lei 10.639/2003, traçando um paralelo com a concepção dos educadores de Ibityara-BA"

Objetivos específicos:

- Verificar até que ponto os livros didáticos de Sociologia contemplam a lei 10.639/2003;
- Desenhar um perfil de como a história e cultura afro-brasileira vem sendo contemplada nos

livros didáticos de 2- Sociologia, no tocante à ausência/ presença;

• Apreender a perspectiva dos educadores do Colégio Estadual de Lagoa do Dionísio, quanto aos trabalhos com o livro didático de Sociologia e os imperativos da lei 10.639/03.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

3- Foi realizada uma análise dos riscos pertinente, com previsão de estratégias para minimizá-los, assim como foram apresentados os potenciais benefícios que a pesquisa pode propiciar aos seus participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4- O projeto apresenta adequadamente os seguintes itens: tema, objeto da pesquisa, relevância social, local de realização da pesquisa, população a ser estudada, garantias éticas aos participantes da pesquisa, método a ser utilizado, cronograma, orçamento, critérios de inclusão e não inclusão dos participantes da pesquisa, critérios de encerramento ou suspensão de pesquisa e divulgação dos resultados do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5- Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

6- No TCLE há um erro de digitação "escola a qual esta pesquisa está veiculada", ao invés de "vinculada". Como se trata de forma de comunicação entre pesquisadora e participantes, deverá ser corrigido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

7. O projeto atende satisfatoriamente a todos os critérios de análise ética, estando apto para a aprovação deste

CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

É com satisfação que informamos formalmente a V^a. Sr^a. que o projeto A COR DA VOZ NEGRA: DISCUTINDO O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NUMA PERSPECTIVA DA LEI 10.639 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA DO NEGRO foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVASF. A partir de agora, portanto, o vosso projeto pode dar início à fase prática ou experimental. Informamos ainda que no prazo máximo de 1 (um) ano a contar desta data deverá ser enviado a este comitê um relatório sucinto sobre o andamento da pesquisa.

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n		CEP: 56.304-205
Bairro: Centro		
UF: PE	Município: PETROLINA	
Telefone: (87)2101-8898	Fax: (87)2101-8898	E-mail: cedepe@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.095.660

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1248738.pdf	20/11/2018 21:55:58		Aceito
Cronograma	cronograma_atividade.pdf	20/11/2018 21:53:36	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo.docx	20/11/2018 21:52:03	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_tcle.pdf	20/11/2018 21:49:49	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	31/10/2018 20:12:33	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
Outros	orcamento.jpeg	31/10/2018 18:12:39	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
Outros	anuencia.jpeg	31/10/2018 18:07:56	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito
Outros	declaracao.jpeg	31/10/2018 18:06:18	BIBIANE OLIVEIRA SILVA GOES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PETROLINA, 19 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Luciana Duccini
(Coordenador(a))